



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Adriano Mello Rodrigues

**A comunicação comunitária na mediação de informações em territórios
marginalizados: uma análise do Fala Manguinhos**

Rio de Janeiro

2025

Adriano Mello Rodrigues

**A comunicação comunitária na mediação de informações em territórios marginalizados:
uma análise do Fala Manguinhos**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Raquel Paiva de Araujo Soares

Rio de Janeiro

2025

Adriano Mello Rodrigues

**A comunicação comunitária na mediação de informações em territórios marginalizados:
uma análise do Fala Manguinhos**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Raquel Paiva de Araujo Soares (Orientadora)

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Cíntia Sanmartin Fernandes

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Renata da Silva Souza

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Eu dedico esta dissertação, antes de tudo, à minha mãe, Adriana Mello de Souza, e ao meu pai, Marcelo Rodrigues de Sousa, que me ensinaram que o maior legado que podemos deixar no mundo não está nas coisas que possuímos, mas nas pessoas que nos tornamos. Mesmo quando não havia recursos, nunca faltou afeto, ética e coragem. Vocês me mostraram que a dignidade não está no que o mundo nos oferece, mas no que somos capazes de devolver a ele: respeito, solidariedade e luta.

Dedico este trabalho à favela de Manguinhos, território que me formou e que carrega, em suas vielas, histórias que a grande mídia insiste em ignorar. Dedico às mães que, como a minha, constroem revoluções em seus territórios; aos jovens que não se contentam em ser apenas números nas estatísticas; e a todos aqueles que resistem, dia após dia, contra uma sociedade que insiste em nos marginalizar.

Esta dissertação é um ato de reconhecimento. Reconhecimento de que lutar por um mundo mais justo começa na cooperação com quem compartilha das mesmas dores e sonhos. Que é no coletivo que nos tornamos potência e que a solidariedade não é apenas um valor moral, mas uma ferramenta de transformação social.

E, por fim, dedico este trabalho a todas as pessoas que ousam sonhar com um mundo diferente, que se recusam a aceitar as narrativas impostas, que encontram força na resistência e coragem na existência. Porque resistir é existir. E existir é, acima de tudo, revolucionar.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Adriana Mello de Souza, pelo amor incondicional e pela força de abrir caminhos que a sociedade insiste em fechar para os seus. Por cada sacrifício e por ser minha maior inspiração, todo o meu amor e gratidão.

Ao meu pai, Marcelo Rodrigues de Sousa, pelos ensinamentos que vão além das palavras, por me mostrar que ética e coragem são o que nos sustentam. Este trabalho é reflexo de tudo o que aprendi com você.

À minha orientadora, Raquel Paiva, pelo olhar sensível e pela liberdade concedida para que esta pesquisa pudesse ser criativa, crítica e comprometida com as vozes que, muitas vezes, são silenciadas. Sua orientação fez toda a diferença.

À favela de Manguinhos, por ser resistência, potência e inspiração constante. Este trabalho carrega as vozes que ecoam nas vielas, as histórias de luta e, sobretudo, os sonhos de transformação.

Ao Jornal Fala Manguinhos, exemplo de comunicação comunitária que me mostrou que narrar a favela é um ato político e de cidadania.

Às amigas que o mestrado me deu, Mírian Machado, Rachel Borges e Thayná Severo, por serem luz nos dias difíceis e inspiração em todos os momentos.

Ao meu confidente e grande amigo, Ian Lucas, por estar ao meu lado em cada momento difícil, me lembrando que eu nunca estive só. Sua amizade é essencial.

À comunidade do PPGCOM-UERJ, docentes, discentes e funcionárias, pelo suporte e acolhimento em todos os momentos.

À FAPERJ, pelo apoio financeiro que possibilitou a dedicação integral a esta pesquisa e por acreditar na ciência como ferramenta de transformação social.

E, por fim, a todas as pessoas que confiaram em mim suas histórias e vivências. Sem elas, esta pesquisa não teria voz, nem alma. Obrigado por compartilharem o que carregam no coração.

Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.

Conceição Evaristo

RESUMO

RODRIGUES, Adriano Mello. *A comunicação comunitária na mediação de informações em territórios marginalizados: uma análise do Fala Manguinhos*. 2025. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Esta dissertação analisa o papel da comunicação comunitária na construção de narrativas contra-hegemônicas em territórios marginalizados, tomando como estudo de caso o jornal comunitário Fala Manguinhos, situado no Complexo de Manguinhos, Rio de Janeiro. Inserida em um contexto de exclusão social, racismo estrutural e abandono estatal, a pesquisa explora como práticas comunicativas locais desafiam as narrativas estigmatizantes amplamente disseminadas pela grande mídia, que reduzem a favela a estereótipos de violência e precariedade. O trabalho adota uma abordagem etnográfica e de pesquisa participante, ancorada na vivência do autor enquanto morador e colaborador do jornal. Essa perspectiva busca compreender a comunicação comunitária não apenas como uma alternativa informativa, mas como uma prática de resistência e transformação social. O Fala Manguinhos, fundado em 2013, emerge como um espaço coletivo onde os próprios moradores narram suas histórias, reivindicam cidadania e constroem um imaginário mais justo e plural sobre o território. O estudo contextualiza historicamente a formação de Manguinhos, evidenciando como políticas urbanísticas excludentes e discursos hegemônicos relegaram as favelas a uma posição de invisibilidade e marginalização. Em contraposição, o jornal se destaca por ressignificar essas dinâmicas, atuando como um espaço pedagógico e político de contestação. Apesar de desafios como a escassez de recursos financeiros e a transição para o formato digital, o Fala Manguinhos reafirma o poder transformador da comunicação comunitária ao promover solidariedade, pertencimento e protagonismo. A dissertação conclui que, ao desconstruir estereótipos e amplificar as vozes historicamente silenciadas, a comunicação comunitária assume um papel central na luta por dignidade e justiça social em territórios marginalizados. Mais do que um meio de informar, iniciativas como o Fala Manguinhos representam um ato político que reivindica o direito de narrar, existir e resistir em um espaço urbano marcado por desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Fala Manguinhos. Complexo de Manguinhos. Favela.

ABSTRACT

RODRIGUES, Adriano Mello. *Community communication in the mediation of information in marginalized territories: an analysis of Fala Manguinhos*. 2025. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This dissertation analyzes the role of community communication in constructing counter-hegemonic narratives within marginalized territories, using the community newspaper Fala Manguinhos as a case study. Located in the Manguinhos Complex, Rio de Janeiro, the research explores how local communicative practices challenge stigmatizing narratives widely disseminated by mainstream media, which often reduce favelas to stereotypes of violence and precariousness. The study adopts an ethnographic and participatory research approach, rooted in the author's lived experience as both a resident and contributor to the newspaper. This perspective seeks to understand community communication not merely as an alternative source of information but as a practice of resistance and social transformation. Founded in 2013, Fala Manguinhos emerges as a collective space where residents narrate their stories, claim citizenship, and construct a fairer and more pluralistic representation of the territory. The study provides a historical contextualization of Manguinhos, highlighting how exclusionary urban policies and hegemonic discourses have relegated favelas to invisibility and marginalization. In contrast, the newspaper redefines these dynamics by serving as a pedagogical and political space of contestation. Despite challenges such as limited financial resources and the transition to a digital format, Fala Manguinhos reaffirms the transformative power of community communication by fostering solidarity, belonging, and agency. The dissertation concludes that, by deconstructing stereotypes and amplifying historically silenced voices, community communication plays a central role in the struggle for dignity and social justice in marginalized territories. More than a means of information, initiatives like Fala Manguinhos represent a political act that claims the right to narrate, exist, and resist in an urban space marked by structural inequalities.

Keywords: Community communication. Fala Manguinhos. Manguinhos Complex. Favela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Baía de Guanabara vista a partir de Manguinhos.....	32
Figura 2 –	Vista aérea de Manguinhos.....	33
Figura 3 –	Vista da Refinaria de Manguinhos.....	35
Figura 4 –	Construção da Avenida Brasil em Manguinhos, 1941.....	36
Figura 5 –	Remoções na comunidade Beira Rio, Manguinhos, 2014.....	38
Figura 6 –	Remoções na comunidade Beira Rio, Manguinhos.....	38
Figura 7 –	Conjuntos habitacionais do PAC em Manguinhos.....	41
Figura 8 –	Estação ferroviária de Manguinhos após as obras do PAC.....	41
Figura 9 –	Primeiro dia de ocupação de Manguinhos pela UPP.....	44
Figura 10 –	Roda Cultural do Pac'Stão.....	50
Figura 11 –	Última edição da temporada do SLAM MGH.....	51
Figura 12 –	Horta comunitária de Manguinhos.....	52
Figura 13 –	Teto verde em favela.....	53
Figura 14 –	Bloco Saúde Que Luta.....	55
Figura 15 –	Castelo Mourisco, Museu da Vida Fiocruz.....	56
Figura 16 –	Jogadoras do time Estrelas do Mandela.....	57
Figura 17 –	Evento de lançamento do jornal Fala Manguinhos.....	107
Figura 18 –	Primeira edição impressa do jornal Fala Manguinhos.....	108
Figura 19 –	Nova Diretoria do Jornal Fala Manguinhos.....	115
Figura 20 –	Capa do Jornal Fala Manguinhos, maio de 2023.....	117
Figura 21 –	Formulário para Comunicadores Comunitários Fala Manguinhos.....	118
Figura 22 –	Primeiro encontro de voluntários(as) do Jornal Fala Manguinhos.....	120
Figura 23 –	Segundo encontro de voluntários(as) do Jornal Fala Manguinhos.....	121
Figura 24 –	Festa da Primavera do Jornal Fala Manguinhos.....	123
Figura 25 –	Moção de homenagem ao Jornal Fala Manguinhos.....	124
Figura 26 –	Reportagem do programa Bom Dia Favela sobre o Jornal Fala Manguinhos e a Fiocruz.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos
ASFOC	Associação dos Servidores da Fiocruz
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RedeCCAP	Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Social Justo, Democrático e Sustentável
SUS	Sistema Único de Saúde
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	O LUGAR AFASTADO DA “CIDADE”.....	21
2	UM LUGAR CHAMADO MANGUINHOS.....	33
2.1	Da Faixa de Gaza à realidade social.....	45
2.1.1	Manguinhos de diferentes faces.....	52
2.2	Um território em “comum”.....	61
3	COMUNICAÇÃO E SUAS DINÂMICAS.....	68
3.1	Hegemonia e contra-hegemonia.....	69
3.2	A comunicação, a comunitária.....	74
4	COMUNICAÇÃO MARGINALIZADA: ENTRE REALIDADES.....	86
4.1	Oralidade em perspectiva.....	91
4.2	Diálogo com o território.....	97
4.3	Mediação e memória.....	103
5	FALA MANGUINHOS: A VOZ DO FAVELADO.....	109
5.1	Sua história.....	110
5.2	A partir da reestruturação.....	119
5.3	A mediação de informações.....	133
5.4	Notas da pesquisa.....	140
	CONCLUSÃO.....	144
	REFERÊNCIAS.....	146

INTRODUÇÃO

A constituição de uma realidade marginalizada é atravessada por narrativas especulativas, sensacionalistas e estereotipadas, que perpetuam uma lógica homogênea e excludente, característica do pensamento hegemônico que molda grande parte do cenário midiático contemporâneo. A história revela como diferentes sistemas de dominação foram construídos e mantidos, reverberando nas práticas informativas até os dias de hoje. A comunicação, embora diversa em suas realidades e frequentemente divergente em suas abordagens, é majoritariamente orientada por conceitos de hegemonia e poder. Por outro lado, coexistem iniciativas que almejam romper essa lógica, como a comunicação comunitária, que propõe uma perspectiva de acessibilidade, inclusão e protagonismo.

Nesse contexto, a comunicação, especialmente a comunitária, emerge como uma ferramenta de poder e transformação. Tal característica, longe de ser uma novidade, foi amplamente explorada por teóricos como Gramsci e Marx, cujas análises apontam para a centralidade da comunicação nos processos de dominação e resistência. Contudo, mesmo as abordagens teóricas mais críticas nem sempre conseguem abarcar plenamente as ramificações sociais e culturais que configuram os processos comunicativos. Isso resulta, muitas vezes, em um apagamento das conexões formadas em contextos marginais, onde práticas informativas alternativas se desenvolvem como formas de resistência à invisibilidade e à exclusão.

Esta pesquisa, ancorada na perspectiva da comunicação comunitária, emerge de uma vivência profundamente imersa em uma realidade marcada pela exclusão social e pela distorção midiática. Crescendo no Complexo de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, tive contato direto com narrativas hegemônicas que, frequentemente, não refletiam a complexidade e a riqueza da minha favela. Essas narrativas, amplamente disseminadas pela grande mídia, não apenas estigmatizam o território, mas também reforçam a marginalização de seus habitantes, construindo um imaginário coletivo que associa a favela à violência, ao caos e à ausência de lei.

A percepção dessa desconexão entre a realidade vivida e a retratada impulsionou meu interesse em compreender como os sistemas comunicacionais reproduzem relações de poder e exclusão. A grande mídia, ao longo de sua história, consolidou sua atuação como detentora da oficialidade, especialmente em territórios vulnerabilizados como as favelas. Essa posição é sustentada por um imaginário de confiabilidade e autoridade que mascara sua seletividade temática e abordagem enviesada. Informações sobre a favela frequentemente orbitam em torno

de temas como pobreza, violência e precariedade, perpetuando uma visão limitada e estereotipada que desumaniza seus moradores.

No entanto, a descoberta da comunicação comunitária representou um ponto de inflexão em minha trajetória. Em 2016, aos 17 anos, tive meu primeiro contato com o jornal comunitário Fala Manguinhos, seguido por outras iniciativas semelhantes, como o Voz das Comunidades, do Complexo do Alemão, e O Cidadão, do Complexo da Maré. Essas iniciativas demonstraram que era possível construir uma comunicação horizontal, feita pelos moradores e para os moradores, capaz de desafiar os estereótipos disseminados pela grande mídia.

Essa experiência trouxe à tona um sentimento de pertencimento e representatividade até então desconhecido. Por meio do Fala Manguinhos, pude compreender o poder transformador de uma comunicação comprometida com as realidades locais e orientada pela perspectiva dos próprios sujeitos que vivenciam as dinâmicas do território. Essa forma de comunicação não apenas resiste à hegemonia midiática, mas também propõe novas narrativas, valorizando a pluralidade e a complexidade das vivências faveladas.

Assim, esta pesquisa busca aprofundar o entendimento sobre o papel da comunicação comunitária como ferramenta de resistência e transformação social. A partir de uma análise crítica e reflexiva, propõe-se investigar como essas práticas comunicativas desconstruem narrativas hegemônicas e contribuem para a construção de um imaginário mais justo e inclusivo. Afinal, a comunicação, em suas múltiplas formas, é um campo de disputa constante, onde hegemonia e resistência se enfrentam na busca por significados e poder.

O presente estudo propõe-se a explorar a atuação do jornal comunitário Fala Manguinhos, que, desde 2013, desempenha um papel central no conjunto de favelas do Complexo de Manguinhos. O objetivo é compreender como as influências ideológicas, pedagógicas, políticas e sociais moldam as narrativas produzidas pelos agentes que compõem essa iniciativa e como esses atores enfrentam, cotidianamente, os desafios inerentes ao processo de mediação informativa em um território historicamente marginalizado.

O Fala Manguinhos surgiu em 2013, após uma experiência anterior com outro formato e abordagem narrativa, consolidando-se como uma das mais relevantes organizações sociais da região. Apesar de suas limitações financeiras, que levaram à descontinuidade de sua versão impressa, o jornal encontrou nas redes sociais um espaço para manter sua atuação. Tal adaptação demonstra a resistência de sua proposta, que se ancora no imaginário de pertencimento dos voluntários e no compromisso com a visibilidade de narrativas locais, em contraposição à invisibilidade e marginalização frequentemente perpetuadas pela grande mídia.

Esta dissertação parte do reconhecimento do papel transformador da comunicação na mudança de paradigmas informacionais e na promoção de justiça social. Tornar a comunicação acessível aos territórios mais vulneráveis é um desafio essencial para a consolidação da democracia e a construção de condições mais dignas para os moradores de favelas. Nesse contexto, a comunicação comunitária emerge como um campo de importância crucial, oferecendo uma alternativa para enfrentar a hegemonia midiática e ampliar as vozes historicamente silenciadas.

Um dos pontos centrais deste trabalho é a análise da relação entre o Fala Manguinhos e as narrativas construídas pela grande mídia sobre o Complexo de Manguinhos e seus moradores. A forma como a grande mídia aborda a favela, muitas vezes reduzindo sua complexidade a estereótipos de violência e precariedade, contrasta com a atuação do Fala Manguinhos, que busca construir narrativas que reflitam a pluralidade e a resistência do território.

Essa dinâmica é observada a partir de minha experiência como morador de Manguinhos e colaborador do jornal, onde percebi a necessidade de priorizar as vozes dos próprios moradores. Para isso, o trabalho incorpora parcerias com indivíduos que, em comunidade, constroem narrativas capazes de romper as barreiras impostas pelas narrativas hegemônicas e questionar as práticas da mídia tradicional, do Estado e das condições distópicas que marcam seu cotidiano.

Além disso, este estudo reconhece que a perspectiva contra-hegemônica guia não apenas o Fala Manguinhos, mas também diversas iniciativas comunitárias em favelas e outros territórios marginalizados. Enfrentar as narrativas veiculadas pelos grandes meios de comunicação é um passo indispensável para compreender as necessidades informativas das comunidades locais. A abordagem totalizante e frequentemente simplista da grande mídia não só negligencia a multiplicidade de perspectivas que compõem esses territórios, como também reforça um distanciamento entre os veículos de comunicação e os moradores.

Nesse cenário, a comunicação comunitária ganha relevância por sua capacidade de construir narrativas a partir da vivência concreta dos moradores e de se sustentar em uma estrutura colaborativa e horizontal. Fundamentada no entendimento das realidades que a cercam, essa comunicação não apenas representa uma alternativa às práticas hegemônicas, mas também consolida um espaço de resistência, promovendo a participação cidadã e a transformação social. Assim, o Fala Manguinhos não é apenas um veículo de informação, mas um espaço de luta por dignidade e pertencimento, onde as vozes da favela podem ser ouvidas e valorizadas.

Um aspecto fundamental desta pesquisa é a análise da comunicação comunitária realizada em Manguinhos, com ênfase na relação entre a formação histórica das favelas e a construção de iniciativas comunicativas nesses territórios. Embora o foco não seja diretamente uma perspectiva racializada, a história de Manguinhos e de outras favelas do Rio de Janeiro revela sua forte ligação com processos de racialização, dado que a população negra foi historicamente deslocada para condições subalternas em regiões periféricas da cidade. Esses territórios, marcados por desigualdades estruturais, tornaram-se espaços de resistência e pertencimento, onde iniciativas de comunicação comunitária emergem como reflexo dessas dinâmicas históricas e sociais.

Compreender como essas práticas comunicativas se estruturam envolve responder a questões centrais: quem realiza essa comunicação? Para quem ela é direcionada? De que forma é produzida? Essas perguntas são essenciais para entender como o senso de comunidade molda os processos de mediação informativa na favela. A formação das favelas cariocas, como Manguinhos, oferece uma base para desvendar como a comunicação comunitária reflete as demandas e necessidades das populações majoritariamente negras que habitam esses espaços.

Ao enfrentar os impactos da mídia hegemônica, que tende a invisibilizar ou estigmatizar essas populações, a comunicação comunitária emerge como uma ferramenta para dar visibilidade às pautas das camadas mais vulneráveis da sociedade. Essa atuação, no entanto, carrega uma parcialidade explícita, que não se apresenta como um limite, mas como um posicionamento ético e político. A comunicação comunitária, nesse contexto, visa preencher lacunas deixadas pelos grandes veículos de comunicação, buscando garantir que as vivências da população favelada sejam representadas com dignidade e alinhadas ao princípio de cidadania. Esse princípio, muitas vezes proclamado pelo Estado, permanece inatingível na prática, exigindo que a comunicação comunitária se configure como um espaço de resistência e transformação.

A abordagem desta pesquisa, ao defender a comunicação comunitária, reconhece tanto as potencialidades quanto as limitações dessa prática. A parcialidade, nesse caso, não se configura como uma falha, mas como uma escolha necessária diante de um contexto de exclusão sistêmica. Ainda assim, é fundamental manter um olhar crítico para não negligenciar as possibilidades de que a comunicação comunitária possa assumir facetas além daquelas historicamente engendradas em seu contexto de origem. Ao aliar prática e teoria, esta pesquisa propõe uma análise que valoriza as múltiplas dimensões da comunicação comunitária, enfatizando seu papel como instrumento de cidadania, pertencimento e justiça social nos territórios marginalizados.

A questão central que orienta esta pesquisa exige um mergulho aprofundado na realidade do Fala Manguinhos e, simultaneamente, na minha própria vivência enquanto pesquisador e morador do território. Para tanto, adota-se uma abordagem etnográfica, com ênfase na pesquisa participante — em alguns momentos observação participante — como metodologia fundamental para a construção de um entendimento mais profundo e contextualizado. Essa escolha metodológica segue a tradição inaugurada por Malinowski (2018), cuja perspectiva antropológica propõe desvencilhar-se de enfoques etnocêntricos, permitindo uma análise mais orgânica e conectada às práticas e dinâmicas sociais presentes no campo de pesquisa.

A etnografia empregada nesta investigação preza por uma inserção crítica e ativa no campo, valorizando o funcionalismo como elemento catalisador do avanço da pesquisa. O envolvimento direto do pesquisador na realidade investigada não apenas amplia o escopo da análise, mas também possibilita a construção de narrativas que transcendam a mera transmissão de informações, abrindo espaço para a geração de conhecimento em sua forma mais dinâmica. Nesse sentido, a participação do etnógrafo configura-se como uma ferramenta essencial para produzir novos saberes e promover avanços investigativos, como destaca Caiafa (2007, p. 136): “na pesquisa etnográfica, a participação do etnógrafo naquilo que investiga produz conhecimento, faz avançar a investigação”.

Ao se apoiar em uma abordagem qualitativa, esta metodologia privilegia as impressões, vivências e informações coletadas em campo, diferentemente de métodos quantitativos que priorizam dados numéricos e generalizações. Como observa Caiafa (2007, p. 137), o etnógrafo, ao participar e observar, torna-se ele próprio um produtor de material de pesquisa, ampliando as possibilidades de análise e reduzindo os riscos de simplificações ou totalizações da realidade em estudo.

Essa abordagem é fundamental para compreender as dinâmicas do Fala Manguinhos e sua relação com o território e os sujeitos que o compõem. O objetivo é realizar, como propõe Braga (2008, p. 81), um “trabalho de levantar indícios; decidir sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno”. Essa articulação será construída a partir de um tensionamento crítico entre as bases empíricas e teóricas que sustentam a pesquisa, permitindo um diálogo constante entre prática e teoria.

A investigação foi conduzida em duas etapas complementares. A primeira etapa consistiu em um levantamento teórico abrangente, buscando consolidar os conceitos fundamentais para a análise do objeto de estudo. A segunda etapa voltou-se para a pesquisa

empírica, fundamentada nas impressões dos voluntários do jornal Fala Manguinhos sobre o avanço das atividades realizadas entre agosto de 2023 e dezembro de 2024. Essas impressões foram coletadas por meio de interações contínuas e observações participativas, possibilitando uma análise qualitativa que articula as experiências dos colaboradores com os marcos teóricos da pesquisa. A revisão de literatura pertinente também integrou esta etapa, com foco em trabalhos acadêmicos que discutem a interface entre comunicação comunitária e sociedade.

A estratégia de abordagem dos sujeitos será cuidadosamente planejada, considerando que o pesquisador reside no Complexo de Manguinhos e é voluntário ativo do Fala Manguinhos. Essa inserção direta no contexto da pesquisa facilita o acesso a interlocutores e dados relevantes, permitindo uma coleta de informações mais rica e detalhada. Esse posicionamento não é apenas uma vantagem logística, mas também uma oportunidade de explorar, com maior profundidade, as relações de pertencimento e identificação que permeiam o universo do Fala Manguinhos.

Por fim, a proposta metodológica deste estudo busca articular teoria e prática de forma fluida e reflexiva, reconhecendo a complexidade das dinâmicas sociais e comunicacionais presentes no território. A pesquisa participante permitirá captar nuances que escapam às análises distantes, oferecendo uma compreensão mais rica e sensível das práticas de mediação informativa realizadas pelo jornal Fala Manguinhos e de seu papel como ferramenta de resistência e transformação social no contexto de Manguinhos.

Dito isso, no primeiro capítulo desta dissertação, intitulado O Lugar Afastado da “cidade”, analiso a gênese dos territórios favelados como resposta à exclusão social e ao racismo estrutural que moldaram o Rio de Janeiro desde o período colonial. Destaco como as políticas urbanísticas do século XIX e início do XX, especialmente as reformas de Pereira Passos, empurraram populações negras e pobres para áreas periféricas e inadequadas, enquanto discursos higienistas justificavam a demolição de cortiços e a estigmatização dos territórios ocupados por essas comunidades. Assim, as favelas emergem como soluções informais de habitação, carregadas de simbolismo e resistência.

Ainda que Manguinhos seja citado apenas brevemente neste capítulo, ele ilustra as contradições urbanas que marcaram a formação desses territórios. O padrão de negligência e estigmatização enfrentado pelas favelas revela tanto a exclusão estrutural quanto a capacidade de reorganização coletiva de seus moradores. Dessa forma, este capítulo estabelece as bases para discutir como as favelas, além de espaços de exclusão, tornam-se lugares de pertencimento e luta, capazes de confrontar narrativas hegemônicas e reivindicar o direito à cidade.

No segundo capítulo, intitulado Um Lugar Chamado Manguinhos, abordo a trajetória histórica e social deste território como uma síntese das contradições urbanas que marcam o Rio de Janeiro. Localizado na Zona Norte, Manguinhos foi moldado por dinâmicas de exclusão que relegaram populações pobres e negras a áreas desvalorizadas e alagadiças, ignoradas pelo planejamento urbano formal. Destaco como grandes intervenções, como a construção da Avenida Brasil e a instalação da Refinaria de Manguinhos, tornaram o território funcional para os interesses logísticos e econômicos da cidade, mas sem promover o acesso a direitos básicos para seus moradores. Essas dinâmicas consolidaram Manguinhos como espaço de negligência, enquanto seus habitantes, organizados em comunidades resilientes, resistem ao abandono estatal e à estigmatização.

Neste capítulo, porém, vou além das limitações impostas pela exclusão estrutural para explorar Manguinhos como lugar de resistência e reinvenção. Apesar das adversidades, o território é atravessado por práticas cotidianas de pertencimento e solidariedade, que ressignificam o espaço e constroem alternativas frente à precariedade. Manguinhos é apresentado como mais do que um espaço físico: é um território vivo, que reflete as tensões históricas entre centro e favela, mas também revela a potência de seus moradores na luta por dignidade e cidadania. Essa análise prepara o terreno para aprofundar a discussão sobre como narrativas locais e práticas comunitárias, como as que emergem no jornal Fala Manguinhos, transformam-se em ferramentas contra-hegemônicas de resistência e transformação social.

Já no terceiro capítulo, intitulado Comunicação e Suas Dinâmicas, analiso como os processos comunicacionais se configuram como campos de disputa entre hegemonia e resistência, especialmente em territórios marginalizados. Exploro o papel da comunicação comunitária como ferramenta de enfrentamento às narrativas dominantes produzidas pela grande mídia, que frequentemente reduzem as favelas a estereótipos de violência e precariedade. Neste contexto, destaco como a comunicação, ao ser apropriada pelas comunidades, pode transformar-se em instrumento de protagonismo e fortalecimento coletivo.

O capítulo aborda as especificidades da comunicação comunitária, com foco na horizontalidade, na oralidade e na memória como pilares que sustentam práticas contra-hegemônicas. Discuto como essas dinâmicas comunicativas vão além da transmissão de informações, promovendo pertencimento, cidadania e transformação social. Por fim, apresento a comunicação comunitária não apenas como uma alternativa informativa, mas como um campo simbólico de resistência, onde narrativas locais e coletivas reconfiguram o espaço público e desafiam as estruturas de poder tradicionais.

Assim, no quarto capítulo, intitulado Comunicação Marginalizada: Entre Realidades, aprofundo a discussão sobre as práticas comunicativas desenvolvidas em territórios periféricos, com ênfase nas contradições e potencialidades dessas iniciativas. Analiso como a comunicação marginalizada emerge em contextos de exclusão, enfrentando limitações estruturais impostas pela ausência de recursos, mas ainda assim conseguindo construir narrativas alternativas que dialogam diretamente com as vivências das comunidades. Destaco a oralidade e a memória coletiva como elementos centrais, que não apenas preservam a identidade local, mas também questionam as dinâmicas hegemônicas de poder.

Neste capítulo, apresento a comunicação marginalizada como um espaço de tensionamento constante entre a realidade vivida e a realidade retratada pelos grandes veículos de mídia. Discuto como, apesar das adversidades, essas práticas conseguem promover vozes que resistem à invisibilidade e ao estigma, contribuindo para a valorização das experiências e histórias locais. Assim, esse capítulo explora as formas pelas quais a comunicação marginalizada não apenas reflete a realidade social das favelas, mas também atua como ferramenta de transformação e resistência, reforçando o protagonismo das comunidades em sua luta por dignidade e reconhecimento.

Finalizando esta pesquisa, no quinto capítulo, intitulado Fala Manguinhos: A Voz do Favelado, examino a trajetória e a atuação do jornal comunitário Fala Manguinhos como uma iniciativa emblemática de comunicação comunitária em territórios marginalizados. Analiso como o jornal, desde sua fundação em 2013, se consolidou como um espaço de resistência e fortalecimento coletivo, desafiando as narrativas hegemônicas que frequentemente estigmatizam as favelas. Destaco sua capacidade de promover vozes locais e construir narrativas que valorizam a pluralidade e a complexidade das vivências no Complexo de Manguinhos.

Neste capítulo, exploro as dinâmicas internas do Fala Manguinhos, com ênfase no protagonismo dos moradores, na horizontalidade do processo de produção de notícias e no compromisso com o território. Discuto como o jornal, ao romper com os padrões tradicionais da grande mídia, não apenas informa, mas também mobiliza e transforma a realidade local. A análise revela o Fala Manguinhos como um exemplo concreto de como a comunicação comunitária pode funcionar como uma ferramenta de resistência e de reconfiguração das relações sociais, oferecendo às comunidades um canal legítimo para reivindicar direitos, afirmar identidades e promover justiça social.

Com base nessas reflexões, esta pesquisa se propõe a ampliar o debate sobre a comunicação comunitária como uma prática que vai além da contestação à hegemonia

mediática, emergindo como um espaço de produção simbólica e transformação social. O Fala Manguinhos, como objeto central de análise, é mais do que um exemplo local: é um símbolo das potências e tensões que atravessam os territórios marginalizados na luta por visibilidade e protagonismo. Em sua atuação, o jornal desafia os limites impostos pela exclusão e reconfigura o sentido da comunicação como ferramenta política, pedagógica e cultural, sempre ancorada na vivência concreta dos sujeitos que a constroem.

A escolha metodológica, baseada na etnografia e na pesquisa participante, reflete o compromisso desta dissertação em não apenas descrever, mas vivenciar e tensionar as dinâmicas comunicativas de um território historicamente estigmatizado. Trata-se de uma abordagem que reconhece a complexidade do campo, rejeita o distanciamento acadêmico e aposta em uma análise enraizada na prática e na experiência cotidiana dos moradores. Esse olhar próximo permite captar nuances que escapam às narrativas generalistas e abre caminho para uma reflexão crítica que valorize as contradições e as potências da comunicação comunitária.

Portanto, ao examinar o Fala Manguinhos como uma iniciativa que resiste e reconfigura, esta dissertação reafirma o papel da comunicação como um direito fundamental e como um campo de disputa inescapável. Mais do que uma alternativa à grande mídia, o jornal se constitui como um ato político, reivindicando o direito de narrar e de existir. Ao longo deste trabalho, espero contribuir não apenas para os estudos de comunicação, mas também para a ampliação de horizontes sobre como resistências locais podem questionar e transformar estruturas de poder que ainda sustentam a desigualdade e o silenciamento.

1 O LUGAR AFASTADO DA “CIDADE”

Por isso, narrar um território como Manguinhos exige mais do que a simples acumulação de dados históricos ou a descrição de desafios estruturais. Trata-se de um exercício que demanda proximidade, sensibilidade e, sobretudo, comprometimento. A favela não é apenas um espaço físico, mas um território vivo, atravessado por memórias, afetos e resistências, que não se deixa reduzir a números e estatísticas.

Estudos sobre a história e a construção simbólica das favelas mostram que esses territórios não são apenas espaços geográficos, mas também lugares carregados de significados sociais. São ambientes onde práticas de resistência e pertencimento emergem como respostas

às dinâmicas de exclusão urbana. Valladares (2000), em sua análise sobre a gênese das favelas cariocas, argumenta que a favela se consolidou como um espaço de contestação simbólica e material, desafiando os estigmas que a associam exclusivamente à marginalidade e à precariedade.

É justamente por isso que me recuso a adotar o olhar frio e distante que frequentemente marca o discurso acadêmico sobre esses lugares. Manguinhos não é um objeto de estudo para mim; é o meu lugar de pertencimento. Sou “cria” deste território, nascido e criado em suas ruas, onde aprendi a reconhecer a força das pessoas que, mesmo diante do abandono, constroem diariamente a dignidade e a coletividade. Este espaço moldou quem sou e como vejo o mundo, dando-me consciência crítica e o desejo de lutar por justiça. Escrever sobre Manguinhos, portanto, não é apenas um ato acadêmico, mas também um ato de amor e resistência.

A academia muitas vezes impõe um afastamento quase ritualístico entre pesquisador e objeto de estudo, como se a imparcialidade dependesse de uma suposta neutralidade que ignora as vivências de quem pesquisa. Contudo, quando se trata de territórios como Manguinhos, esse afastamento não é apenas impossível, mas também indesejável. Seria desonesto separar-me de uma realidade que faz parte de mim. Por isso, esta dissertação não se limita a descrever Manguinhos; ela é, em muitos aspectos, um diálogo entre o território e quem sou.

Manguinhos é uma síntese complexa do que significa viver em uma favela do Rio de Janeiro. Sua história carrega as marcas do racismo estrutural, das políticas públicas excludentes e de um processo de urbanização que sempre privilegiou a elite em detrimento das populações marginalizadas. Formado às margens da cidade formal, Manguinhos reflete não apenas as desigualdades históricas, mas também as estratégias de resistência e reinvenção que emergem em meio às adversidades. Este território é, ao mesmo tempo, palco de violência estatal e berço de solidariedade; espaço de abandono e lugar de criação.

Ao longo deste capítulo, pretendo traçar um panorama que começa na formação das favelas no Rio de Janeiro, conectando esse contexto à história específica de Manguinhos. Essa narrativa, no entanto, não se apresenta de forma linear ou neutra. Pelo contrário, reconhece a desigualdade estrutural como parte intrínseca do projeto de construção do espaço urbano carioca. Nesse sentido, como destaca Bandera:

“A favela surgiu não como uma livre escolha de pessoas que desejavam fundar uma comunidade para si à parte da cidade dita civilizada. Não, ela surgiu justamente porque dezenas, centenas e, com o tempo, milhares de pessoas não tinham condições

econômicas de habitar nessa cidade civilizada e se viram obrigadas a criar uma outra cidade para si: a cidade-favela” (Bandera, 2013, p. 1).

Manguinhos, portanto, não é fruto do acaso, mas de escolhas políticas e econômicas que excluíram populações negras e pobres, relegando-as a territórios periféricos, invisibilizados e constantemente criminalizados.

Nesse contexto, é essencial reconhecer o papel que a segregação racial e étnica desempenhou no processo de marginalização urbana. Toledo observa que:

“Quando somada à segregação racial e étnica promove a dualização da cidade, traduzindo-se na marginalização do pobre. Proveniente desse contexto, a representação social que vincula a negritude e a pobreza à criminalidade faz nascerem políticas racistas de criminalização e extermínio, advindas do aparelho de justiça e segurança estatal” (Toledo, 2018, p. 13).

Contudo, narrar Manguinhos também implica destacar as formas de resistência que emergem nesse espaço. A favela não é apenas lugar de sofrimento e exclusão; é também lugar de luta, criatividade e esperança. Frente ao abandono estatal e à violência cotidiana, os moradores de Manguinhos constroem coletivamente práticas de pertencimento e formas de reinventar o cotidiano. Seja através da arte, do esporte, da cultura ou da educação, eles resistem às tentativas de apagamento e afirmam sua existência como sujeitos de direitos.

Escrever sobre Manguinhos é, acima de tudo, um ato político. É reconhecer a favela como parte legítima da cidade, como espaço de produção de saberes, cultura e vida. É também um ato de denúncia: das violências estruturais, do abandono estatal, do racismo ambiental e da estigmatização que insiste em transformar a favela em símbolo de precariedade. Mas, sobretudo, é um ato de celebração: de um lugar que, apesar de tudo, continua pulsando, resistindo e criando.

Manguinhos não é apenas o lugar onde estou; é parte essencial de quem sou. É sob essa perspectiva — crítica, humana e profundamente comprometida — que este capítulo, assim como o próximo, ganha forma.

Desde sua fundação no período colonial, o Rio de Janeiro foi concebido como uma cidade voltada para atender aos interesses de uma minoria privilegiada, refletindo as hierarquias sociais e raciais do Brasil. Essa lógica se opõe ao ideal do direito à cidade, definido por Bataus e Oliveira (2016, p. 81-82) como o direito de todos os cidadãos de acessar um ambiente urbano harmônico, saudável e digno. No entanto, tal ideal frequentemente esbarra em dinâmicas de

exclusão que, historicamente, negaram às classes populares a participação nos processos de urbanização, evidenciadas especialmente durante as reformas modernizadoras do século XIX.

Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro começou a se consolidar como capital política e econômica do país, atraindo investimentos e reformas que buscavam projetar uma imagem de modernidade e progresso. No entanto, essa modernização excluía a maior parte da população que sustentava a cidade: trabalhadores manuais, em sua maioria negros e mestiços, muitos ainda submetidos à escravidão ou vivendo em condições de extrema precariedade. Esse contraste tornou-se visível no espaço urbano, que passou a refletir as tensões entre a ordem social imposta pelas elites e as estratégias de sobrevivência das classes populares.

Nesse período, surgiram os primeiros registros de ocupações informais nos morros e áreas periféricas da cidade. O crescimento populacional, combinado à ausência de políticas habitacionais voltadas às classes mais pobres, impulsionou esse processo. Como apontam Brum, Gonçalves e Amoroso (2024), a segregação urbana consolidou-se como um processo histórico, no qual populações vulneráveis foram sistematicamente deslocadas para regiões periféricas e insalubres. Essa dinâmica, atravessada pelo racismo estrutural e pela exclusão social, reservava o espaço central da cidade para as elites, enquanto os territórios populares eram estigmatizados como símbolos de precariedade e ausência.

Enquanto as elites ocupavam casarões em bairros valorizados, como o Centro e a Glória, as camadas populares eram empurradas para áreas insalubres, como a região do Valongo — que abrigava o maior mercado de escravizados das Américas. Nesse contexto, as favelas emergiram como territórios que não surgiram por escolha, mas como uma resposta direta à exclusão urbana. Como observa Bandera:

“A favela, na cidade do Rio de Janeiro e em grande parte do Brasil, foi (e vem sendo) uma solução de moradia encontrada por pessoas que não conseguiram uma inserção na sociedade formal e criaram para si uma sociedade informal (favela), uma sociedade praticamente sem Estado.” (Bandera, 2013, p. 4).

Esse processo de ocupação revelou tanto a ausência de um planejamento urbano inclusivo quanto as desigualdades estruturais que moldaram a cidade. Sem alternativas habitacionais dignas, os trabalhadores pobres foram empurrados para terrenos periféricos, onde improvisaram moradias e consolidaram territórios à margem da cidade formal.

A lógica era evidente: o território da cidade formal era reservado para aqueles que tinham recursos, enquanto os trabalhadores eram tratados como peças descartáveis, tolerados

apenas enquanto contribuíssem para o funcionamento da economia urbana. Essa segregação territorial não era apenas consequência da desigualdade econômica, mas também uma estratégia deliberada das elites para concentrar poder e evitar o contato direto com as populações marginalizadas.

Nesse contexto, as favelas começaram a ser vistas como espaços de exclusão e desordem, alimentando uma visão estigmatizada que associava esses territórios às características negativas atribuídas aos seus moradores e ao seu modo de vida. Como apontam Brum, Gonçalves e Amoroso (2024):

“Assim, ao longo de suas primeiras décadas de existência, a palavra “favela” foi gradativamente naturalizada como um território de pobreza, falta de higiene, moradia de pessoas negras e precariedade das habitações, sem carecer de maiores explicações como fenômeno urbano que não fosse, por um lado, a intensa urbanização das cidades brasileiras e o êxodo rural; e, por outro, as características de seus moradores, compreendidos como inabilitados para a civilização urbana, seja por questão de raça, seja pela pretensa origem rural” (Brum; Gonçalves; Amoroso, 2024, p. 4).

Já no século XIX, desenhava-se a segregação espacial que definiria a relação entre a cidade formal e as áreas populares. O surgimento das favelas no início do século XX não foi um evento isolado, mas o desdobramento lógico de um modelo urbano que excluía, negligenciava e invisibilizava as classes populares, especialmente a população negra. Essas dinâmicas urbanas, arraigadas em desigualdades estruturais, moldariam não apenas a paisagem da cidade, mas também as relações de poder que ainda hoje caracterizam o Rio de Janeiro.

Com a assinatura da Lei Áurea, a promessa de liberdade para a população negra não veio acompanhada de políticas que garantissem inclusão social, econômica ou urbana. O Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, libertou mais de 700 mil pessoas sem oferecer qualquer suporte para que pudessem reconstruir suas vidas em condições de igualdade. Chalhoub (1990) argumenta que, ao invés de promover a integração social, o Estado brasileiro perpetuou um sistema de marginalização, em que a "liberdade" conquistada era marcada pela ausência de políticas reparatórias e pela continuidade das estruturas de opressão herdadas do período escravocrata.

No Rio de Janeiro, as consequências dessa exclusão tornaram-se ainda mais evidentes. A cidade, então capital do Império e um dos principais centros escravistas do Brasil, passava por um processo de transformação urbana que não incluía os recém-libertos. Sem acesso à terra e à moradia, essa população foi empurrada para os limites da cidade, ocupando áreas

desvalorizadas, como morros e zonas alagadiças. Muitos acabaram forçados a realizar trabalhos informais e mal remunerados, como carregadores, vendedores ambulantes ou empregados domésticos.

A situação era agravada pela pressão das elites, que viam os negros recém-libertos como uma ameaça ao status quo. Sua presença no espaço urbano era percebida com desconfiança e marcada por preconceitos raciais, o que reforçava a segregação. As camadas dominantes defendiam projetos de modernização que priorizavam a exclusão dessa população, sob o argumento de que sua presença representava "atraso" ou "desordem". Dessa forma, os territórios periféricos consolidaram-se como refúgios forçados para aqueles que eram rejeitados pela cidade formal.

O surgimento das primeiras ocupações informais nos morros e terrenos baldios do Rio de Janeiro está diretamente relacionado ao contexto de exclusão social e econômica. Sem condições de competir por espaço nos bairros planejados, a população negra ocupava áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, criando habitações improvisadas, quase sempre sem qualquer assistência estatal. Esses territórios passaram a abrigar não apenas ex-escravizados, mas também trabalhadores migrantes vindos de outras regiões do Brasil, especialmente do campo, que enfrentavam as mesmas dinâmicas de exclusão nas cidades.

A ausência de uma política de reforma agrária intensificou o deslocamento de negros do interior para os centros urbanos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, esses migrantes também se deparavam com o abandono estatal, contribuindo para o crescimento das ocupações irregulares. Essa dinâmica consolidou uma divisão espacial que tratava os territórios populares como áreas marginais, fora do alcance dos investimentos e das políticas públicas.

Paralelamente, o preconceito racial e a negligência estatal eram acompanhados por uma narrativa que culpabilizava os negros pela precariedade de suas condições de vida. Amplamente difundido pela elite e pela imprensa da época, esse discurso justificava a ausência de políticas de integração, reforçando a ideia de que a exclusão era uma consequência natural da "incapacidade" dos libertos de se adaptarem à vida livre. Na realidade, eram as escolhas políticas e econômicas das elites que perpetuavam essa exclusão, estruturando o espaço urbano para manter privilégios e hierarquias raciais.

No início do século XX, o Rio de Janeiro passou por reformas urbanas que transformaram profundamente sua paisagem e agravaram a segregação social e espacial. Sob a liderança do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, o governo promoveu intervenções inspiradas em modelos europeus, especialmente a Paris de Haussmann, com o objetivo de modernizar a capital federal e apresentá-la como símbolo de progresso e civilização. Essas

obras, justificadas pelo combate à insalubridade e às epidemias como febre amarela e varíola, tiveram um impacto social devastador para a população pobre.

As reformas de Pereira Passos concentraram-se no centro da cidade, uma área que abrigava uma diversidade de classes sociais. O principal alvo dessas intervenções foram os cortiços, habitações coletivas populares onde viviam trabalhadores, negros libertos e migrantes. Vistos como "antros de doença e desordem", os cortiços foram demolidos sistematicamente, sem que alternativas habitacionais fossem oferecidas aos moradores despejados. Um caso emblemático foi a demolição do Cabeça de Porco, um extenso cortiço no atual bairro da Praça Onze, que abrigava centenas de famílias. Sua destruição, em 1893, inaugurou uma política de expulsão que seria aprofundada nas décadas seguintes.

A modernização promovida por Pereira Passos priorizou a criação de grandes avenidas, como a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), e a construção de edifícios para instituições públicas e espaços comerciais voltados às elites. O foco das reformas era atender às demandas da classe média emergente e aos interesses econômicos, especialmente relacionados ao comércio e ao capital estrangeiro. Enquanto isso, a população pobre foi empurrada para as margens da cidade, sobretudo para as encostas de morros, áreas até então desvalorizadas pelo mercado imobiliário.

Foi nesse contexto que o Morro da Providência, localizado próximo ao centro do Rio de Janeiro, consolidou-se como a primeira favela do Brasil. Inicialmente ocupado por soldados que retornaram da Guerra de Canudos (1896–1897) sem receber as terras prometidas pelo governo, o morro também passou a abrigar trabalhadores despejados dos cortiços durante as reformas urbanas. A palavra "favela" surgiu no final da década de 1890, inicialmente como um nome próprio associado ao Morro da Providência, onde esses soldados foram autorizados a construir moradias provisórias em um local que já era ocupado (Abreu, 1994; Valladares, 2005).

No início, o termo não se generalizava para outras áreas de pobreza urbana, mas, nas primeiras décadas do século XX, "favela" passou a ser usado como substantivo comum para designar diferentes territórios marcados pela pobreza. O nome, que faz referência à planta homônima encontrada em Canudos, transformou-se em símbolo do descaso e da precariedade que caracterizavam as condições de vida nesse espaço.

As reformas urbanas promovidas por Pereira Passos não apenas desalojaram milhares de famílias, mas também reforçaram a separação simbólica entre "cidade" e "favela". Como argumenta Valladares (2000), a cidade formal foi historicamente apresentada como um espaço de ordem e progresso, enquanto as favelas foram simbolicamente construídas como territórios de insalubridade, desordem e ameaça à sociedade. Esses discursos, amplamente alimentados

por médicos higienistas e pelas intervenções urbanísticas da virada do século XX, legitimaram políticas que consolidaram a exclusão espacial e reforçaram os estigmas associados às populações que ocupavam esses territórios.

Bandera explica:

"De início, as favelas eram comunidades isoladas, carentes de praticamente todos os serviços públicos [...] prenes de insalubridade promotora de riscos à saúde não somente dos favelados, mas da cidade como um todo. Com isso, as favelas passaram a ser vistas pela cidade 'normal' como uma anormalidade a colocar em risco de doenças, marginalidade e criminalidade a já cognominada cidade maravilhosa" (Bandera, 2013, p. 1).

Essa visão, construída por elites políticas, intelectuais e midiáticas, legitimou tanto intervenções repressivas quanto a negligência estatal nas favelas. Em vez de serem reconhecidas como parte integrante da cidade, as favelas passaram a ser tratadas como um problema a ser eliminado ou, no máximo, controlado.

Além disso, as obras de modernização intensificaram a precariedade nos territórios populares. Sem acesso a infraestrutura básica, como água potável, saneamento ou transporte público, os moradores das favelas enfrentavam condições de vida degradantes. Apesar da ausência de investimentos públicos, esses territórios cresceram e se tornaram peças centrais na dinâmica urbana da cidade. As favelas, embora marcadas pela exclusão, também eram espaços de resistência, onde os moradores criavam suas próprias redes de suporte e formas de organização.

O processo de modernização liderado por Pereira Passos, ao expulsar os pobres do centro e negar-lhes espaço na cidade formal, consolidou um modelo de urbanização excludente que permanece até os dias atuais. Como apontam Fernandes e Gama-Rosa Costa (2013), as reformas urbanas destruíram habitações populares no centro, forçando a população de baixa renda a ocupar áreas periféricas e precárias. Essa transformação física da cidade, impulsionada pelas reformas urbanas no início do século XX, foi acompanhada por uma mudança simbólica que construiu e naturalizou a ideia de que as favelas eram 'anormais' e incompatíveis com a cidade formal. Conforme destaca Valladares (2000), os discursos médicos, higienistas e urbanísticos desempenharam papel central nesse processo, ao consolidarem a favela como um problema social e urbano, marcado pela insalubridade, desordem e pobreza extrema.

A ocupação desses territórios pelos trabalhadores pobres não foi apenas uma questão de sobrevivência, mas também uma forma de resistência e reivindicação do direito à cidade em um contexto de exclusão sistemática, como discutem Ximenes, Cardoso e Luft (2023).

As transformações urbanas promovidas pelas elites no início do século XX não apenas moldaram fisicamente o Rio de Janeiro, mas também construíram uma narrativa duradoura sobre a relação entre os espaços formais e informais da cidade. Essa narrativa apresentava a cidade formal como um espaço de modernidade, progresso e civilização, reservado para aqueles que compartilhavam os ideais europeizados da elite carioca. Em contrapartida, as favelas passaram a ser definidas como territórios de carência, desordem e atraso — um "outro" a ser combatido ou, na melhor das hipóteses, corrigido.

Esse discurso oficial foi amplamente difundido por meio de políticas públicas, da imprensa e da intelectualidade da época. A favela, que surgiu como uma solução para a exclusão habitacional gerada pelas reformas urbanas, foi rapidamente transformada em um problema no imaginário urbano. Tanto o Estado quanto a sociedade passaram a tratar esses territórios como aberrações no tecido urbano, ignorando as causas históricas de sua formação. Essa estratégia não era apenas simbólica: ela legitimava ações concretas, como remoções forçadas e intervenções superficiais, cujo objetivo era invisibilizar ou erradicar as favelas sem enfrentar as raízes da desigualdade social.

“A narrativa da favela como problema é questionada e pensada como uma representação do passado – isto é, objeto da História –, os estudos sobre as favelas podem direcionar sua reflexão tanto para o Brasil dos Oitocentos e da Primeira República quanto para períodos mais recentes” (Brum; Gonçalves; Amoroso, 2024, p. 12).

Essa perspectiva histórica deixa evidente que a construção simbólica das favelas como espaços indesejáveis foi, em grande parte, fruto de uma narrativa que buscava reforçar hierarquias sociais e raciais preexistentes.

Nas décadas de 1960 e 1970, essa abordagem se intensificou. Durante o regime militar, sob o pretexto de modernizar a cidade e combater a "desordem", os governos implementaram políticas agressivas de remoção de favelas localizadas em áreas valorizadas. Comunidades inteiras foram deslocadas para conjuntos habitacionais distantes e inadequados, como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá, e o Conjunto Habitacional Antares, em Santa Cruz. Essas remoções

ignoravam completamente as necessidades e os vínculos comunitários dos moradores, tratando-os como meros obstáculos ao desenvolvimento urbano.

Essas políticas não apenas reforçaram a segregação territorial, mas também perpetuaram a ideia de que as favelas eram incompatíveis com a cidade formal. Enquanto bairros como Copacabana e Leblon eram promovidos como símbolos de modernidade e progresso, as favelas eram apresentadas como espaços de ausência: ausência de infraestrutura, de segurança, de civilidade. Esse discurso justificava tanto a negligência estatal quanto a estigmatização dos moradores das favelas, frequentemente associados à criminalidade e à desordem.

A relação entre cidade e favela nunca foi de completa separação. Apesar de marcadas pela segregação simbólica e pela estigmatização, as favelas desempenharam um papel historicamente fundamental na sustentação econômica e social do Rio de Janeiro. Este paradoxo — caracterizado por uma integração econômica subordinada e, ao mesmo tempo, uma exclusão social — é evidenciado em estudos que destacam como a mão de obra dos moradores das favelas era indispensável para o funcionamento dos bairros formais, embora frequentemente invisibilizada no discurso público (Bandera, 2013). Assim, as favelas não eram espaços isolados, mas territórios interdependentes, cujos moradores construía e mantinham a própria cidade que os excluía.

Essa contradição expõe a hipocrisia do discurso oficial. Enquanto as favelas eram retratadas como espaços à margem, seus moradores eram continuamente explorados como fornecedores indispensáveis de mão de obra e cultura. Essa integração subordinada reflete o projeto de urbanização seletiva que marcou a história do Rio de Janeiro, onde a inclusão econômica coexistia com a exclusão social, simbólica e espacial.

Reforçada pelo racismo estrutural, essa narrativa teve impactos profundos na forma como o Estado e a sociedade passaram a enxergar as favelas. Políticas públicas voltadas a esses territórios raramente priorizavam a integração ou o desenvolvimento sustentável. Em vez disso, eram marcadas por intervenções paliativas ou repressivas, como a construção de muros para conter o crescimento das comunidades ou ações de remoção que buscavam higienizar a paisagem urbana. Essa abordagem revelava que a separação entre cidade e favela não era apenas geográfica, mas também ideológica, reforçada por decisões políticas que mantinham as desigualdades intactas.

Apesar de frequentemente descritas como territórios "à parte", as favelas sempre foram fundamentais para o funcionamento do Rio de Janeiro. Seus moradores, historicamente, sustentam a economia e a infraestrutura urbana, mas essa interdependência nunca foi reconhecida de forma justa ou traduzida em políticas públicas que garantissem direitos iguais.

Pelo contrário, a marginalização foi acompanhada por exploração econômica e invisibilização social.

Desde o início do século XX, os moradores das favelas ocuparam posições centrais no mercado de trabalho da cidade. Atuando como empregadas domésticas, operários da construção civil, porteiros, faxineiras, motoristas e vendedores ambulantes, essas populações foram responsáveis por construir e manter os bairros nobres e os espaços formais do Rio de Janeiro. Entretanto, essa contribuição era naturalizada, sem esforços para garantir condições dignas de vida ou reconhecimento do papel indispensável dessas comunidades na economia da cidade.

Essa interdependência, porém, foi marcada por uma profunda desigualdade simbólica. Enquanto a cidade formal era vista como o espaço legítimo, ordenado e civilizado, as favelas eram associadas à desordem, ao desvio e à ameaça. Essa percepção foi reforçada tanto pelo discurso oficial quanto pela cobertura midiática, que frequentemente vinculava as favelas à criminalidade e ao fracasso moral de seus moradores. Essa estigmatização desumanizava os moradores e legitimava tanto a negligência estatal quanto a repressão policial, perpetuando o ciclo de exclusão.

A localização estratégica de muitas favelas demonstra como esses territórios nunca estiveram realmente afastados da cidade. Morros como o da Providência, no Centro, e o do Cantagalo, entre Ipanema e Copacabana, mostram que as favelas são partes integrantes do tecido urbano carioca. No entanto, essa proximidade geográfica não se traduzia em integração social. Essa contradição — em que a favela está fisicamente dentro da cidade, mas é tratada como se estivesse fora — reflete uma divisão simbólica e política profundamente enraizada.

A noção de afastamento das favelas transcende a dimensão geográfica, configurando-se como uma construção ideológica que perpetua a exclusão simbólica e social desses territórios. Sustentada por estruturas de racismo estrutural, essa lógica molda a cidade como um espaço dual: o asfalto, reconhecido e valorizado, enquanto as favelas são relegadas à precariedade (Marchetti; Milan, 2023). Essa exclusão é reforçada por estratégias históricas que tratam os moradores das favelas — majoritariamente negros e pobres — como indesejáveis no espaço urbano.

Essa exclusão não é acidental. A falta de investimentos em infraestrutura, saneamento básico, transporte e serviços essenciais nos territórios populares faz parte de um projeto que perpetua desigualdades e reforça a precariedade como uma característica estrutural das favelas. Enquanto os bairros planejados recebiam recursos para expansão e modernização, os moradores das favelas eram obrigados a criar soluções improvisadas para atender às suas necessidades, como ligações clandestinas de água, luz e esgoto.

A negligência estatal, além de aumentar a vulnerabilidade das comunidades, era frequentemente usada como justificativa para intervenções repressivas, como remoções forçadas e operações policiais. Paradoxalmente, a ausência de infraestrutura tornava-se um argumento para deslegitimar esses territórios, reforçando a ideia de que as favelas eram um problema a ser resolvido, e não parte integrante da cidade.

Essa perspectiva revela como as favelas, muitas vezes vistas como "problemas" no discurso oficial, são, na verdade, territórios que desafiam as estruturas de poder e as noções hegemônicas de urbanidade. Lefebvre argumenta que o direito à cidade vai além do acesso físico ao espaço urbano, envolvendo também a capacidade de moldar esse espaço de acordo com as necessidades e desejos de seus habitantes. No caso das favelas, essa luta é contínua, pois seus moradores reivindicam diariamente não apenas o direito de habitar, mas de existir plenamente na cidade.

As favelas nunca foram passivas diante da exclusão. Elas representam uma contranarrativa ao modelo urbano excludente, demonstrando formas alternativas de produzir e viver o espaço urbano. A organização comunitária, as redes de solidariedade e as manifestações culturais são exemplos de dinâmicas próprias que resistem à lógica da precariedade imposta pelo Estado e pelo mercado. A música, a dança, o esporte e as iniciativas educacionais emergem como expressões de identidade e resistência, desafiando o estigma e reafirmando o pertencimento dos moradores à cidade.

Nos últimos anos, a democratização do acesso às universidades permitiu que muitos moradores de favelas ingressassem no ensino superior, impactando a produção de conhecimento e a reflexão histórica sobre esses territórios. Essa presença acadêmica ampliada possibilitou que as comunidades se tornassem protagonistas na construção de novas narrativas sobre si mesmas. Os acervos produzidos nesse contexto constituem um esforço para construir uma identidade local que subverta as representações negativas impostas às favelas, desafiando as visões hegemônicas que historicamente silenciaram suas vozes (Brum; Gonçalves; Amoroso, 2024, p. 15-16).

As favelas são a prova concreta da hipocrisia que estrutura a cidade do Rio de Janeiro. Não são territórios de ausência, mas espaços criados pela exclusão deliberada, pela negligência calculada e pela violência sistêmica que relegaram negros e pobres às margens, enquanto o centro era reservado às elites. Não existe inocência nesse processo. A cidade não se formou ao acaso; ela foi pensada, desenhada e estruturada para segregar, e a favela é a face mais visível desse projeto.

Ainda assim, a favela não se curva. Resiste na arte, na cultura, no cotidiano, na força de quem luta para existir em uma cidade que insiste em apagá-los. É impossível falar de progresso sem reconhecer que são esses territórios que sustentam a cidade formal — e, ironicamente, é sobre eles que recaem o estigma, a repressão e a ausência de direitos. Enquanto continuarmos tratando essas comunidades como problemas a serem eliminados, em vez de parte fundamental do tecido urbano, perpetuaremos uma violência histórica que corrói não apenas as favelas, mas a ideia de cidade como um espaço verdadeiramente democrático.

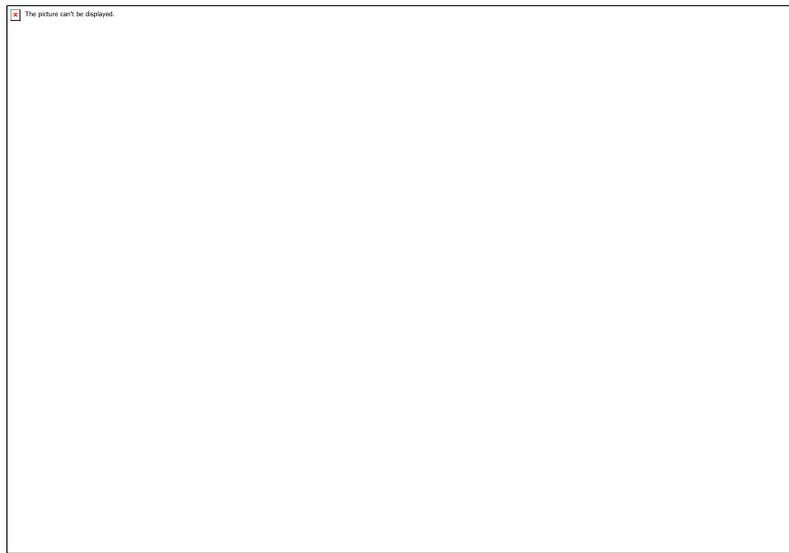
2 UM LUGAR CHAMADO MANGUINHOS

A relação entre as favelas e a cidade configura um espaço de confronto e transformação, no qual os moradores desses territórios desafiam as estruturas de exclusão por meio de práticas culturais, sociais e políticas que atribuem novos significados ao urbano. Nesse cenário, o Complexo de Manguinhos emerge como um exemplo que revela as contradições históricas e sociais que atravessam a cidade do Rio de Janeiro.

Localizado na Zona Norte, Manguinhos é um território de contrastes. Sua proximidade com a Baía de Guanabara, que poderia simbolizar uma localização privilegiada, contrasta com a precariedade que define a vida cotidiana de seus moradores. Erguido sobre uma planície aluvial composta por antigos manguezais e terrenos alagadiços, o complexo evidencia uma urbanização que ignorou as condições naturais do território e favoreceu a exclusão social (Fernandes; Costa, 2009; Lamego, 1964). Manguinhos, no entanto, não se limita a refletir a desigualdade urbana; é também um espaço de resistência, onde a luta por pertencimento e reconhecimento redefine as relações entre favela e cidade (Fernandes; Costa, 2009).

De acordo com os estudos históricos e ambientais sobre a região, os manguezais de Manguinhos faziam parte de um amplo estuário rico em biodiversidade, mas foram progressivamente degradados por sucessivos aterros realizados para viabilizar projetos industriais e rodoviários. Até o início do século XX, o estuário, que incluía canais de marés, praias e pequenas ilhas, sustentava uma rica biodiversidade e atividade pesqueira (Amador, 1992; Fernandes; Costa, 2009). Contudo, o avanço da urbanização, a construção de infraestruturas como a Avenida Brasil e a instalação de indústrias transformaram a área, levando à destruição quase completa dos manguezais, que foram substituídos por zonas industriais e ocupações precárias (PESSOA, 2006).

Figura 1 – Baía de Guanabara vista a partir de Manguinhos.



Legenda: Vista panorâmica da Baía de Guanabara a partir de Manguinhos, antes das intervenções urbanísticas e industriais que transformaram a região. A imagem destaca os terrenos alagadiços e a vegetação nativa.

Fonte: PINTO, J. (1910). Baía de Guanabara, a partir de Manguinhos. Brasileira Fotográfica.

O nome "Manguinhos" tem origem em suas características naturais, como explica uma fonte acadêmica: “Os mangues situam-se em terrenos junto à costa, principalmente na embocadura de rios. Essas áreas são sujeitas às inundações das marés e possuem solo constituído por lamas depositadas recentemente” (IBGE, 1956 apud SILVA, 2012). Até a década de 1920, a paisagem era descrita como paradisíaca, caracterizada por canais meândricos e uma fauna exuberante, incluindo aves como guarás e colhereiros, além de extensos cardumes de peixes (PESSOA, 2006).

No entanto, a percepção dominante sobre o território mudou com o avanço da modernidade urbana e das políticas de desenvolvimento. A exploração de seus recursos naturais e sua ocupação periférica no processo de industrialização levaram ao progressivo aterramento dos manguezais. A instalação do Instituto Oswaldo Cruz, no início do século XX, e a posterior construção da Avenida Brasil simbolizaram os primeiros movimentos que transformaram drasticamente a paisagem de Manguinhos (Fernandes; Costa, 2009).

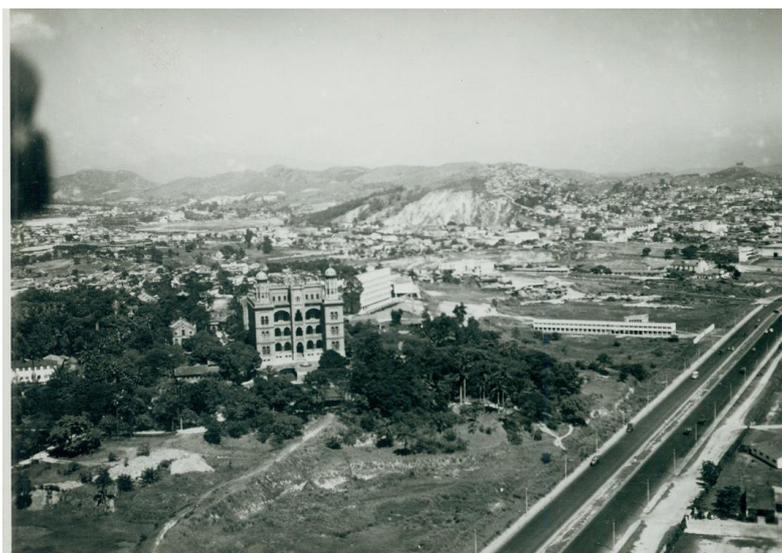
As condições naturais de Manguinhos, como os solos alagadiços e sujeitos a inundações, tornaram o território um espaço de refúgio forçado para populações marginalizadas. Segundo Fernandes e Costa (2009), essa ocupação ocorreu devido à falta de opções habitacionais no centro da cidade e ao desprezo das elites por terrenos considerados

impróprios para a urbanização. Apesar da localização estratégica de Manguinhos, próximo aos grandes eixos de circulação e centros de produção, a região nunca foi plenamente integrada ao planejamento urbano formal, permanecendo à margem da lógica urbana dominante.

Essa dinâmica, como destacam Trindade, Costa e Fernandes (2008), reflete um padrão de exclusão urbana característico do Rio de Janeiro. Para os autores, as condições ambientais adversas de Manguinhos reforçaram a segregação socioespacial, empurrando as populações mais vulneráveis para áreas periféricas, marcadas por precariedade e ausência de infraestrutura básica. Silva (2012) também ressalta como esses fatores consolidaram um ciclo de desigualdade, evidenciando a estreita relação entre os processos de urbanização e a exclusão socioespacial.

A formação inicial do Complexo de Manguinhos remonta ao início do século XX, um período de intensas transformações urbanas na cidade. De acordo com Fernandes e Costa (2009), a proximidade com o Pavilhão Mourisco e o Instituto Oswaldo Cruz foi determinante para a fixação dos primeiros moradores, que buscavam residir próximos aos seus locais de trabalho. Nesse contexto, o Morro do Amorim tornou-se um núcleo pioneiro de ocupação, abrigando trabalhadores que, excluídos do mercado formal de habitação, encontraram em Manguinhos uma alternativa viável para enfrentar as barreiras impostas pela estrutura socioeconômica da época.

Figura 2 – Vista aérea de Manguinhos.



Legenda: Vista aérea de Manguinhos, destacando o Pavilhão Mourisco, sede do Instituto Oswaldo Cruz, e o Morro do Amorim ao fundo. A imagem evidencia a urbanização e a expansão do território no século XX.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz. (s.d.). *Vista aérea de Manguinhos, Rio de Janeiro*. Base Arch.

Em 1901, a administração do Instituto Oswaldo Cruz autorizou que seus trabalhadores residissem no Morro do Amorim, estabelecendo o primeiro vínculo simbólico e prático entre o território de Manguinhos e as populações que ali se fixaram. Essa decisão foi impulsionada pela escassez de habitação acessível no Rio de Janeiro e pela necessidade de manter os trabalhadores próximos às instalações do instituto, evidenciando a relação entre o espaço e as dinâmicas de trabalho na região.

As famílias que ocuparam Manguinhos eram compostas majoritariamente por migrantes rurais, expulsos de suas terras por processos de modernização agrária e ausência de políticas habitacionais eficazes. Esse fluxo migratório é analisado por Fernandes e Costa (2009), que destacam como os deslocamentos forçados e a busca por melhores condições de vida nas cidades reforçaram a formação de áreas urbanas periféricas no Rio de Janeiro. Em Manguinhos, os terrenos alagadiços representavam a única alternativa viável, apesar das condições precárias, como a ausência de saneamento básico e infraestrutura adequada.

A história de Manguinhos é inseparável das dinâmicas de exclusão urbana que marcaram o processo de modernização do Rio de Janeiro no início do século XX. Durante as reformas lideradas por Pereira Passos, entre 1903 e 1906, a cidade foi remodelada de acordo com princípios higienistas e modernizadores. A demolição de cortiços emblemáticos, como o Cabeça de Porco em 1893, simbolizou essa lógica excludente, que priorizava a "limpeza" das áreas centrais em detrimento da inclusão social, empurrando populações pobres para as favelas. Manguinhos, então, consolidou-se como um espaço funcional para a cidade, abrigando trabalhadores em condições habitacionais improvisadas, o que refletia a negligência das políticas públicas voltadas para esses territórios.

As condições naturais adversas de Manguinhos, como os solos alagadiços e propensos a inundações, foram amplamente ignoradas pelo poder público, agravando os desafios enfrentados pelas populações locais. Essa situação é analisada na dissertação de Silva (2012), que aborda a lógica de urbanização desigual e os impactos ambientais sofridos pelo território. Além disso, o descaso estatal consolidou a marginalização socioeconômica e ambiental de Manguinhos, evidenciando as contradições do crescimento urbano no Rio de Janeiro.

O desenvolvimento industrial e logístico também moldou a história do território. A instalação da Estrada de Ferro Leopoldina e, posteriormente, da Refinaria de Manguinhos transformou a região em um polo estratégico para a logística industrial. No entanto, como apontado por Lo Bianco (2011), o progresso econômico não foi acompanhado por melhorias nas condições de vida dos moradores. A ausência de saneamento básico e transporte público

perpetuou a precariedade da habitação, mesmo diante do crescimento econômico promovido pela presença da indústria.

O processo de industrialização e urbanização do Rio de Janeiro ao longo do século XX teve impactos significativos na configuração do território de Manguinhos. A instalação da Refinaria de Manguinhos e a construção da Avenida Brasil foram marcos estruturais que moldaram tanto a paisagem quanto as dinâmicas sociais da região. No entanto, essas transformações consolidaram Manguinhos como um espaço funcional ao capital industrial, ao mesmo tempo em que aprofundaram as desigualdades e reforçaram a exclusão urbana.

Inaugurada em 1954, a Refinaria de Manguinhos representou a expansão industrial da Zona Norte do Rio de Janeiro. Localizada estrategicamente próxima à Baía de Guanabara e conectada à malha ferroviária e rodoviária, a refinaria foi concebida para atender à crescente demanda por combustíveis no contexto do crescimento econômico pós-Segunda Guerra Mundial. Este investimento posicionou Manguinhos como um polo estratégico para a produção e transporte de combustíveis, reforçando sua centralidade logística.

Figura 3 – Vista da Refinaria de Manguinhos.



Legenda: Imagem da Refinaria de Manguinhos, que desempenhou um papel importante no processo de industrialização da região, influenciando a dinâmica econômica e social do território.

Fonte: Gilson. (s.d.). Arquivo pessoal.

Apesar dos benefícios econômicos trazidos pela instalação da Refinaria de Manguinhos, os impactos positivos não alcançaram as populações locais. O desenvolvimento industrial ocorreu de forma desconectada das necessidades básicas dos moradores, que permaneceram sem acesso a saneamento, infraestrutura urbana e habitação digna. Essa lógica de planejamento

urbano, centrada exclusivamente na expansão econômica, negligenciava os direitos sociais e perpetuava o ciclo de precariedade que caracterizava o território. Como destaca Pessoa (2006), a incompletude de diversos projetos urbanísticos ao longo do século XX abriu espaço para a favelização, resultando em grandes áreas vazias ocupadas de forma irregular, agravando os índices de desigualdade na região.

Além disso, a presença da refinaria intensificou os problemas ambientais de Manguinhos. O despejo de resíduos industriais nos rios Jacaré e Timbó provocou o assoreamento e a contaminação das águas, aumentando os riscos de enchentes e a disseminação de doenças entre os moradores. Assim, o território tornou-se, ao mesmo tempo, estratégico para os interesses econômicos da cidade e insustentável para a qualidade de vida de sua população.

A construção da Avenida Brasil, iniciada na década de 1940, foi outro marco significativo na urbanização de Manguinhos. Concebida como um grande eixo rodoviário, a avenida conectava o centro do Rio de Janeiro às regiões suburbanas e metropolitanas, consolidando a Zona Norte como um corredor estratégico para o transporte de mercadorias e pessoas. No entanto, essa infraestrutura foi implantada sem considerar as necessidades habitacionais das populações locais, ampliando o contraste entre os bairros formais e as ocupações precárias que se expandiram ao longo de seu trajeto.

Figura 4 – Construção da Avenida Brasil em Manguinhos, 1941.



Legenda: Registro fotográfico da construção da Avenida Brasil em Manguinhos, realizada em 1941, destacando o impacto das obras de infraestrutura no território e suas implicações na urbanização da região. Fonte: Viagens ao Rio Antigo. (2009). Arquivo Fiocruz.

Apesar de sua importância econômica, a Avenida Brasil exemplifica as contradições do modelo de urbanização adotado no Rio de Janeiro. Enquanto a via reforçava a centralidade de Manguinhos para a infraestrutura logística da cidade, as comunidades locais continuavam vivendo em condições insalubres, sem acesso a serviços básicos. Planejada para atender às demandas da cidade formal, a avenida ignorava as necessidades das populações que habitavam seu entorno, reforçando a exclusão urbana e a segregação espacial.

Com a expansão das atividades industriais e logísticas em Manguinhos, intensificou-se a migração de trabalhadores para a região. Provenientes majoritariamente de áreas rurais, esses migrantes se instalaram em terrenos próximos às fábricas e à infraestrutura ferroviária. Essas ocupações, marcadas pela improvisação e pela ausência de planejamento estatal, resultaram na formação de favelas como alternativa habitacional para as populações mais pobres (Freire e Souza, 2018; Trindade; Costa; Fernandes, 2008).

O conceito de exclusão próxima, que descreve a contradição de estar fisicamente próximo a infraestruturas e serviços essenciais sem acesso pleno a eles, é central para compreender a dinâmica de Manguinhos. Enquanto o território era fundamental para a logística e a produção econômica do Rio de Janeiro, seus moradores permaneciam marginalizados, enfrentando precariedade habitacional, saneamento inadequado e ausência de serviços públicos (Domingues e Cavallazzi, 2023; Silva, 2021).

A história de Manguinhos é marcada por uma relação ambígua com as políticas públicas, que ao longo do século XX oscilaram entre repressão e tentativas de integração urbana. Desde o início de sua ocupação, as intervenções do poder público foram, em sua maioria, orientadas por uma lógica de remoção das populações mais vulneráveis, vistas como obstáculos ao projeto de modernização da cidade (Pessoa, 2006; Fernandes e Costa, 2009). Contudo, essas ações enfrentaram resistência dos moradores, que organizaram movimentos para preservar seus territórios e reivindicar melhorias habitacionais e de infraestrutura (Freire e Souza, 2018; Trindade; Costa; Fernandes, 2008).

Historicamente, a atuação do Estado em Manguinhos priorizou a remoção de favelas em detrimento de uma urbanização inclusiva. Nos anos 1930, o Código de Obras do município do Rio de Janeiro previa a erradicação de favelas como solução para a "desordem urbana". Essa política foi intensificada ao longo do século XX, com programas de remoção em massa que frequentemente deslocavam famílias para áreas ainda mais periféricas, ignorando suas redes sociais e de trabalho (Valladares, 2000; Trindade; Costa; Fernandes, 2008).

O auge das políticas de remoção em Manguinhos ocorreu nos anos 1970, evidenciando os impactos desagregadores dessas intervenções. As remoções de favelas no Rio de Janeiro não

apenas falharam em resolver os problemas habitacionais, mas também criaram novos conflitos e consolidaram um padrão de exclusão territorial. Apesar disso, Mangueiros permaneceu como um espaço ocupado e resiliente, demonstrando a resistência e a capacidade de reorganização de suas populações locais.

Com o declínio das políticas de remoção na década de 1980, as intervenções públicas em Mangueiros passaram a adotar um discurso de urbanização e regularização fundiária. A implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007, representou uma tentativa recente de integrar as favelas ao tecido urbano formal, prometendo melhorias habitacionais e de infraestrutura. No entanto, essas iniciativas enfrentaram desafios significativos, incluindo obras incompletas, processos de remoção inadequados e a perpetuação de desigualdades estruturais (Lo Bianco, 2011; Silva, 2021).

Figura 5 – Remoções na comunidade Beira Rio, Mangueiros, 2014.



Legenda: Registro das remoções na comunidade Beira Rio, em Mangueiros, realizadas em 2014 durante as obras do PAC.
Fonte: CLARKE, Felicity. (2014). RioOnWatch.

Figura 6 – Remoções na comunidade Beira Rio, Mangueiros, 2014.



Legenda: Registro das remoções na comunidade Beira Rio, em Manguinhos, realizadas em 2014 durante as obras do PAC.
Fonte: CLARKE, Felicity. (2014). RioOnWatch.

Diante da repressão das políticas públicas, os moradores de Manguinhos desenvolveram estratégias de resistência e organização comunitária. Desde os anos 1960, associações de moradores e movimentos sociais desempenharam um papel crucial na defesa do território. Esses grupos organizaram protestos, reuniões e ações legais para contestar as remoções forçadas e reivindicar o direito à cidade.

Na década de 1980, algumas dessas lutas foram institucionalizadas, levando à criação de espaços de diálogo entre o poder público e as comunidades, como conselhos de gestão local e fóruns comunitários. O Fórum Social de Manguinhos, embora criado em um contexto posterior, emergiu como um espaço central para articular demandas e propor soluções coletivas.

Segundo Lo Bianco (2011), o Fórum desempenhou papel essencial ao mediar o processo de negociação entre lideranças comunitárias e diferentes instâncias governamentais, especialmente no contexto do PAC. Essas articulações, embora desafiadoras, tornaram-se fundamentais na construção de estratégias coletivas para enfrentar os impactos das políticas públicas e fortalecer a voz das comunidades locais.

A resistência dos moradores também se manifestou na produção cultural e na autogestão. Segundo Lo Bianco (2011), a história de Manguinhos é marcada por uma luta constante "pelo direito à moradia, ou melhor, pelo direito à cidade" (p. 9), com as comunidades resistindo tanto às remoções quanto ao abandono estatal. Nesse contexto, projetos comunitários, iniciativas culturais e ações solidárias desempenharam um papel crucial na construção de uma identidade coletiva e na consolidação de um sentimento de pertencimento ao território. Essas

práticas desafiaram as narrativas oficiais que associavam a favela exclusivamente à precariedade, evidenciando Manguinhos como um espaço de criatividade e resistência.

Em 2007, o PAC foi implementado no Complexo de Manguinhos como uma tentativa de enfrentar décadas de exclusão e precariedade. Com o discurso de promover urbanização, inclusão social e sustentabilidade, o programa prometia reverter os desafios históricos enfrentados pela região. Segundo Lo Bianco (2011), "pela primeira vez em sua história, Manguinhos recebe investimentos e intervenções desse vulto" (p. 2), referindo-se à chegada do PAC como um marco histórico para o território. Entretanto, os desafios da região, como a precariedade habitacional e a violência, impuseram limitações às intervenções planejadas.

O PAC trouxe melhorias importantes, como a construção de unidades habitacionais, a requalificação de vias locais e a implantação de áreas de lazer, como o Parque Linear. Essas intervenções buscaram integrar a favela ao tecido urbano, melhorar as condições de habitabilidade e oferecer infraestrutura básica aos moradores. Além disso, foram implementados projetos para mitigar riscos ambientais, como sistemas de drenagem para reduzir as enchentes frequentes na região. Contudo, como destaca Lo Bianco (2011), "seus equipamentos ainda são pouco divulgados e utilizados pela população local" (p. 4), o que faz com que "seus efeitos sobre o espaço da favela permaneçam restritos à área na qual estão fixados" (p. 4). Essa dinâmica evidencia que, apesar das melhorias pontuais, as intervenções do PAC perpetuaram desigualdades estruturais e geraram novas contradições.

Além disso, Lo Bianco (2011) questiona o discurso oficial de participação cidadã e integração social promovido pelo PAC, ressaltando que as políticas implementadas na região não dialogaram plenamente com as necessidades reais das comunidades. De acordo com a autora, "busca-se relativizar as premissas e o discurso oficial da participação cidadã e da integração social, contrapondo-os à forma como a política vem de fato sendo implementada e de que maneira os indivíduos estão a vivenciando" (p. 4). Essa crítica expõe o paradoxo entre as intenções do planejamento urbano e os resultados concretos no território, reforçando a importância de espaços como o Fórum Social de Manguinhos para a articulação comunitária e o enfrentamento das contradições impostas por políticas públicas.

Figura 7 – Conjuntos habitacionais do PAC em Manguinhos.



Legenda: Conjuntos habitacionais construídos pelo PAC em Manguinhos, como parte das iniciativas de urbanização e melhoria da infraestrutura habitacional da comunidade.

Fonte: PAC Governo. (2011). Arquivo oficial do PAC.

Figura 8 – Estação ferroviária de Manguinhos após as obras do PAC.



Legenda: Imagem da nova Estação de Manguinhos, revitalizada como parte das obras do PAC, destacando a modernização da infraestrutura de transporte na região.

Fonte: FW Engenharia. (s.d.). Arquivo oficial.

As obras do PAC em Manguinhos incluíram ações de regularização fundiária, ampliação de sistemas de saneamento básico e criação de espaços comunitários, como escolas e centros de saúde. Apesar de limitadas, essas iniciativas foram vistas por parte da comunidade como avanços em relação à negligência histórica que marcou o território.

No entanto, o PAC enfrentou diversos desafios que comprometeram a efetividade de suas intervenções. Muitas obras foram entregues com falhas estruturais, como sistemas de drenagem inadequados, unidades habitacionais com infiltrações e problemas de acessibilidade. Além disso, vários projetos foram interrompidos ou concluídos de maneira fragmentada, resultado de cortes orçamentários e mudanças na gestão pública.

A falta de diálogo efetivo com a população foi outra crítica recorrente. Segundo Lo Bianco (2011), o PAC restringiu a participação comunitária a um acompanhamento indireto, conduzido por meio do "trabalho social", sem articulação real com as lideranças locais (p. 20). Essa abordagem enfraqueceu o senso de pertencimento das comunidades em relação aos projetos e reforçou a exclusão nos processos decisórios.

Outro ponto contraditório foi o uso de remoções como estratégia para viabilizar as obras. Lo Bianco (2011) relata que muitas famílias realocadas enfrentaram condições inadequadas e tiveram pouco tempo para se adaptar à nova realidade. Uma moradora contou que sua família "não pôde optar entre aluguel social, compra assistida ou indenização, sendo esta última a única possibilidade dada pelo governo", além de receber um prazo de apenas "10 dias para deixar sua casa após a entrega do cheque" (p. 25). Esses deslocamentos forçados fragilizaram as redes sociais locais, desestruturando as comunidades e gerando novos conflitos internos.

Embora o PAC tenha trazido melhorias pontuais, ele não conseguiu alterar de maneira significativa as desigualdades estruturais que caracterizam Manguinhos. De acordo com Lo Bianco (2011), as intervenções realizadas, ao invés de resolverem os problemas da região, "acabam por enfatizar ainda mais sua condição de pobreza e violência" (p. 25). Essa lógica perpetuou o modelo de urbanização fragmentada, que prioriza interesses econômicos em detrimento das necessidades sociais. Além disso, como destaca a autora, os projetos trataram as favelas de forma isolada, desconsiderando uma integração efetiva com o restante da cidade.

2.1 Da Faixa de Gaza à realidade social

Manguinhos é um território emblemático que expressa, em suas vielas e esquinas, as marcas profundas de um processo histórico de exclusão e desigualdade. Desde o período da industrialização, passando pelas remoções forçadas e pela degradação ambiental, a região se consolidou como um símbolo das contradições urbanas de uma cidade que prioriza a modernização seletiva e ignora as favelas. Mesmo com sua localização estratégica – próxima à

Avenida Brasil e integrada à malha ferroviária –, Manguinhos permanece negligenciado, refletindo o abandono estrutural típico das políticas urbanas excludentes que, historicamente, moldaram as metrópoles brasileiras (Monteiro, 2017; Maia; Teixeira; Kalaoum, 2020).

A ausência de infraestrutura básica, serviços essenciais e investimentos de longo prazo revela uma lógica de segregação socioespacial, na qual os territórios populares são tratados como espaços à margem da cidadania e do direito à cidade.

A violência desse abandono é visível: enquanto grandes vias movimentam a cidade ao redor, dentro do território persistem habitações improvisadas, alagamentos recorrentes e a ausência de espaços de lazer dignos. Programas como o PAC, que prometiam romper com esse ciclo de precariedade, trouxeram apenas melhorias pontuais. Como observa Monteiro (2017), no Brasil, as políticas urbanas têm sido historicamente desarticuladas, resultando em ações fragmentadas e ineficientes, incapazes de enfrentar as causas estruturais da exclusão. Segundo o autor, essa ausência de integração e continuidade reflete a falta de diálogo entre os diferentes setores governamentais, prejudicando iniciativas voltadas para as comunidades marginalizadas .

O saneamento precário e as condições insalubres de moradia, por sua vez, permanecem como símbolos do descaso estrutural. Catão (2015) afirma que os modelos urbanos históricos no Brasil produziram uma exclusão espacial marcada pela precariedade das redes de infraestrutura, que concentram em áreas populares a ausência de saneamento, drenagem e serviços básicos. O autor destaca que essa desigualdade na distribuição dos equipamentos urbanos aprofunda o ciclo de pobreza e priva os moradores de direitos sociais fundamentais, reforçando a marginalização dessas áreas.

A violência urbana em Manguinhos é uma ferida que nunca cicatriza, escancarando um modelo de segurança pública militarizado e excludente. Como afirma Cano, Borges e Ribeiro (2012, p. 8), a lógica do policiamento ostensivo nas favelas, representada pela chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), não resolveu os problemas estruturais, apenas os mascarou. Anunciada sob o manto da pacificação, a presença das UPPs em Manguinhos, iniciada em 2013, se revelou como uma tentativa disfarçada de controle territorial. De acordo com Burgos et al. (2011, p. 70), a UPP foi marcada por abordagens truculentas e abusivas, reforçando a relação desigual entre a polícia e as comunidades, sem promover uma verdadeira integração social.

A Avenida Leopoldo Bulhões, apelidada de “Faixa de Gaza”, simboliza essas feridas abertas da violência em Manguinhos. Segundo Monteiro (2017), a segregação territorial e a negligência do poder público produzem espaços onde o abandono e o confronto coexistem,

intensificando o estigma das favelas cariocas. A avenida, que deveria ser um eixo de mobilidade e desenvolvimento, converteu-se em um divisor – territorial, emocional e simbólico. De um lado, conecta centros importantes como a Fiocruz e a Refinaria; de outro, reforça a percepção do território como um espaço apartado, invisibilizado e entregue à violência estrutural.

O contexto de implementação das UPPs em Manguinhos escancara essa contradição. Apresentadas como uma solução para a violência, elas vieram acompanhadas de ocupação e repressão, não de direitos e cidadania. Cano, Borges e Ribeiro (2012, p. 141) observam que a pacificação não rompeu com a segregação histórica, mas aprofundou a exclusão, pois o projeto se limitou à presença policial, sem dialogar com a necessidade de políticas públicas integradas. A infraestrutura continua precária, a educação é escassa e a saúde inexistente, enquanto a violência policial perpetua o tratamento das favelas como "problemas a serem contidos" e não como espaços de vida e resistência.

Figura 9 – Primeiro dia de ocupação de Manguinhos pela UPP.



Legenda: Registro do primeiro dia da ocupação de Manguinhos pela UPP, evidenciando a presença massiva de forças de segurança e o impacto das políticas de pacificação nas favelas cariocas.
Fonte: Pablo Jacob / Agência O Globo.

Prometendo integrar as favelas ao restante da cidade, reduzir a violência e promover a segurança pública, o programa das UPPs trouxe, em um primeiro momento, uma sensação de alívio para parte da população. A constante presença policial foi vista como uma possível mitigação do cotidiano marcado pelo medo e pela incerteza, especialmente em uma área como Manguinhos, historicamente atravessada por conflitos armados entre facções criminosas. Como

destacado por Burgos et al. (2011), a UPP foi recebida com otimismo pela sociedade, apoiada amplamente pela grande mídia, como um projeto capaz de acabar com a circulação de armas e retomar territórios perdidos para o tráfico.

A esperança inicial, entretanto, foi rapidamente desmontada pela realidade. O programa logo revelou suas contradições e reproduziu, de maneira sistemática, as práticas históricas de repressão e controle social que há décadas marcam a relação do Estado com as favelas cariocas. Como afirmam os relatos na Cartografia Social Urbana (2015), a ocupação militarizada das UPPs em Manguinhos trouxe consigo ações abusivas e autoritárias, como toques de recolher impostos de maneira violenta e inspeções invasivas dos comércios locais. Em vez de dialogar com a comunidade, a "pacificação" intensificou uma lógica de vigilância e criminalização, impondo normas arbitrárias sobre a vida cotidiana dos moradores, como a checagem de celulares e a repressão a expressões culturais que fazem parte da identidade local.

Esse tipo de controle autoritário evidencia uma política que enxerga as favelas não como territórios de vida, mas como espaços a serem domesticados. Como aponta Monteiro (2017), a presença policial ostensiva nas favelas aprofundou o estigma secular que associa pobreza e criminalidade, ao mesmo tempo que mascarou a ausência de políticas estruturais que poderiam enfrentar as raízes da violência. A violência policial, relatada por moradores, tornou-se corriqueira, com abusos de autoridade e atos de brutalidade que corroeram rapidamente a confiança inicial no programa (Cartografia Social Urbana, 2015).

O ambiente de militarização do território reforçou ainda mais o estigma sobre os moradores, perpetuando um discurso que associa a favela à desordem e ignorando suas histórias de resistência e trabalho. De acordo com Burgos et al. (2011), o programa das UPPs representou a subordinação das agendas sociais à lógica policial, transformando o acesso a direitos em um discurso de "pacificação" que desconsidera as reais necessidades dos moradores.

Além disso, a intervenção policial gerou deslocamentos sociais e simbólicos, em combinação com as intervenções urbanísticas promovidas pelo PAC. Freire e Souza (2018) demonstram, por meio de análise etnográfica, que as mudanças físicas na comunidade não vieram acompanhadas de melhorias reais no cotidiano dos moradores. Pelo contrário, o controle estatal se sobrepôs ao diálogo e à participação popular, agravando a sensação de opressão e exclusão.

O enfraquecimento do modelo de pacificação, especialmente após 2016, revelou as limitações estruturais do projeto. A ausência de políticas públicas integradas, capazes de articular educação, saúde, cultura e geração de emprego, foi um fator central no seu fracasso. Como observam Cano, Borges e Ribeiro (2012), a UPP não apresentou soluções concretas para

os problemas históricos das comunidades, limitando-se à ocupação territorial e ao controle militarizado dos moradores.

A desmobilização das UPPs em 2019, incluindo a unidade de Manguinhos, marcou o fim de um ciclo e consolidou o sentimento de abandono estatal. A experiência deixou claro que, embora apresentado como solução inovadora para a integração social, o programa não foi concebido para atender às necessidades reais das favelas. Pelo contrário, ele reafirmou uma lógica de segregação e repressão, mascarada pelo discurso da segurança pública (Cartografia Social Urbana, 2015).

Diante disso, dois casos emblemáticos evidenciam as trágicas consequências da atuação das UPPs em Manguinhos: as mortes de Mateus Oliveira Casé e Johnatha de Oliveira Lima.

Em 20 de março de 2013, Mateus, de apenas 16 anos, perdeu a vida após uma abordagem policial na comunidade. Relatos apontam que ele sofreu uma parada cardíaca provocada pelo uso de uma pistola taser, disparada por um policial da UPP. Esse evento é parte de uma série de abusos cometidos pelas forças policiais, que demonstram a violência institucional e o despreparo dos agentes no trato com a população local. Como documentado na Cartografia Social Urbana (2015), a morte de Mateus foi registrada entre as várias execuções de moradores cometidas por policiais atuantes na UPP de Manguinhos.

No ano seguinte, em 14 de maio de 2014, Johnatha de Oliveira Lima, um jovem de 19 anos que era estudante e servia ao Exército, foi morto com um tiro nas costas disparado por um policial da UPP. A comoção causada pelo assassinato de Johnatha impulsionou a formação do movimento "Mães de Manguinhos"¹, que reúne mães de jovens vítimas da violência policial na comunidade. Esse movimento é uma das manifestações mais importantes de resistência ao controle violento e à criminalização da juventude periférica (Cartografia Social Urbana, 2015).

Após quase uma década de espera, em março de 2024, o policial responsável foi condenado por homicídio culposo, decisão que gerou profunda indignação entre familiares, ativistas e Manguinhos. A sentença, vista como leniente, escancarou mais uma vez a seletividade e a impunidade do sistema judicial brasileiro quando se trata da violência praticada pelo Estado contra jovens negros e pobres. Essa decisão não apenas minimizou a gravidade do crime, mas também enviou uma mensagem clara de que, para o sistema, algumas vidas valem menos.

¹ Conheça melhor em: [Coletivo Mães de Manguinhos - Dicionário de Favelas Marielle Franco](#)

Esses casos não são isolados; pelo contrário, revelam o funcionamento de um sistema que opera como máquina de exclusão e criminalização de corpos negros e periféricos. Mateus, ainda adolescente, foi vítima de uma arma "não letal" que deveria preservar vidas, mas resultou em sua morte. Já Johnatha foi executado enquanto fugia de um confronto que ele não escolheu enfrentar. Essas mortes, longe de serem incidentes isolados, fazem parte de um ciclo de violência que estigmatiza as favelas e trata seus moradores como ameaças permanentes.

A presença das UPPs em Manguinhos nunca se configurou como uma política para a favela, mas sim como uma política sobre a favela. De acordo com os relatos registrados na Cartografia Social Urbana (2015, p. 29), situações extremas de violência policial marcaram a atuação das UPPs no território. Uma das narrativas documentadas descreve o dia em que o caveirão estava em uma região próxima ao Mandela, e um policial ordenou que uma moradora se sentasse na rua até o trajeto do blindado ser concluído – cena que ela qualificou como “castigo”.

O relato se torna ainda mais brutal ao mencionar que, naquele mesmo dia, moradores foram mortos a facadas por policiais. A contradição dessa cena é gritante: “o mesmo blindado que promove o barulho das mensagens de ameaça e dos tiros também transporta agentes que rotinizam a violência institucional em silêncio” (Cartografia Social Urbana, 2015, p. 29).

Além disso, a presença militarizada das UPPs não dialogou com as necessidades reais dos moradores, mas reforçou uma lógica de ocupação e vigilância. Como destaca Monteiro (2017, p. 258), a ausência de protocolos claros permitiu que comandantes das unidades “exercessem pequenos poderes”, criando práticas autoritárias no controle das favelas. Essas ações, em vez de fortalecerem o diálogo e a participação da população, resultaram em relações de tensão e desconfiança, que perpetuaram dinâmicas históricas de controle sobre os territórios populares.

O espaço público, que poderia ser apropriado para práticas culturais e convivência, acabou transformado em cenário de conflito e repressão. A militarização intensificou as disputas simbólicas e sociais, evidenciando que a atuação das UPPs ficou restrita à lógica do controle territorial e não à construção de políticas de segurança cidadã e inclusiva.

Além disso, a resistência comunitária, exemplificada pelo movimento das Mães de Manguinhos, revela a potência das famílias que enfrentam a violência e lutam pela memória de seus filhos. Como registrado na Cartografia Social Urbana (2015, p. 22), as mulheres da comunidade expressam a necessidade de denunciar as violações cometidas: “Se a gente não sai pra rua, é mais um corpo estendido no chão, porque a mídia não vem”. A frase reflete o

sentimento de invisibilidade que recai sobre a favela e o papel das famílias em transformar o luto em luta, mobilizando-se para resistir à violência do Estado e romper o silêncio midiático.

Essas tragédias foram recebidas com a mesma frieza com que o Estado administra a vida em Manguinhos. A morte de Mateus foi rapidamente enterrada na burocracia, enquanto a condenação por homicídio culposo no caso de Johnatha enviou uma mensagem cruel à sua família e à comunidade: essas vidas valem menos.

O problema das UPPs foi além dos abusos; ele esteve em sua essência. O programa foi desenhado para controlar, e não para cuidar. De acordo com as análises da Cartografia Social Urbana (2015), o Estado impôs uma presença violenta em territórios como Manguinhos, convertendo a promessa de pacificação em um projeto de ocupação militarizada, que manteve as favelas como espaços de exceção, submetidos ao medo e à violência cotidiana. Não era sobre proteger crianças como Mateus ou oferecer um futuro a jovens como Johnatha; era sobre proteger propriedades e zonas "nobres", reforçando o apartheid social que define o Rio de Janeiro.

Ainda mais perverso é esperar que os moradores de Manguinhos simplesmente resistam e agradeçam por migalhas. Como se lutar fosse uma condição natural, e não uma imposição cruel. A cultura e a resistência são, de fato, atos de vida, como os grafites que tomam os muros ou as manifestações culturais que reocupam o espaço público. No entanto, até quando a sobrevivência precisará ser arrancada à força, em um contexto onde a dignidade é negada sistematicamente?

Manguinhos e as UPPs são o reflexo mais cru da política brasileira: um Estado que enxerga corpos negros e pobres como ameaças, que prioriza armas em vez de escolas, que escolhe conter em vez de acolher. A pacificação nunca foi real. O que existiu foi um projeto de controle, sustentado por fardas, armas e promessas vazias que se desmancharam no cheiro de pólvora.

O abandono estatal em Manguinhos foi, e ainda é, uma chaga aberta, perceptível nas ruas, nos rostos de seus moradores e nas habitações precárias que se multiplicam pelo território. A precariedade foi além da ausência de infraestrutura física; ela representou um sistema que historicamente desvalorizou vidas e ignorou direitos fundamentais. Políticas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, falharam em atender às necessidades reais das populações periféricas. As unidades oferecidas, muitas vezes, foram construídas em locais afastados, sem acesso adequado a serviços básicos e infraestrutura urbana, o que perpetuou o ciclo de exclusão e vulnerabilidade.

A situação do saneamento é outro testemunho brutal dessa exclusão. Relatos destacam a recorrência de enchentes que invadem as ruas e residências, como se os moradores fossem obrigados a “aprender a nadar”, em um ciclo de descaso e humilhação (Cartografia Social Urbana, 2015, p. 25). O direito básico ao saneamento é constantemente negado, expondo a população a doenças e à insalubridade.

Na educação, o abandono se aprofunda. Escolas com infraestrutura precária, falta de recursos pedagógicos e professores sobrecarregados condenam crianças e jovens a um ciclo de pobreza e exclusão. Em vez de oferecer um futuro, o sistema educacional falho reitera a desigualdade e a falta de perspectivas.

Por fim, no campo da segurança pública, a militarização das favelas trouxe repressão, medo e luto. Como destaca a Cartografia Social Urbana (2015), as UPPs não pacificaram; elas sitiaram os territórios, reforçando a ideia de que esses corpos são alvos a serem controlados e eliminados. A cada operação, a cada disparo, o que se reafirma é a mensagem de que essas vidas valem menos. Manguinhos vive sob um estado permanente de exceção, onde o direito à vida e à dignidade é sistematicamente negado. Cada rua alagada, cada habitação improvisada, cada vida perdida expõe a perversidade de um sistema que decide quais vidas importam e quais podem ser descartadas.

2.1.1 Manguinhos de diferentes faces

Mesmo assim, Manguinhos, mais do que um território marcado pelas adversidades e pela exclusão social, é um espaço de intensa produção cultural, resistência comunitária e mobilização social. As iniciativas que emergem de suas favelas vão além do enfrentamento das dificuldades diárias, tornando-se ferramentas de transformação capazes de reconfigurar narrativas, afirmar identidades e promover coesão social. Espalhadas por campos como cultura, esporte, saúde e meio ambiente, essas ações evidenciam não apenas a potência do território, mas o protagonismo de seus moradores em redefinir sua realidade.

O território é lar de projetos que conectam arte, ciência, sustentabilidade e cuidado comunitário. Da poesia ecoada nos slams ao futebol feminino, das hortas urbanas às rodas de rima, cada iniciativa reflete a força criativa e solidária de um território que enfrenta a marginalização com inovação e coragem. Essas redes não são apenas atividades isoladas; elas

tecem uma estrutura comunitária que impulsiona o desenvolvimento social, fortalece o senso de pertencimento e reafirma que a transformação pode vir de dentro, pela força coletiva.

A Roda Cultural do Pac'Stão² é uma das mais marcantes expressões de cultura e resistência em Manguinhos. Criada para oferecer um espaço onde jovens possam se expressar livremente, a roda une hip-hop, poesia, graffiti e dança, transformando as ruas em palco e a arte em uma potente ferramenta de crítica social. O nome "Pac'Stão" é uma ressignificação criativa e crítica do PAC, cuja implementação no território foi marcada por falhas no diálogo com a comunidade. Agora, reinterpretado como "Por Amor à Cultura", o nome reafirma o papel transformador da arte frente às adversidades locais.

Figura 10 – Roda Cultural do Pac'Stão.



Legenda: Registro de uma Roda Cultural promovida pelo Coletivo Pac'Stão.

Fonte: Instagram do Coletivo Pac'Stão. (2024).

Realizado semanalmente, o evento reúne participantes de várias favelas do Rio de Janeiro, consolidando-se como um espaço inclusivo e plural. Na Roda Cultural, jovens encontram uma plataforma para compartilhar suas vivências, denunciar desigualdades e construir narrativas que rompem com os estigmas historicamente atribuídos aos moradores de Manguinhos. Mais do que uma celebração artística, a roda oferece oficinas, workshops e batalhas de freestyle, promovendo criatividade, aprendizado e socialização, ao mesmo tempo que fortalece o senso de pertencimento e coletividade.

² Conheça melhor em: [Coletivo Pac'stão - Roda Cultural \(@poramoracultura\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)

O SLAM Manguinhos³ insere a poesia falada como uma forma de resistência cultural e fortalecimento da identidade comunitária. Utilizando a palavra como arma e a performance como palco, o movimento dá visibilidade a questões sociais, raciais e de gênero, valorizando as vozes da favela. Jovens participantes encontram no slam um espaço seguro para expressar suas vivências, transformando histórias pessoais e coletivas em poesia.

Figura 11 – Última edição da temporada do SLAM MGH.



Legenda: Registro da última edição da temporada do SLAM MGH em Manguinhos, realizada em 4 de outubro de 2019.
Fonte: Instagram do Slam Manguinhos (2019).

Mais do que uma competição, o SLAM Manguinhos é um espaço de educação política, onde temas como racismo estrutural, violência de gênero e desigualdades sociais são discutidos abertamente. Ao resgatar a tradição oral e conectar a palavra ao território, o movimento reforça o poder transformador da arte. Assim, o slam se torna um ato de resistência, ampliando a visibilidade da cultura periférica e promovendo emancipação por meio da expressão artística.

A Biblioteca Parque de Manguinhos, renomeada em homenagem à vereadora Marielle Franco, é um importante marco cultural e educativo no Complexo de Manguinhos. Inaugurada em 2010, a biblioteca oferece um ambiente acolhedor e democrático, com acesso a livros, filmes, música e exposições. Sua estrutura conta com salas de leitura, teatro e espaços dedicados a oficinas e atividades culturais, consolidando-se como um centro de convivência e aprendizado para a comunidade.

³ Conheça mais em: [slam Manguinhos \(@slammanguinhos\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)

Apesar dos recorrentes desafios financeiros, a biblioteca permanece como um ponto vital para a vida cultural de Manguinhos. Mais do que um espaço de acesso à informação, ela funciona como ponto de encontro intergeracional, promovendo cursos, rodas de leitura e eventos literários que destacam as vozes e narrativas locais. Com o nome de Marielle Franco, a biblioteca simboliza memória e resistência, reafirmando a luta por justiça social e direitos humanos no território.

Em Manguinhos, as iniciativas voltadas ao meio ambiente têm se consolidado como práticas que vão além da conservação ambiental. Elas promovem segurança alimentar, inclusão social, bem-estar mental e educacional, e fortalecem a identidade comunitária. Projetos como a Horta Comunitária de Manguinhos e o Teto Verde Favela exemplificam a força dessas ações, integrando práticas sustentáveis com a cultura local e a melhoria das condições de vida dos moradores.

A Horta Comunitária de Manguinhos é uma das maiores hortas urbanas da América Latina e um marco transformador na história do território. Fundada em 2013, ela ocupa uma área equivalente a quatro campos de futebol e está localizada em um terreno que anteriormente servia como depósito de lixo e local de uso de drogas. O projeto revitalizou completamente o espaço, convertendo-o em um polo de produção agrícola sustentável e inclusão social.

Figura 12 – Horta comunitária de Manguinhos.



Legenda: Horta comunitária localizada em Manguinhos, criada como parte de uma iniciativa de segurança alimentar e sustentabilidade, promovendo o cultivo de alimentos e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Fonte: Voz das Comunidades. (2021).

A horta emprega cerca de 20 moradores de Manguinhos, conhecidos como hortelãos, que trabalham na produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Com uma produção média de duas toneladas de alimentos por mês, a horta beneficia diretamente aproximadamente 800 famílias da região, seja por meio da comercialização a preços acessíveis ou pela distribuição gratuita em ações comunitárias.

Além de promover segurança alimentar, a horta oferece oportunidades de trabalho para moradores em situação de vulnerabilidade, especialmente mulheres e idosos. O projeto também atua como um espaço educativo, recebendo visitas de escolas e grupos comunitários interessados em aprender sobre agricultura urbana, sustentabilidade e alimentação saudável. Ao transformar um local degradado em uma área produtiva e vital, a Horta Comunitária de Manguinhos simboliza o poder da ação comunitária para reverter os efeitos da exclusão e criar soluções inovadoras para os desafios locais.

O Teto Verde Favela é um projeto que alia sustentabilidade ambiental à inclusão social e ao bem-estar comunitário. Ele propõe a instalação de telhados verdes em residências e espaços comunitários, integrando a vegetação ao ambiente urbano e criando espaços de convivência. Mais do que uma prática de embelezamento, o Teto Verde aborda questões de saúde ambiental e mental, ao mesmo tempo em que promove a educação em sustentabilidade.

Figura 13 – Teto verde em favela.



Legenda: Registro do projeto de teto verde em uma das comunidades de Manguinhos
Fonte: RioOnWatch. (2019).

Esses telhados verdes têm impactos múltiplos: melhoram a qualidade do ar, ajudam a reduzir a temperatura das casas em um território marcado por altas temperaturas e contribuem

para o manejo sustentável das águas pluviais, diminuindo os riscos de enchentes. Além disso, os telhados são transformados em áreas de lazer, hortas ou espaços de aprendizado, ampliando a utilidade dos espaços urbanos em Manguinhos.

O projeto também tem uma dimensão educativa significativa, oferecendo oficinas e capacitações para que moradores possam replicar a prática em suas casas ou comunidades. Ao combinar práticas ambientais com arte e criatividade, o Teto Verde Favela inspira mudanças no cotidiano da comunidade, promovendo um novo olhar para a relação entre urbanização e natureza.

Tanto a Horta Comunitária de Manguinhos quanto o Teto Verde Favela demonstram como a sustentabilidade pode ser usada como um caminho para transformar territórios marginalizados. Esses projetos não apenas atendem a necessidades práticas, como a segurança alimentar e o bem-estar ambiental, mas também oferecem novas perspectivas sobre o uso do espaço urbano. Eles representam o poder da comunidade para criar soluções inovadoras que desafiam a lógica da exclusão e fortalecem o laço entre os moradores e o território.

Em Manguinhos, a saúde transcende os limites dos serviços clínicos tradicionais e assume uma dimensão comunitária e política. Projetos como o Bloco Saúde que Luta e o Museu da Vida destacam como a mobilização popular e a integração entre ciência, cultura e educação são essenciais para fortalecer o direito à saúde e resistir à precarização dos serviços públicos. Essas iniciativas combinam conscientização, cultura e ciência para promover uma saúde integral, inclusiva e transformadora.

O Bloco Saúde que Luta é muito mais do que uma manifestação cultural carnavalesca; é um movimento de defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos direitos sociais. Fundado por profissionais de saúde, ativistas e moradores, o bloco utiliza a linguagem popular do carnaval para sensibilizar a comunidade sobre a importância de um sistema público e estatal de saúde. Sua atuação se torna ainda mais significativa em um território como Manguinhos, onde o acesso à saúde enfrenta desafios históricos relacionados à exclusão social e à precarização das políticas públicas.

Figura 14 – Bloco Saúde Que Luta.



Legenda: Registro do Bloco Saúde Que Luta, destacando a mobilização comunitária em defesa do SUS em Manguinhos.
 Fonte: Bloco Saúde Que Luta. (2019).

O bloco transforma a festa em um espaço político de conscientização, trazendo mensagens sobre o direito à saúde, a importância do financiamento do SUS e o combate às desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Suas marchinhas carnavalescas, cheias de crítica social e bom humor, são um veículo poderoso para engajar moradores, especialmente jovens, em debates que muitas vezes são restritos a esferas técnicas ou institucionais. Além disso, o bloco promove rodas de conversa e eventos culturais que reforçam o papel da comunidade na luta por melhores condições de vida e por políticas de saúde mais inclusivas.

O Museu da Vida, vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), representa um importante ponto de convergência entre ciência, educação e cultura no contexto das políticas de saúde pública. Localizado em Manguinhos, território marcado por desigualdades estruturais e negligência histórica, o museu atua como um espaço de democratização do conhecimento científico, conectando saberes acadêmicos às realidades locais. Sua proposta ultrapassa o papel tradicional de um museu, ao se configurar como uma ferramenta de transformação social que dialoga diretamente com as necessidades da comunidade.

Por meio de exposições interativas, oficinas educativas, peças teatrais e eventos culturais, o Museu da Vida aborda questões centrais para a saúde pública, como vacinação, saneamento básico e doenças negligenciadas. Sua metodologia de aproximação, especialmente com crianças e jovens, evidencia a importância de uma educação científica acessível e crítica, que rompe as barreiras históricas entre produção de conhecimento e inclusão social. Essa abordagem não apenas informa, mas também mobiliza, estimulando uma reflexão sobre o

direito à saúde e a importância do SUS em um cenário de crescentes ataques às políticas públicas.

O Castelo Mourisco, além de ser um ícone arquitetônico, é também símbolo do compromisso da Fiocruz com a saúde como um direito universal. Nesse sentido, o Museu da Vida não se limita à difusão de conteúdo científico; ele ocupa um lugar estratégico como espaço de resistência. Suas ações educativas e culturais promovem o fortalecimento da cidadania e a valorização da ciência em territórios periféricos, ressignificando a relação entre instituições acadêmicas e comunidades historicamente marginalizadas.

Figura 15 – Castelo Mourisco, Museu da Vida Fiocruz.



Legenda: O Castelo Mourisco, símbolo da Fiocruz, abriga o Museu da Vida. O edifício histórico é um marco da ciência e da saúde pública no Brasil, promovendo educação e divulgação científica.

Fonte: Peter Illiciev / Portal Fiocruz.

Além de atuar como centro de conhecimento, o Museu da Vida estabelece parcerias com escolas e organizações comunitárias, ampliando o alcance e a efetividade de suas atividades. Esse movimento descentraliza a ciência, aproximando-a das práticas cotidianas dos moradores de Manguinhos e fortalecendo redes de mobilização social. Em um contexto de profundas desigualdades, onde o acesso à informação e à saúde é precarizado, o museu se torna um instrumento fundamental na luta pela equidade, colocando a ciência a serviço da transformação concreta das realidades sociais.

O esporte em Manguinhos se consolida como uma ferramenta de integração social e enfrentamento às desigualdades estruturais, especialmente no que diz respeito à violência de gênero e à invisibilidade das mulheres em espaços tradicionalmente masculinos. Projetos como

o Estrelas do Mandela – Minas da Bola exemplificam o potencial transformador do futebol ao promover não apenas a prática esportiva, mas também processos de empoderamento e formação crítica das participantes.

O Minas da Bola utiliza o futebol como um ponto de partida para trabalhar questões fundamentais que atravessam a vida das jovens mulheres da periferia. Mais do que um espaço de treinamento físico, o projeto se estrutura como um ambiente seguro onde temas como saúde mental, autoestima e enfrentamento à violência de gênero são debatidos de maneira acessível e prática. A articulação entre esporte e educação transforma o futebol em uma plataforma de conscientização, possibilitando que as participantes compreendam seus direitos e fortaleçam suas capacidades individuais e coletivas.

Figura 16 – Jogadoras do time Estrelas do Mandela.



Legenda: Atletas do time de futebol feminino Estrelas do Mandela, uma iniciativa comunitária que promove inclusão social, fortalecimento de vínculos e empoderamento das mulheres através do esporte em Manguinhos.

Fonte: Estrelas do Mandela. (s.d.). Arquivo pessoal.

Além das atividades em campo, o projeto realiza ações formativas, como palestras e oficinas, que abordam temas essenciais, como educação sexual, prevenção à violência doméstica e a ocupação de espaços sociais pelas mulheres. Essa abordagem amplia o papel do esporte ao conectá-lo com demandas reais do território, rompendo com os estereótipos que limitam a presença feminina no futebol e reafirmando a importância da equidade de gênero. Os eventos promovidos pelo projeto, que envolvem a comunidade e as famílias das participantes, fortalecem os laços sociais e ressignificam o olhar da própria comunidade sobre a atuação das mulheres nesses espaços.

Diante dessas iniciativas e do mapeamento das ações em Manguinhos, evidencia-se que o território, embora atravessado por processos históricos de exclusão e abandono estatal, é também um espaço de resistência ativa. As práticas culturais, ambientais, de saúde e esportivas que emergem desse contexto não apenas respondem às adversidades impostas, mas configuram estratégias concretas de enfrentamento à marginalização. Atuando diretamente na transformação das condições sociais e no fortalecimento das redes comunitárias, essas ações desafiam a lógica do abandono e reafirmam a potência dos territórios periféricos como espaços de reinvenção e luta coletiva.

A cultura, por meio da Roda Cultural do Pac’Stão, do SLAM Manguinhos e da Biblioteca Parque Marielle Franco, ressignifica o espaço público ao convertê-lo em um território de protagonismo e contestação. Esses espaços funcionam como plataformas de expressão e resistência, rompendo com as narrativas estigmatizantes que associam a favela à violência e ao atraso. Ao valorizarem a voz dos próprios moradores, promovem um processo de afirmação identitária e de reconfiguração simbólica do território.

No campo ambiental, projetos como a Horta Comunitária de Manguinhos e o Teto Verde Favela apontam alternativas práticas e sustentáveis em meio ao abandono urbano. Essas ações enfrentam os problemas da insegurança alimentar e da degradação ambiental ao mesmo tempo em que promovem educação ecológica e novas possibilidades de uso do espaço. A transformação de áreas abandonadas em polos produtivos evidencia a capacidade da comunidade de propor soluções inovadoras para problemas historicamente negligenciados.

A saúde, em Manguinhos, se torna objeto de mobilização por meio de iniciativas como o Bloco Saúde que Luta e o Museu da Vida. Essas ações combinam conscientização e denúncia ao enfrentarem a precariedade dos serviços públicos. Enquanto o bloco atua por meio de uma linguagem cultural para mobilizar e informar, o museu cumpre o papel de difusor científico, fortalecendo a compreensão do direito à saúde como garantia fundamental e inegociável.

No esporte, o Estrelas do Mandela – Minas da Bola reafirma o potencial transformador das práticas esportivas. Ao priorizar o protagonismo feminino e oferecer alternativas reais para crianças e jovens, essas iniciativas desafiam dinâmicas de exclusão e violência estrutural. O esporte, nesse contexto, se consolida como ferramenta de emancipação e inclusão social.

Essas ações não surgem isoladamente, mas dialogam entre si como respostas orgânicas à omissão do poder público. Manguinhos, portanto, não é apenas um reflexo das desigualdades históricas que estruturam as favelas urbanas, mas também um espaço de invenção e articulação, onde a comunidade, por meio da cultura, do ambiente, da saúde e do esporte, propõe caminhos concretos para reverter o abandono. O potencial dessas iniciativas, contudo, permanece

limitado pela falta de políticas públicas que as fortaleçam e garantam sua continuidade em um contexto de adversidade persistente.

2.2 Um território em “comum”

Após percorrer a história de Manguinhos, suas características singulares, as contradições do espaço urbano e a força das redes culturais na resistência cotidiana, é possível reconhecer o território como uma arena viva e em constante disputa. Manguinhos, mais do que um espaço geográfico, é o reflexo das interferências externas e das resistências internas que se entrelaçam em um jogo contínuo de fragmentação e reinvenção.

Neste contexto, o território resiste e se reconstrói frente às forças de apagamento promovidas pelo sistema capitalista global, que tende a desumanizar e invisibilizar os espaços periféricos. As reflexões de Santos (2001) e Paiva (1998) oferecem uma base teórica essencial para analisar as dinâmicas territoriais de resistência que emergem em locais como Manguinhos. É nesse embate que surge o conceito do “comum”, uma potência transformadora capaz de desafiar as lógicas excludentes da modernidade urbana e ressignificar o território como espaço de vida, solidariedade e criação coletiva.

Sodré amplia a compreensão do “comum” ao situá-lo além da materialidade territorial. Segundo o autor, o comum é “uma significação transformadora”, que atua como elemento político e cultural em espaços marcados pela exclusão e precariedade estrutural (Sodré, apud Paiva, 1998, p. 9). Para Sodré, o arquétipo da comunidade adquire força justamente na contemporaneidade, “inspirada nesta nova era do crescimento econômico, baseado nas neotecnologias da informação” (Sodré, apud Paiva, 1998, p. 10). Essa força, característica de territórios como Manguinhos, manifesta-se através da criatividade, da organização social e da solidariedade como mecanismos de resistência cotidiana.

Como visto anteriormente, Manguinhos sintetiza as contradições urbanas do Brasil. Sua ocupação inicial em terrenos alagadiços, desprezados pelas elites econômicas, reflete o projeto de modernização excludente que moldou as cidades brasileiras. Santos (2001), ao discutir a “compartimentação e fragmentação” do território, ressalta que os espaços urbanos são organizados de maneira desigual, seguindo a lógica do mercado global, que submete os habitantes das favelas a uma condição de invisibilidade. De acordo com o autor, a urbanização contemporânea é marcada pela predominância da lógica mercantil, que organiza o território a

partir de interesses econômicos externos, frequentemente em detrimento das necessidades e da realidade das populações locais.

Esse processo resulta na fragmentação e alienação do espaço, retirando das coletividades periféricas o controle sobre seus destinos e relegando-as a uma condição de invisibilidade. Nesse sentido, as favelas, como Manguinhos, torna-se um território negado, onde a exclusão sistêmica e as desigualdades se intensificam, mas que também carrega em si o potencial de resistência e reinvenção como espaço de vida e luta.

Contudo, é justamente nessa negação do território que emerge uma força vital. Em Manguinhos, a resistência periférica manifesta-se através da subversão das narrativas dominantes, criando novas formas de organização e significado para o espaço, como visto anteriormente. Paiva (1998) observa que a lógica excludente da modernidade urbana organiza o espaço de maneira desigual, normatizando a invisibilização de sujeitos periféricos. Esse processo, no entanto, não se concretiza de forma passiva. Como sugere Santos (2006), o território é atravessado por uma dialética entre sistemas exógenos – que impõem suas lógicas fragmentadoras – e dinâmicas endógenas – que resistem e reinventam o espaço a partir das práticas cotidianas.

Em Manguinhos, essa resistência se materializa na transformação do território em lugar de vida e luta, onde os sujeitos periféricos questionam a fragmentação social e recriam o cotidiano a partir de suas próprias experiências e relações solidárias.

Nesse sentido, Paiva (1998) identifica a comunicação como um eixo central para a ressignificação territorial. Os discursos comunitários, em oposição às narrativas dominantes, tornam-se veículos de conscientização e ação coletiva. Segundo a autora, a comunicação, quando realizada pela comunidade, fortalece os laços de pertencimento e amplia o poder de reivindicação ao possibilitar uma leitura crítica do mundo. Ela observa que, “para a comunidade que representa, [a comunicação] alcança valor considerável e comumente atinge os seus propósitos” (p. 9), sobretudo ao se alinhar à realidade vivida e não às imposições externas.

Em diálogo com essas reflexões, é possível entender o território de Manguinhos como um espaço de resistência coletiva, onde o “comum” emerge como uma força transformadora. Para Santos (2006, p. 65), o espaço geográfico é resultado de uma “inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, o que lhe confere dinamismo e vitalidade ao longo do tempo. Nesse processo, o território não é estático, mas uma construção social e histórica que reflete a interação entre as estruturas materiais e as práticas cotidianas. Como afirma o autor, o espaço é também “o teatro insubstituível das paixões humanas” (p. 218), onde se manifestam as resistências, as ações solidárias e a criatividade dos sujeitos que nele vivem.

Mas o “comum”, na concepção de Paiva (1998), vai além da ideia de uma rede de solidariedade; ele constitui um campo dinâmico de trocas reais e simbólicas, no qual a linguagem desempenha um papel fundamental na estruturação das relações comunitárias. Nesse sentido, a autora afirma:

"A linguagem constituiria um elo espiritual, por meio do qual os indivíduos se acham em condições de expressar seus pensamentos, repassar fundamentos, vivificar as normas, enfim, eternizar o grupo. Mas a linguagem é também o elo concreto, na medida em que graças a ela se consegue definir um grupo, uma comunidade, um território" (PAIVA, 1998, p. 98).

Por meio da comunicação e das narrativas coletivas, os sujeitos compartilham suas experiências e atribuem novos significados ao cotidiano, fortalecendo os laços que os unem e recriando continuamente a identidade comunitária.

O comum não se reduz a uma articulação solidária; ele se apresenta, sobretudo, como um ato político que desafia as estruturas de opressão e exclusão. Quando os moradores ocupam os espaços públicos, reivindicam direitos e constroem narrativas coletivas, estão, na prática, subvertendo as lógicas dominantes que historicamente os marginalizam. Nesse sentido, Paiva destaca que “o papel da comunicação comunitária é extremamente importante. Primeiro, porque [...] tem caráter basicamente local, de abordagem temática relacionada ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização de sua realidade” (PAIVA, 1998, p. 58).

A comunicação comunitária, ao destacar as realidades locais e dar visibilidade às experiências dos sujeitos periféricos, reorganiza os discursos hegemônicos e fortalece o poder de reivindicação das comunidades. Para Paiva (1998), essa comunicação se constitui como um instrumento político e cultural, capaz de mobilizar, conscientizar e articular as demandas coletivas, criando narrativas que subvertem a lógica dominante de invisibilização e exclusão. Nesse sentido, ela conecta as lutas cotidianas à construção de um espaço comum de pertencimento, no qual os sujeitos reafirmam suas identidades e resistem às imposições fragmentadoras do sistema.

Essas narrativas desafiam a visão hegemônica que reduz a favela a um lugar de carência e violência, demonstrando como a palavra pode ser utilizada como ferramenta de luta e ressignificação do espaço. A apropriação cultural, como as rodas de rima e o SLAM

Manguinhos, exemplifica essa prática ao transformar a linguagem em um instrumento de resistência e identidade.

Como destaca Paiva (1998, p. 58), “nessa direção destaca-se a importância das narrativas no interior de uma comunidade. Isto porque sua interpretação pode definir a organicidade do corpo social, a maneira como o grupo de indivíduos se relaciona com o mundo”. Assim, a narrativa não apenas expressa a realidade cotidiana, mas articula a memória coletiva e fortalece os laços comunitários, permitindo que a comunidade resista e se reinvente frente às estruturas de exclusão.

Para Paiva (1998), a comunicação comunitária desempenha um papel essencial na articulação das demandas locais e na conscientização dos sujeitos periféricos. Segundo a autora, os veículos comunitários “têm caráter basicamente local, de abordagem de temática relacionada ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização de sua realidade” (p. 58). Esse tipo de comunicação promove o pertencimento, dá visibilidade às experiências vividas e fortalece a capacidade reivindicatória das comunidades, permitindo que se organizem politicamente e construam narrativas próprias.

No entanto, a autora destaca os desafios contínuos na construção do comum, entendendo-o como um processo dinâmico que exige constante conquista e negociação. Essa perspectiva aponta para a necessidade de redefinir as relações com o poder público e ampliar a participação popular na gestão dos territórios. Em Manguinhos, essas demandas se manifestam nas mobilizações contra a militarização da segurança pública e na luta por políticas urbanas mais inclusivas.

Ainda assim, o comum também se manifesta no cotidiano, por meio das trocas simbólicas e práticas de convivência, que desafiam a fragmentação do espaço urbano. Paiva (1998) destaca que a comunicação e a partilha de experiências redefinem as relações entre os sujeitos, permitindo a construção de sentidos coletivos e fortalecendo os laços de pertencimento dentro da comunidade. É nesse espaço de troca e solidariedade que os significados do comum são continuamente recriados, articulando resistências e promovendo a coesão social.

As iniciativas culturais e ambientais desenvolvidas em Manguinhos, como a Horta Comunitária e o Teto Verde Favela, exemplificam o conceito de “comunhão e partilha” proposto por Paiva (1998). Tais ações vão além da promoção da sustentabilidade e da segurança alimentar, pois reafirmam a capacidade das comunidades periféricas de transformar coletivamente a realidade imposta. Segundo a autora, é no “intercâmbio de experiências do cotidiano” que a comunidade encontra seu caráter de resistência e criação (PAIVA, 1998, p.

98). Nesse sentido, ao recuperar espaços degradados e convertê-los em áreas produtivas e vivas, os moradores de Manguinhos demonstram que o “comum” atua como uma força ativa capaz de enfrentar a exclusão social e construir alternativas concretas de organização e pertencimento coletivo.

Milton Santos (2006) compreende o território como resultado das práticas sociais e técnicas que nele se desenvolvem. Para o autor, o espaço não é estático; ele é continuamente transformado pelas relações sociais e pela dinâmica dos agentes que nele atuam. Santos afirma que o espaço é "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações" e que ele se configura a partir do movimento humano, tornando-se, assim, um produto social em permanente construção (Santos, 2006, p. 12).

Em Manguinhos, as redes comunitárias – representadas por fóruns de discussão, associações de moradores e movimentos culturais – materializam essa capacidade de ressignificar o território, mesmo em condições adversas. Através da mobilização coletiva, os moradores transformam o cotidiano em um espaço de resistência, onde a memória e a solidariedade operam como ferramentas essenciais para a criação de novas sociabilidades e a reconstrução do sentido do território.

Além disso, Santos (2001) discute o papel dos sujeitos marginalizados como críticos fundamentais da globalização perversa. Mesmo sendo frequentemente as maiores vítimas das desigualdades estruturais, são eles que, por meio de suas práticas cotidianas, revelam formas alternativas de sociabilidade e sobrevivência. Em Manguinhos, a resistência coletiva se expressa na transformação da vulnerabilidade em potência, criando um horizonte de possibilidades que desafia a exclusão social e promove novas formas de organização territorial.

Ao recuperar espaços esquecidos e convertê-los em áreas produtivas e culturais, os moradores reafirmam o território como espaço de vida e pertencimento. Para Santos (2006), o espaço é um meio “técnico-científico-informacional” que reflete a ação dos indivíduos e das coletividades, pois são eles que, ao usá-lo, atribuem-lhe significado e função (SANTOS, 2006, p. 159). Dessa forma, é no cotidiano que os sujeitos agem, recriam o território e transformam sua própria realidade, resistindo às pressões impostas pelas estruturas dominantes.

Contudo, a construção do “comum” não ocorre sem tensões e desafios. Paiva (1998) destaca que a ideia de comunidade carrega em si contradições, pois, embora represente um horizonte de solidariedade, ela também está sujeita às desigualdades e aos conflitos que permeiam o mundo real. A autora enfatiza que a comunidade muitas vezes é atravessada por disputas e interesses que dificultam a sua plena realização.

Em Manguinhos, essas contradições se materializam nas dificuldades de articulação entre os diversos grupos comunitários, nas limitações impostas pela violência urbana e no enfrentamento às políticas de controle, como a militarização representada pelas UPPs. Ainda assim, as ações coletivas que emergem desse contexto revelam a força transformadora da comunidade, que resiste e projeta novas possibilidades de organização social.

Santos (2001) destaca que as favelas, mesmo enfrentando adversidades impostas pelas estruturas de poder, possuem uma capacidade única de crítica e reinvenção. Nas práticas cotidianas, os sujeitos marginalizados transformam suas condições de vida ao criar formas alternativas de organização social e resistência. Em Manguinhos, essa capacidade se manifesta na mobilização coletiva, que enfrenta a exclusão estrutural e ressignifica o território, projetando horizontes de transformação baseados na solidariedade e no fortalecimento dos laços comunitários.

E a comunicação comunitária desempenha um papel fundamental na superação dessas tensões sociais e na construção do "comum". Paiva (1998) argumenta que uma política efetiva de comunicação deve ser capaz de integrar os diversos atores sociais, promovendo um diálogo inclusivo e participativo. Para a autora, o município deve assumir uma posição protagonista nesse processo, ao criar mecanismos de representação democrática que permitam reduzir as distâncias e fortalecer a participação popular. Paiva defende que a comunicação deve ser compreendida como parte essencial da formação dos novos atores sociais, sendo possível conceber uma política pública que amplie os canais de expressão das comunidades periféricas (PAIVA, 1998).

Em Manguinhos, fóruns comunitários e associações de moradores exemplificam essa tentativa de articulação. Essas iniciativas funcionam como espaços de escuta e proposição, fundamentais para que a comunidade desenvolva soluções coletivas para os problemas locais. A comunicação comunitária, nesse contexto, se torna um instrumento essencial para articular as vozes antes silenciadas, fortalecer as redes de resistência e criar possibilidades reais de transformação.

Além do papel instrumental, Paiva (1998) ressalta a importância da dimensão simbólica do "comum", ao destacar que ele resgata os laços comunitários e reposiciona os sujeitos periféricos como protagonistas de suas histórias. É através das narrativas compartilhadas que a comunidade estrutura sua identidade e ressignifica o pertencimento ao território. Em Manguinhos, manifestações culturais como o SLAM e as rodas de rima têm desempenhado um papel crucial nesse processo. Tais práticas não apenas permitem que os moradores reivindiquem o direito à narrativa, mas também criam novas representações sobre si mesmos e sobre o

território que habitam. Essa dimensão cultural é essencial, pois a comunicação comunitária deve expressar o real histórico, dando voz às experiências cotidianas e promovendo a transformação social a partir do local.

Por fim, a noção de "comum" nos convida a repensar os limites entre o público e o privado, assim como entre o individual e o coletivo. Nesse horizonte, o "comum" desafia as lógicas do consumo e da competição, propondo alternativas que valorizam práticas solidárias e coletivas. Em Manguinhos, esse horizonte se concretiza nas práticas cotidianas dos moradores, nos sonhos compartilhados e nas estratégias de resistência que desafiam as narrativas excludentes. A autora destaca, ainda, que as alternativas comunitárias não devem ser vistas como arcaicas ou secundárias, mas como formas efetivas de organização social que podem reposicionar as comunidades no centro das decisões (Paiva, 1998).

3 COMUNICAÇÃO E SUAS DINÂMICAS

A comunicação desempenha um papel central na construção do "comum" e na resistência dos territórios periféricos, como Manguinhos. Historicamente, esses espaços têm sido alvos de narrativas hegemônicas que os desumanizam, marginalizam e os reduzem a representações de escassez, violência e precariedade. Tal invisibilização é resultado de processos estruturais e históricos que, alinhados à lógica capitalista e ao controle exercido pelos grandes conglomerados midiáticos, reforçam ciclos de exclusão e silenciamento social.

Contudo, a resistência cotidiana que emerge nesses territórios representa um movimento de ressignificação do espaço, transformando-o em lugar de vida, solidariedade e luta. Nesse contexto, a comunicação comunitária e os discursos locais tornam-se ferramentas essenciais na contestação das narrativas dominantes e na reconstrução de identidades. Para Paiva (1998), a linguagem constitui-se como um elo estruturante das relações sociais, responsável por cristalizar sentidos coletivos. Assim, a comunicação nos territórios periféricos transcende a mera função informativa e atua como mecanismo de articulação, mobilização e organização, configurando-se, portanto, em um ato político de reivindicação e afirmação.

A disputa por narrativas, nesse sentido, assume papel estratégico na resistência dos territórios periféricos. Enquanto os meios de comunicação de massa, pautados pela lógica hegemônica, tendem a reforçar estigmas e marginalizações, as práticas comunicativas desenvolvidas no interior das comunidades oferecem alternativas contra-hegemônicas. Essas

iniciativas recolocam os moradores como protagonistas de suas próprias histórias e ressignificam o território, consolidando-o como espaço de pertencimento, memória e criação coletiva.

Para aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, faz-se necessário recorrer às reflexões de Gramsci sobre hegemonia e contra-hegemonia. Segundo Gramsci (1999), a hegemonia cultural se sustenta pela difusão de ideologias dominantes que naturalizam desigualdades e perpetuam relações de poder. No entanto, o conceito de contra-hegemonia possibilita compreender a resistência comunicacional como uma ferramenta capaz de romper com as estruturas dominantes e gerar alternativas de sentido. Paralelamente, o pensamento de Freire (2013) reforça a perspectiva dialógica e emancipatória da comunicação, defendendo-a como prática de liberdade que fortalece o protagonismo social e a conscientização dos sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, a comunicação comunitária emerge como prática política, cultural e simbólica, capaz de mobilizar sujeitos, denunciar injustiças e articular ações transformadoras. As manifestações culturais, os projetos locais e a apropriação de tecnologias contemporâneas pelos moradores desses territórios evidenciam a potência da comunicação enquanto estratégia de resistência. A comunicação comunitária não apenas questiona o monopólio da representação midiática dominante, mas também conecta o local ao global, fortalece os laços sociais e resgata a dignidade das favelas.

3.1 Hegemonia e contra-hegemonia

Para compreender como a hegemonia dos grandes meios de comunicação influencia o contexto de territórios favelados, é fundamental explorar os mecanismos por meio dos quais esses veículos moldam o imaginário coletivo. Gramsci (1999) discute que a hegemonia é um processo que combina coerção e consenso, sendo este último construído através da liderança cultural e ideológica. No campo midiático, os grandes conglomerados de comunicação exercem esse papel ao estabelecer os parâmetros do que é considerado notícia e ao moldar as representações sociais dos espaços e dos sujeitos marginalizados.

Gramsci compreendeu a hegemonia como um processo dinâmico e historicamente situado. Esse conceito foi posteriormente expandido por Laclau e Mouffe, que destacaram sua dimensão contingente e articulatória. Segundo os autores,

"O conceito de hegemonia não surgiu para definir um novo tipo de relação em sua identidade específica, mas para preencher um hiato que se havia aberto na cadeia da necessidade histórica. 'Hegemonia' fará alusão a uma totalidade ausente e aos diversos intentos de recomposição e rearticulação que, superando esta ausência originária, permitiram dar um sentido às lutas e dotar as forças históricas de uma positividade plena" (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 15, tradução nossa).

No Brasil, a hegemonia dos grandes meios de comunicação está profundamente imbricada na história das desigualdades econômicas, políticas e culturais do país. Gramsci nos lembra que a hegemonia transcende o uso da força ou o controle direto, sendo um processo mais sutil e eficaz: o de construção de consensos. Por meio dele, valores, ideias e práticas das elites dominantes tornam-se "naturais" e amplamente aceitos pelas massas (Gramsci, 1999). No cenário midiático nacional, essa dinâmica é visível na concentração do poder comunicacional em gigantes como Globo, Record e Band. Esses conglomerados não apenas controlam o que é considerado notícia, mas também moldam as percepções sociais, legitimando certas narrativas enquanto silenciam outras, perpetuando estereótipos e invisibilizando vozes alternativas.

Essa hegemonia midiática, conforme discutido por Dênis de Moraes, opera como um instrumento de manutenção do status quo. Os veículos de comunicação dominantes não apenas moldam a opinião pública, mas também funcionam como "intelectuais orgânicos" das elites políticas e econômicas, reproduzindo narrativas que favorecem as classes dominantes enquanto marginalizam ou criminalizam os grupos subalternos (Moraes, 2010). Em territórios como Mangueiras, essa lógica é evidente nas coberturas jornalísticas que reforçam estereótipos negativos, como a associação da favela à violência, e ignoram os aspectos positivos e dinâmicos desses espaços, como as iniciativas culturais, educacionais e de resistência comunitária.

A criminalização das favelas é um dos aspectos mais perversos da hegemonia dos grandes meios de comunicação no Brasil. Como visto anteriormente, a narrativa midiática dominante apresenta a favela como um "outro" antagônico, um espaço de risco e desordem que precisa ser controlado e pacificado por meio de ações repressivas. Essa abordagem legitima práticas autoritárias, como as operações policiais militarizadas, ao mesmo tempo em que invisibiliza as consequências sociais e humanas dessas intervenções, incluindo a destruição de laços comunitários, o aumento da precarização e a violação sistemática de direitos básicos.

Esse processo de criminalização não é apenas fruto de práticas discursivas recentes, mas está profundamente enraizado na estrutura histórica da mídia brasileira, especialmente no Rio de Janeiro. Como aponta Souza,

“A mídia comercial do Estado do Rio, monopolizada por corporações familiares desde a ditadura militar, durante muito tempo foi utilizada como ferramenta da elite carioca para a perpetuação do consenso pretendido pelos próprios governantes. Com o discurso já corrente no senso comum, fica previamente legitimada toda ação ou política de segurança pública do Estado que promova e intensifique a criminalização da pobreza. A mídia tem o poder de agendar e direcionar a maneira com que os assuntos serão debatidos na sociedade a partir da cobertura que faz sobre determinado tema.” (SOUZA, 2011, p. 47).

Dugnani complementa essa análise ao destacar que os meios de comunicação de massa têm a capacidade de amplificar discursos fundamentalistas, utilizando-se da "inocência" dos consumidores de mídia para moldar percepções e legitimar estruturas de opressão (DUGNANI, 2022). Em territórios como Manguinhos, essa amplificação contribui para consolidar uma visão distorcida da realidade, que perpetua preconceitos e dificulta a construção de uma esfera pública mais democrática.

A hegemonia dos grandes meios de comunicação também está intrinsecamente ligada à concentração de poder econômico e político. No Brasil, poucas famílias controlam os principais veículos de comunicação, o que reduz significativamente a diversidade de perspectivas e vozes no debate público. Como Gramsci afirma, a hegemonia é consolidada por meio do controle das "superestruturas", que incluem a mídia, a educação e outras instituições culturais (Gramsci, 1999).

No Brasil, a configuração do setor midiático é emblemática desse processo. Famílias como os Marinho (Grupo Globo), Saad (Grupo Bandeirantes), Macedo (Rede Record), Abravanel (SBT), Frias (Folha de S.Paulo), Mesquita (O Estado de S.Paulo) e Civita (Grupo Abril) controlam conglomerados que determinam as narrativas dominantes no debate público.

O Grupo Globo, liderado pela família Marinho, é o exemplo mais claro desse fenômeno. Detentora de emissoras de televisão, jornais, portais digitais e uma ampla gama de empresas de entretenimento, a Globo atinge praticamente todos os lares brasileiros. Seu alcance permite não apenas a influência direta sobre a formação de valores culturais, mas também a definição de agendas políticas e sociais, um poder que ultrapassa o mero papel de comunicação e se configura como instrumento político e econômico. A atuação da Globo, em diversas ocasiões, foi associada ao apoio explícito ou implícito a projetos de governo e políticas que beneficiam as elites tradicionais, reforçando desigualdades históricas.

Outro exemplo é o Grupo Record, sob o controle de Edir Macedo. Sua ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus evidencia uma convergência entre religião, política e mídia.

Por meio de suas emissoras de televisão, Macedo promove uma agenda que mistura interesses religiosos e econômicos, com um viés político que frequentemente dialoga com setores conservadores. Esse domínio não apenas reforça uma perspectiva ideológica específica, mas também utiliza a infraestrutura midiática para consolidar o poder político de grupos alinhados a esses interesses.

A Família Saad, por sua vez, mantém o Grupo Bandeirantes, que atua em televisão, rádio e plataformas digitais. Embora menos centralizada que o Grupo Globo, a Band exerce influência significativa, especialmente no jornalismo e na cobertura de esportes, consolidando-se como um dos principais pilares da comunicação nacional. Da mesma forma, as famílias Frias e Mesquita, controladoras de veículos tradicionais como Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, dominam o segmento de mídia impressa e digital, moldando o debate público com ênfase nas perspectivas de classes médias e altas, frequentemente alinhadas a interesses empresariais.

A concentração de poder é exacerbada pela falta de regulamentação efetiva do setor, que permite que esses conglomerados detenham múltiplas formas de mídia, criando um oligopólio que sufoca iniciativas menores e independentes. Essa estrutura torna desafiadora a inclusão de vozes marginalizadas e impede uma pluralidade que é essencial para a formação da esfera pública.

Além disso, a inter-relação entre os grandes grupos midiáticos e o poder político consolida uma hegemonia em que as elites se retroalimentam. Esses conglomerados frequentemente têm influência direta na configuração de campanhas eleitorais, na escolha de narrativas sobre políticas públicas e até mesmo na construção de crises institucionais que favorecem mudanças políticas alinhadas aos seus interesses. Essa sinergia entre mídia e política reforça um ciclo em que as desigualdades econômicas e sociais são perpetuadas por meio da manipulação simbólica e informacional.

Andrade e Nunes, em seu estudo sobre a Mídia Ninja, ilustram como essa concentração de poder midiático dificulta a disseminação de narrativas contra-hegemônicas. Para os autores, a mídia tradicional monopoliza os recursos técnicos e simbólicos necessários para alcançar um público amplo, marginalizando iniciativas independentes e comunitárias que tentam oferecer representações alternativas das favelas e de outros territórios subalternos (Andrade; Nunes, 2021).

Diante desse cenário, a contra-hegemonia surge como uma estratégia de resistência fundamental para desafiar as estruturas de poder que moldam o imaginário coletivo e perpetuam desigualdades. Inspirada pela noção gramsciana de que a hegemonia não é permanente e pode

ser contestada através da construção de novos blocos históricos, a comunicação contra-hegemônica busca desestabilizar os discursos dominantes e promover narrativas alternativas que reflitam as vivências, demandas e resistências dos grupos marginalizados (Gramsci, 1999). Nesse contexto, como enfatiza Moraes,

"A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico" (MORAES, 2010, p. 73).

Um exemplo emblemático de práticas contra-hegemônicas está nas iniciativas de comunicação comunitária e alternativa, como o próprio Mídia Ninja. Esse coletivo utiliza ferramentas digitais para democratizar a produção e disseminação de conteúdo, proporcionando visibilidade às pautas negligenciadas pela mídia tradicional. Andrade e Nunes (2021) destacam que, ao empregar uma abordagem horizontal e colaborativa, a iniciativa desafia os moldes convencionais de produção midiática, articulando uma rede de vozes que contestam as narrativas hegemônicas sobre os territórios periféricos e outros grupos subalternos.

Entretanto, o fortalecimento dessas práticas contra-hegemônicas exige superar desafios significativos. Como aponta Moraes,

"um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder" (MORAES, 2010, p. 73).

Essa prática encontra eco na perspectiva de Andrade e Nunes (2021), que aponta a mídia alternativa como uma ferramenta crucial para a ampliação da diversidade informativa e o fortalecimento do pluralismo no espaço público. Nesse sentido,

"O papel da mídia alternativa pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar os interesses hegemônicos e fornecer outro enquadramento (framing) da realidade. As múltiplas possibilidades no terreno digital impulsionam novas dinâmicas noticiosas e a emergência de uma comunicação alternativa que acontece em rede e nas redes sociais" (Andrade; Nunes, 2021, p. 9-10).

Na perspectiva da educação popular, Freire (1987) oferece contribuições significativas para o entendimento da comunicação contra-hegemônica. O autor compreende que a conscientização é um processo de ruptura com a alienação, permitindo que os oprimidos se

reconheçam como sujeitos históricos capazes de transformar sua realidade. Essa abordagem dialoga com a sociopoética proposta por Santos e Cordeiro (2020), que defendem a valorização da pluralidade de saberes e a descolonização do conhecimento nos espaços educativos. Ao adotar metodologias que acolhem saberes contra-hegemônicos, as práticas educacionais se tornam instrumentos para a reconstrução de imaginários mais inclusivos e emancipatórios.

Outro aspecto crucial da luta contra-hegemônica é a desconstrução dos estereótipos perpetuados pelos grandes meios de comunicação. Nos territórios marginalizados, como Manguinhos, iniciativas culturais e artísticas têm desempenhado um papel central na ressignificação das representações sociais. O grafite, por exemplo, emerge como uma linguagem de resistência que expõe as contradições do sistema e reivindica espaços de pertencimento. Semeraro (2007) ressalta que a hegemonia só pode ser contestada de forma eficaz quando movimentos sociais e culturais articulam projetos alternativos de sociedade que sejam capazes de engajar diferentes atores sociais em torno de objetivos comuns.

No entanto, a construção de estratégias contra-hegemônicas exige a articulação de múltiplos esforços. Como apontado por Laclau e Mouffe (1987), a hegemonia contemporânea não pode ser compreendida apenas em termos econômicos, mas também como um processo de articulação discursiva que configura identidades e relações de poder. A radicalização democrática defendida pelos autores implica o reconhecimento da pluralidade e da contingência nas práticas políticas, permitindo que novos antagonismos emergjam e reconfigurem as esferas de poder.

3.2 A comunicação, a comunitária

Dando continuidade à análise das dinâmicas de hegemonia e contra-hegemonia, é necessário aprofundar o olhar sobre as práticas comunicativas que emergem dos territórios marginalizados, como as favelas. Se no capítulo anterior exploramos como a mídia hegemônica molda o imaginário coletivo ao perpetuar estereótipos e narrativas de criminalização, agora nos voltamos para as iniciativas de resistência que surgem a partir das próprias comunidades, desafiando essas representações e afirmando novas formas de pertencimento e protagonismo.

Nesse contexto, a comunicação comunitária desempenha um papel crucial. Para Paiva (1998, p. 60), ela não apenas desafia os discursos hegemônicos, mas também estabelece "uma outra ordem de comunicação", inserindo-se no cotidiano das comunidades como forma de

resistência às narrativas uniformizantes dos *mass media*. Ao atuar a partir da realidade local, essa comunicação ressignifica os territórios e reforça as identidades coletivas. Como destaca a autora, trata-se de um processo que reconecta as comunidades com suas histórias e valores, criando um horizonte de pertencimento e solidariedade.

As favelas, muitas vezes vistas apenas como espaços de exclusão, emergem também como loci de produção simbólica e cultural. Esse movimento, profundamente enraizado nas práticas cotidianas e nas narrativas locais, expressa o "espírito comunitário" que, segundo Paiva (1998, p. 58), promove "a organicidade do corpo social" e fortalece os laços entre os indivíduos. Por meio de formas de expressão como o grafite, a música e as redes sociais, as comunidades produzem suas próprias narrativas, contestando as representações negativas impostas de fora e afirmando novas visões de si mesmas.

A comunicação comunitária se diferencia das estruturas hierárquicas e unidirecionais da mídia convencional ao privilegiar a horizontalidade e a participação ativa dos sujeitos. Segundo Paiva (1998, p. 58), trata-se de um modelo que promove a "troca contínua com os outros membros da comunidade histórica", onde os sentidos compartilhados fortalecem os vínculos entre os indivíduos e ressignificam suas realidades. Dessa forma, a comunicação comunitária não apenas organiza demandas e articula lutas, mas também transforma a própria dinâmica social, reforçando o protagonismo coletivo e consolidando uma rede de pertencimento e solidariedade.

No cotidiano das comunidades, a comunicação comunitária manifesta-se de forma adaptada às condições locais. Atividades como festas, mutirões de limpeza ou campanhas de conscientização são organizadas por meio de redes informais, como grupos de WhatsApp ou convites presenciais, exemplificando a criatividade e a eficácia dessa comunicação em contextos adversos. Paiva (1998, p. 58) observa que esses processos são fundamentais para transformar a realidade local, uma vez que "o sentido dos signos, presentes no discurso, é compartilhado pela comunidade", reforçando a capacidade de articulação e mobilização.

Mais do que isso, a comunicação comunitária transcende sua função inicial de troca de informações, consolidando-se como uma ferramenta de transformação social. Problemas como a precariedade de serviços públicos ou a violência cotidiana tornam-se catalisadores de movimentos coletivos, que, por meio da comunicação, criam estratégias reais de enfrentamento.

Como aponta Paiva (1998, p. 182), os veículos comunitários desempenham um papel essencial ao promoverem "a criatividade, buscando novas formas de abordagem, não se satisfazendo apenas com a repetição do padrão estético em vigor". Essa postura reforça o potencial desses veículos como instrumentos de transformação social, capazes de democratizar

a linguagem e ampliar o acesso às práticas comunicativas por meio de iniciativas como cursos básicos, que aproximam os indivíduos da construção ativa de narrativas coletivas.

Por meio dessa comunicação, os moradores não apenas expõem as injustiças que vivenciam, mas também fortalecem os laços comunitários e ampliam sua capacidade de ação coletiva. Essa dinâmica contribui para transformar a realidade local, funcionando como uma ferramenta poderosa de mobilização social e construção de soluções para os desafios enfrentados no cotidiano.

Além de seu papel mobilizador, a comunicação comunitária desempenha uma função vital no resgate e preservação histórica, garantindo que memórias e identidades frequentemente ignoradas ou apagadas sejam mantidas vivas. Esse processo de preservação é essencial, pois contribui para a construção de uma memória coletiva que fortalece a identidade local e resiste às narrativas hegemônicas que frequentemente deslegitimam essas histórias. Segundo Paiva (1998, p. 50), a comunicação comunitária emerge como contraponto à lógica dos *mass media*, promovendo narrativas enraizadas no cotidiano das comunidades, em oposição ao discurso desvinculado do real histórico frequentemente produzido pela mídia comercial.

Por meio de relatos orais, documentários, exposições culturais e outras formas de expressão, as comunidades periféricas registram suas lutas, conquistas e tradições. Nesse sentido, a preservação histórica realizada pelas comunidades é também uma resposta à exclusão sistemática do Estado, que frequentemente abdica de seu papel social, deixando as populações vulneráveis sem suporte básico (Paiva, 1998). Ao registrar suas experiências, as comunidades não apenas reafirmam sua continuidade histórica, mas também desafiam a narrativa hegemônica que busca apagá-las, resgatando o protagonismo de quem vive à margem.

Ao tornar visíveis as experiências das favelas, a comunicação comunitária se afirma como uma ferramenta de reivindicação simbólica e cultural, reescrevendo o lugar dessas comunidades na história oficial. Trata-se de um ato político que, conforme destaca Paiva (1998, p. 86), propõe um "inclinarse para o outro", valorizando as relações de solidariedade e convivialidade em oposição à lógica individualista do neoliberalismo. Assim, o resgate do passado torna-se um alicerce para a construção de futuros possíveis, alinhando-se à perspectiva de que as comunidades são espaços privilegiados para a reivindicação e transformação social.

Nesse processo de ressignificação e resistência, a interação entre novas tecnologias e métodos tradicionais de comunicação comunitária assume um papel central. Apesar das limitações impostas pela precariedade tecnológica, as comunidades demonstram uma notável capacidade de apropriação criativa das plataformas digitais. A comunicação comunitária é caracterizada por uma abordagem local, que permite tanto a organização das narrativas quanto

a articulação das comunidades em torno de objetivos comuns (Paiva, 1998). Essa interação entre o tradicional e o contemporâneo reflete uma dinâmica híbrida, em que práticas como o boca a boca e as rodas de conversa coexistem com redes sociais, criando uma comunicação simultaneamente enraizada e inovadora.

Além disso, essa articulação híbrida reforça a capacidade das comunidades de se organizarem em múltiplos níveis, ampliando sua visibilidade e resiliência. Nesse contexto, as iniciativas comunitárias também estabelecem conexões com movimentos globais, denunciando desigualdades estruturais e promovendo pautas de direitos humanos. Essa articulação global-local é essencial para conectar as vivências das favelas a pautas mais amplas de justiça social. Como aponta Paiva (1998), o diálogo entre o local e o global é uma das dimensões mais significativas da comunicação comunitária, pois permite transcender fronteiras geográficas e culturais, criando narrativas inclusivas e interconectadas.

A comunicação comunitária, ao dialogar com redes globais, transforma-se em uma ponte entre o particular e o universal, reafirmando a importância de reconhecer as singularidades de cada território. Essa conexão global-local, como destaca Paiva (1998), não apenas amplia o alcance das vozes periféricas, mas também contribui para a formulação de soluções coletivas que transcendem as fronteiras do Estado-nação, fortalecendo a luta por direitos humanos e justiça social.

Essa prática surge de uma necessidade urgente de sobrevivência e organização coletiva, enraizada na força da oralidade e na proximidade das relações cotidianas. Ao mesmo tempo, demonstra uma notável capacidade de adaptação ao incorporar ferramentas digitais e linguagens contemporâneas que dialogam com as transformações tecnológicas em curso. Diferente da comunicação de massa, que frequentemente silencia, estereotipa ou distorce as vozes das favelas, essa forma de comunicação se constrói a partir de um olhar interno, autônomo e comprometido com as vivências locais.

Por meio dela, a comunidade se reconhece, reflete sobre suas realidades e reafirma sua identidade. Subverte, assim, as narrativas externas que buscam apagá-la ou reduzi-la a estereótipos. Mais do que apenas dar visibilidade, essa prática se consolida como um espaço de pertencimento e resistência, onde as histórias são contadas por quem as vive, e não por olhares distantes e descolados da experiência concreta.

Trata-se, acima de tudo, de uma comunicação essencialmente participativa, que rompe as barreiras tradicionais entre quem fala e quem ouve. Nesse modelo, cada pessoa que se envolve nas práticas comunitárias se torna agente ativo na construção de narrativas, revelando o caráter profundamente democrático e inclusivo desse processo. Essa lógica contrasta

diretamente com o modelo excludente da grande mídia, onde o poder narrativo se concentra nas mãos de poucos, limitando as possibilidades de representação e diálogo.

Paiva (2009, p. 6) destaca que “se ainda é possível formular alguma teoria de comunicação, esta terá que ter certamente a feição de uma comunicação que inclua as pessoas e não apenas as distraia de suas mazelas quotidianas e do forte processo de exclusão social a que estão submetidas.” Essa visão sublinha a urgência de práticas comunicativas que ultrapassem a superficialidade e respondam, de forma concreta, às necessidades das comunidades historicamente marginalizadas.

Mais do que informar, a comunicação deve educar, despertando uma consciência crítica; conectar, fortalecendo os vínculos comunitários; e transformar, promovendo mobilização e novos horizontes sociais. Nesse sentido, ela não se limita à transmissão de mensagens, mas se torna um instrumento de mudança, um espaço para a emancipação e o protagonismo coletivo. Ao adotar essa postura, a comunicação deixa de ser uma ferramenta técnica e assume um papel político e cultural, capaz de construir pontes para novas realidades.

As ideias de Freire são centrais para compreender uma abordagem de comunicação libertadora e emancipadora, que transcende as práticas educacionais tradicionais. Na visão do autor, a pedagogia libertadora não se restringe às salas de aula, mas se expande para a comunicação como prática de conscientização e transformação social (Freire, 1987; 2013). Sob uma perspectiva freireana, a comunicação é um processo dialógico, horizontal e participativo, no qual os sujeitos são colocados no centro da construção do conhecimento e da transformação de suas próprias vidas. Trata-se de um modelo que rejeita a imposição de verdades e valoriza a troca de saberes, fortalecendo a autonomia e o poder das comunidades para narrar suas próprias histórias.

Freire (2013) rejeita modelos de comunicação unilaterais e verticalizados, que tratam os receptores como meros objetos passivos. Para ele, a verdadeira comunicação é essencialmente dialógica, marcada pela igualdade de condições e pela troca mútua de saberes e experiências. Tal abordagem transforma a comunicação em um espaço de encontro no qual os sujeitos dialogam e constroem, coletivamente, significados sobre o mundo. Como Chonchol explica no prefácio da obra de Freire, “conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo” (CHONCHOL, 2013, p. 6).

Essa concepção tem implicações profundas nos movimentos sociais e comunitários, onde a comunicação transcende a simples troca de mensagens e se torna parte essencial da

práxis libertadora. Para Freire (2013), a educação é, em sua essência, um ato de comunicação, pois implica a interação de sujeitos que buscam conjuntamente compreender e transformar a realidade. Ele reforça essa ideia ao afirmar que “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais — em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem” (Freire, 2013, p. 16).

Nos movimentos sociais, essa concepção se concretiza em práticas organizativas que constroem narrativas alternativas às impostas pelos discursos midiáticos hegemônicos. Peruzzo (2017, p. 13) enfatiza que a comunicação, especialmente nos movimentos comunitários, “não acontece de forma isolada, ela implica sempre em ação. A ação de agir sobre a realidade, para reconhecê-la e transformá-la. E, assim, também se desenvolve a consciência crítica e o conhecimento.”

A comunicação comunitária, inspirada nos princípios freireanos, valoriza profundamente os saberes locais e culturais das comunidades, rompendo com o eurocentrismo e o colonialismo que frequentemente moldam os discursos midiáticos tradicionais. Essa abordagem compreende a comunicação como um processo dialógico e transformador, no qual os sujeitos são reconhecidos como agentes ativos na construção de conhecimento. Nesse contexto, o conhecimento não é algo imposto de forma unilateral, mas é produzido por meio de interações críticas e problematizadoras, que permitem às comunidades reinterpretarem e transformarem sua realidade.

Sob essa perspectiva, a comunicação dialógica proposta por Freire (2013) não apenas reconhece os sujeitos como agentes de seu próprio saber, mas também atua como uma força motriz para a transformação social. Ao promover a autonomia e o protagonismo das comunidades, ela possibilita a construção de novos horizontes e fortalece a capacidade coletiva de enfrentar desafios e reivindicar direitos. Essa abordagem reflete a concepção freireana de que a educação e a comunicação, longe de serem neutras, são práticas que implicam sempre uma tomada de posição, seja para manter o status quo ou para transformá-lo, conforme a realidade e os interesses em jogo (Freire, 2013).

A comunicação comunitária materializa esses princípios ao combinar práticas tradicionais, como reuniões presenciais, rodas de conversa e eventos culturais, com estratégias contemporâneas, como o uso de mídias digitais para denunciar abusos, organizar campanhas e promover eventos.

Essa articulação entre o tradicional e o contemporâneo não só demonstra a pluralidade da comunicação comunitária, mas também reforça seu papel transformador, respondendo de

maneira eficaz às demandas específicas das comunidades. Assim, a comunicação comunitária reafirma sua relevância em contextos diversos, ao mesmo tempo que reflete a essência dialógica proposta por Freire (2013), em que o diálogo e a ação conjunta conduzem à transformação social.

Ao dialogar com o passado e o presente, bem como com o local e o global, essa comunicação se apresenta como uma prática flexível e resiliente. Ela responde às exigências cotidianas sem desvincular-se de suas raízes históricas e coletivas, fortalecendo sua posição como ferramenta indispensável de resistência e articulação social. Essa adaptabilidade, além de reforçar sua eficácia, possibilita que as comunidades se mantenham ativas na criação de narrativas que refletem suas próprias realidades.

Além de conectar e transformar, a comunicação comunitária exerce uma função educativa que vai além da mera transmissão de informações técnicas. Iniciativas como oficinas de mídia e cursos de produção audiovisual, muitas vezes conduzidos dentro das próprias comunidades, capacitam indivíduos a compreender e usar criticamente os instrumentos de comunicação. Esses espaços formativos não apenas promovem a aquisição de habilidades práticas, mas também incentivam a construção de uma consciência crítica em relação às narrativas hegemônicas.

As ações educativas desempenham um papel central na comunicação comunitária, pois ampliam a participação ativa e fortalecem a autonomia coletiva. Ao capacitar as comunidades para criarem e disseminarem suas próprias narrativas, essas práticas não apenas ressignificam a presença das comunidades no espaço público, mas também reafirmam seu protagonismo social, enfrentando e subvertendo as estruturas que historicamente tentaram silenciá-las.

Essa capacidade de produzir e projetar narrativas próprias se manifesta em uma ampla diversidade de iniciativas, marcadas pela criatividade, resiliência e potencial transformador da comunicação comunitária. Mesmo em cenários de escassez, as comunidades mobilizam os recursos disponíveis para romper estereótipos, construir representações genuínas de si mesmas e ampliar suas vozes para além dos limites de seus territórios. Exemplos concretos dessas práticas incluem:

1. Jornais e rádios comunitários

O Voz das Comunidades é um exemplo marcante de jornalismo comunitário no Brasil, consolidando-se como uma plataforma indispensável para dar visibilidade às histórias e às demandas das favelas cariocas. Fundado em 2005 por Rene Silva, na época um jovem morador do Complexo do Alemão, o projeto nasceu como um jornal impresso independente, distribuído

de forma modesta na comunidade. Ao longo dos anos, transformou-se em uma iniciativa multimídia que utiliza redes sociais, sites e aplicativos para ampliar seu alcance, conectando-se com públicos dentro e fora das favelas.

A essência do Voz das Comunidades está em oferecer uma perspectiva genuína e interna sobre as realidades da favela, desafiando as narrativas estigmatizantes frequentemente propagadas pela grande mídia. A plataforma aborda temas fundamentais como saúde, educação, segurança, cultura e trabalho, desempenhando um papel que vai além da informação. Ela mobiliza moradores, cria redes de apoio e fortalece a autoestima coletiva. Durante crises, como a pandemia de COVID-19 ou as enchentes que frequentemente atingem essas áreas, o Voz se destacou ao liderar campanhas de solidariedade e disseminar informações vitais, demonstrando o valor da comunicação comprometida com as pessoas.

Mais do que um canal informativo, o projeto exerce um impacto social e político profundo. Ele amplia as vozes de moradores historicamente marginalizados, oferecendo-lhes um espaço para narrar suas vivências e reivindicações. Ao fazê-lo, ressignifica a imagem das favelas, que passam a ser vistas como territórios de criatividade, resistência e solidariedade. O sucesso do Voz das Comunidades exemplifica como o jornalismo comunitário pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social, conectando a favela ao restante da cidade e fortalecendo as demandas locais em busca de reconhecimento e mudanças estruturais.

2. Produções culturais e artísticas

As produções culturais e artísticas nas favelas cariocas são expressões vivas das histórias, das dores e das resistências que atravessam esses territórios. Grafite, funk e rap não se limitam a ser manifestações estéticas; eles carregam o peso de reivindicações, memórias e sonhos. Cada traço nos muros, cada batida e verso ecoam entre becos e vielas, rompendo silêncios impostos e desafiando as narrativas que insistem em reduzir essas comunidades à falta. Nessas expressões, a favela transforma-se em palco e voz, reafirmando sua importância no tecido urbano, apesar dos esforços históricos de apagamento.

O grafite e o rap, em especial, têm a capacidade de reconfigurar os espaços públicos das favelas, tornando-os locais de resistência e criação coletiva. Como vimos anteriormente, o Coletivo Pac'stão, formado por jovens de Manguinhos e arredores, faz do rap e da improvisação instrumentos de diálogo e transformação. As rodas culturais promovidas pelo grupo, realizadas em praças e ruas, são mais do que encontros artísticos; são gestos de enfrentamento. Ali, a palavra ganha força de luta, o verso transforma-se em ferramenta política, e o simples ato de se reunir reafirma que a favela é um espaço de articulação e resistência.

Outro exemplo significativo é o coletivo Manguinhos Cria, que nasceu no coração da Zona Norte do Rio de Janeiro. Composto por artistas, educadores e produtores culturais locais, o grupo organiza eventos como o Festival de Grafite de Manguinhos. Essas ações não apenas revitalizam os espaços da comunidade, mas também criam redes de apoio e pertencimento entre os moradores. Para além da arte como estética, essas iniciativas respondem ao abandono estatal e transformam-se em estratégias concretas de organização social e política.

Ao ressignificar os territórios marginalizados, essas manifestações culturais mostram que as favelas não são apenas lugares de carência, mas de potência criativa e crítica. Com cores, sons e palavras, elas reescrevem o Rio de Janeiro, revelando que a verdadeira força da cidade está nas vidas que resistem, criam e reinventam o cotidiano em suas margens.

3. Redes sociais e plataformas digitais

Com o avanço dos smartphones e o acesso, ainda que precário, à internet, as favelas têm encontrado nas redes sociais uma ferramenta poderosa para comunicação e resistência. Projetos como o Favela em Pauta se destacam nesse cenário, trazendo visibilidade às realidades das favelas por meio de plataformas como Instagram, TikTok e YouTube. Esses espaços digitais se tornaram palcos para denunciar a violência policial, expor o racismo estrutural e reforçar as lutas por educação, saúde e direitos básicos que as grandes mídias frequentemente ignoram.

Mais do que isso, jovens moradores das favelas têm transformado essas plataformas em espaços de criação e reflexão. Com criatividade, eles vão além das denúncias, produzindo conteúdos que mesclam entretenimento e crítica social. Lives, vlogs, vídeos curtos e memes se tornam instrumentos para contar suas histórias e mostrar a diversidade cultural e a riqueza de suas comunidades. Essas narrativas ultrapassam as barreiras físicas das favelas, conectando-as a públicos mais amplos de forma autêntica e engajada.

A apropriação das redes sociais pelos moradores das favelas não é apenas uma maneira de ampliar a visibilidade de suas pautas. É também um ato de resistência frente às narrativas estigmatizantes da mídia tradicional. No espaço virtual, quem vive a realidade periférica assume o papel de narrador de sua própria história. A favela deixa de ser vista como um objeto distante, para se tornar sujeito ativo, capaz de falar diretamente com o mundo e, assim, transformar a maneira como é compreendida pela sociedade.

4. Mutirões e rodas de conversa

Os mutirões e as rodas de conversa estão entre as práticas mais transformadoras da comunicação comunitária. Mais do que fortalecer os laços entre os moradores, esses encontros criam espaços de diálogo sobre temas urgentes, como direitos humanos, igualdade de gênero e políticas públicas. Nessas trocas, saberes, experiências e demandas são compartilhados, dando origem a soluções coletivas para os desafios cotidianos enfrentados pelas comunidades.

O protagonismo das lideranças locais, muitas vezes formado por pessoas que enfrentaram históricas exclusões, é o coração dessas práticas. São elas que organizam rodas de conversa, grupos de apoio e eventos que trazem à tona questões invisibilizadas, como o racismo estrutural, as desigualdades de gênero e a luta por direitos básicos. Essas lideranças não apenas denunciam as injustiças, mas também articulam redes de solidariedade, transformando o território em um espaço de resistência e construção coletiva.

Mais do que ações pontuais, os mutirões e rodas de conversa se consolidam como estratégias permanentes de mobilização e fortalecimento da identidade comunitária. Esses encontros elevam os saberes locais ao centro das discussões, conectando as vivências do dia a dia às lutas por justiça e igualdade. Ao mostrar que a força das favelas está na capacidade de agir em conjunto, essas práticas reafirmam a comunicação comunitária como uma ferramenta essencial de emancipação e transformação social.

5. Cinema e audiovisual comunitário

O audiovisual tem se consolidado como uma poderosa ferramenta de comunicação comunitária nas favelas cariocas, oferecendo visibilidade a histórias e vivências locais que raramente encontram espaço na mídia tradicional. Projetos como o Cinema Nosso desempenham um papel transformador ao capacitar jovens moradores de favelas a utilizar as ferramentas do cinema. Documentários, ficções e curtas-metragens emergem como narrativas potentes que resgatam e valorizam as experiências dessas comunidades, desafiando a exclusão e os estereótipos impostos por uma sociedade que frequentemente marginaliza essas vozes.

Iniciativas como o Cine Manguinhos também destacam o impacto social do audiovisual, democratizando o acesso à cultura cinematográfica para crianças e adolescentes da comunidade. Ao organizar sessões de cinema dentro do território, o projeto oferece momentos de lazer e reflexão que transcendem a simples exibição de filmes. Em um contexto onde políticas públicas voltadas à juventude são escassas, essas ações promovem o interesse cultural e o senso de pertencimento, além de inspirar novas perspectivas entre os jovens.

Esses projetos, embora diferentes em abordagem, compartilham o objetivo de transformar a relação das favelas com o cinema. Enquanto o Cinema Nosso capacita jovens

como criadores e protagonistas de suas próprias histórias, o Cine Manguinhos rompe barreiras geográficas e sociais ao levar a sétima arte para territórios esquecidos pelas grandes redes comerciais. Ambos reafirmam o cinema como um direito cultural e uma ferramenta de cidadania, ressignificando os espaços marginalizados como locais de criação, expressão e resistência.

6. Eventos culturais e feiras comunitárias

As feiras culturais, como as realizadas dentro das favelas, representam uma das expressões mais vibrantes da comunicação comunitária. Esses eventos reúnem música, literatura, artesanato e gastronomia, criando espaços de troca que transcendem o lazer, funcionando como verdadeiros atos de resistência cultural. Um exemplo significativo é o Viradão Cultural da Rocinha, realizado na Biblioteca Parque da comunidade, que apresentou 50 iniciativas culturais locais, incluindo apresentações de dança, teatro e música, além de debates sobre temas como turismo comunitário e inclusão. Esse evento, financiado pela Lei Paulo Gustavo, não apenas deu visibilidade às iniciativas culturais da favela, mas também fortaleceu a identidade local e incentivou a participação da população.

Nessas feiras, a favela reafirma sua identidade, desafiando a visão estigmatizante que a reduz à carência e mostrando que é, sobretudo, um território de produção cultural rica, autêntica e pulsante. Mais do que celebrações, esses encontros são espaços onde as narrativas das comunidades ganham vida e visibilidade. Ao valorizar o talento local e fomentar a economia criativa, as feiras não apenas promovem integração, mas também geram oportunidades e fortalecem a autoestima coletiva. Elas mostram que a comunicação nas margens é muito mais do que um mecanismo de sobrevivência: é uma ferramenta de empoderamento e transformação social, onde as vozes da favela se encontram e se amplificam.

Em sua multiplicidade de formas e expressões, a comunicação comunitária nas favelas cariocas transcende a mera transmissão de informações, tornando-se um elo vital entre a experiência cotidiana e as demandas por transformação social. Seja por meio das produções artísticas, do uso criativo das redes digitais, dos eventos culturais ou das iniciativas de educação e resgate histórico, cada prática reafirma a potência criativa e política das comunidades periféricas.

Essas ações mostram que a comunicação comunitária não é apenas uma resposta às ausências deixadas pelo Estado e pela sociedade, mas uma afirmação vigorosa de autonomia, pertencimento e resistência. Ela ressignifica o papel das favelas, desafiando estereótipos e ocupando os espaços simbólicos e concretos com narrativas próprias e emancipadoras.

Ao transformar adversidades em potência, as comunidades das margens mostram que, mais do que sobreviver, elas reinventam seus territórios, suas histórias e suas relações. A comunicação comunitária, nesse contexto, não é apenas um instrumento técnico, mas uma prática profundamente humana e transformadora, que constrói pontes entre o local e o global, entre o passado e o futuro, e entre a resistência e a esperança.

Essa comunicação, em última instância, reafirma o direito das favelas de serem não apenas um espaço de existência, mas de protagonismo, onde a luta por voz se torna a própria essência da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

4 COMUNICAÇÃO MARGINALIZADA: ENTRE REALIDADES

Mas, é preciso entender que a comunicação, em suas diversas características, se desenvolve e se consolida nas dinâmicas sociais e nas relações entre indivíduos. Essas características não se restringem a uma única interferência tradicionalista, nem são solidamente ancoradas no colonialismo previamente visto. Na construção das narrativas comunicacionais, há uma questão que se consagra de maneira indireta. Essas narrativas são formadas por experiências, perspectivas, termos e diversas outras abordagens de conexão com o outro.

Segundo Martín-Barbero, "a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento" (1997, p. 16). É pertinente considerar como experiências descentralizadas, que se contrapõem ao senso eurocêntrico, se constroem por meio de diferentes dinâmicas e com o apoio de variadas ferramentas que amplificam essa construção.

Isso nos leva a refletir sobre a necessidade social de alternativas que permitam a inclusão de tantas perspectivas inacessíveis na realidade marginalizada e pobre, como é o caso da questão da cidadania. Imaginar formas de inserir múltiplas identidades em uma construção comum é o princípio de muitas redes que se contrapõem à hegemonia, independentemente de sua natureza, uma vez que a hegemonia remete diretamente à submissão e à ordenação por uma força maior.

Assim, surgem construções comunicacionais que já estão presentes no nosso cotidiano, mas que frequentemente passam despercebidas devido às dinâmicas superficiais da sociedade capitalista, que nos impedem de estabelecer relações mais aprofundadas. A comunicação entre diferentes realidades nos leva a considerar como estratificar uma experiência local pode ser um

caminho eficaz para perceber elementos que não estão visivelmente explícitos na sociedade. Esta pesquisa, portanto, parte de um ponto significativo - a descentralização e a descolonização - para observar como essas características de oposição formam e transformam iniciativas e realidades na temporalidade social.

Uma característica central dessa problemática é entender como a valorização de narrativas invisibilizadas pode fornecer informações valiosas para a análise de características de comunicação mais alinhadas à realidade concreta, especialmente no contexto da marginalização. A marginalização, nesse sentido, não é apenas um conceito abstrato, mas uma realidade vivida, como vimos no capítulo 2 sobre Manguinhos, que impacta diretamente a maneira como diferentes grupos se comunicam e se conectam. Martín-Barbero (1997, p. 16) argumenta que "a diferença cultural não significa, como talvez na Europa e nos Estados Unidos, a dissidência contracultural ou o museu, mas a vigência, a densidade e a pluralidade das culturas populares, o espaço de um conflito profundo e uma dinâmica cultural incontornável".

Portanto, este estudo procura responder a uma questão essencial: o que define uma comunicação que foge à lógica imposta e naturalizada pelos grandes veículos e plataformas? Ao trazer à tona narrativas invisibilizadas e desafiar as estruturas hegemônicas, abrem-se caminhos para formas de interação mais justas e inclusivas. Essa proposta exige uma análise crítica dos modelos de comunicação que predominam e a construção de alternativas capazes de ampliar a representatividade e garantir maior equidade nos espaços públicos, permitindo que diferentes vozes sejam reconhecidas e respeitadas.

Não há respostas imediatas para essa questão. Antes de tudo, é preciso adotar uma postura crítica, entendendo que a comunicação carrega consigo a lógica de perpetuação das dinâmicas eurocêntricas. Somente a partir de uma análise atenta à historicidade dos fatos e às realidades que se desenrolam no cotidiano é possível imaginar alternativas que valorizem saberes oriundos de outras formas de interação comunicacional — aquelas que, muitas vezes, são ignoradas ou silenciadas, mas que trazem perspectivas fundamentais para a construção de uma comunicação mais plural e inclusiva.

Portanto, para a construção narrativa deste estudo, tomei como ponto principal o entendimento de que, a partir da realidade de redes comunitárias que se contrapõem à centralização e ao eurocentrismo, surgem alternativas significativas para as realidades em que estão inseridas. Essa perspectiva dialoga diretamente com as ideias de Santos, que afirma que “as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema. [...] As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos” (Santos, 2001, p. 153-154).

Essas redes sustentam características que são fortalecidas de forma significativa em sua construção e desenvolvimento. Identifiquei três características mais facilmente observáveis na realidade comunitária das comunicações, que serão aprofundadas nas seções seguintes deste capítulo.

A primeira característica diz respeito à oralidade que, como meio ancestral de transmissão de saberes e tradições, desempenhou um papel essencial no desenvolvimento das sociedades humanas, fortalecendo os laços comunitários e garantindo a coesão social. Conforme observa Ong (1998, p. 15), "os seres humanos comunicam-se de inúmeras maneiras, [...] num sentido profundo, a linguagem, o som articulado, tem importância capital". Essa afirmação sublinha a relevância da oralidade como forma primária e universal de comunicação antes da disseminação da escrita.

Historicamente, a oralidade foi muitas vezes marginalizada por elites que detinham o domínio das ferramentas de registro, como a escrita e, mais tarde, a impressão, instrumentos que não apenas ampliaram a memória coletiva, mas também transformaram a consciência humana (ONG, 1998). Na contemporaneidade, esse desequilíbrio é aprofundado pelas dinâmicas do capitalismo, que priorizam o consumo de bens materiais e frequentemente relegam a oralidade a um papel periférico. Como salienta Ong (1998, p. 11), "a mudança da oralidade para a cultura escrita e, depois, para o processamento eletrônico envolve estruturas sociais, econômicas, políticas, religiosas entre outras", indicando que o contexto sociotecnológico exerce forte influência sobre as práticas de comunicação.

Nas favelas e outras áreas marginalizadas, onde o acesso a recursos como papel, livros ou tecnologias digitais é restrito, a oralidade permanece como uma prática central para a preservação e transmissão de histórias e saberes. De acordo com Ong (1998, p. 16), "a palavra falada ainda subsiste e vive. Todos os textos escritos devem, de algum modo, estar direta ou indiretamente relacionados ao mundo sonoro". Essa persistência da oralidade nestes contextos não é apenas uma necessidade, mas também um ato de resistência cultural que desafia as normas hegemônicas que tendem a legitimar exclusivamente formas escritas ou tecnológicas de comunicação.

Além disso, a valorização da oralidade é crucial para o reconhecimento das narrativas que emergem dessas comunidades e que frequentemente permanecem invisibilizadas no discurso dominante. Ong (1998, p. 20) aponta que a tradição oral, por não deixar "resíduos" físicos como a escrita, é muitas vezes subestimada, mas continua a ser vital na construção de identidades culturais. Ao reconhecer esse papel, é possível desafiar o paradigma de exclusão

que caracteriza as dinâmicas sociais contemporâneas e valorizar a pluralidade de formas de conhecimento.

Portanto, compreender a oralidade como prática histórica e presente permite não apenas resgatar a importância de formas alternativas de comunicação, mas também reconhecer seu papel na resistência contra a marginalização cultural e econômica. Essa perspectiva fundamenta-se na análise crítica das relações entre oralidade e escrita, conforme propõe Ong (1998), e na necessidade de reconfigurar as prioridades discursivas em favor da inclusão e da diversidade.

A segunda característica central a ser destacada é o dialogismo, entendido como uma interação dinâmica e transformadora entre os sujeitos. Para Bakhtin, a palavra sempre se orienta em direção a uma resposta, sendo essencialmente parte de um processo contínuo de troca e interação. Como ele argumenta, "o locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva [...] [mas] uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução" (Bakhtin, 1997, p. 291).

Esta ideia alinha-se com a noção de que "a compreensão [...] nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta" (Bakhtin, 1997, p. 291). Nesse sentido, o diálogo não é apenas um intercâmbio de palavras, mas um processo de reconhecimento mútuo, no qual o outro é reconhecido como coautor de significados compartilhados.

A perspectiva bakhtiniana encontra eco na análise de Fiorin, para quem "todo discurso é constituído a partir de outro discurso, é uma resposta, uma tomada de posição em relação a outro discurso" (Fiorin, 2021, p. 9). Nesse sentido, o dialogismo transcende a esfera linguística, tornando-se uma prática ética e política, indispensável à transformação social e à consolidação de espaços de pertencimento e construção coletiva.

Além disso, Bakhtin sustenta que "a palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim *ad infinitum*" (Bakhtin, 1997, p. 357). Tal abordagem solidifica a base para uma comunicação que desafia hegemonias e valoriza saberes descentralizados, conectando-se a dimensões mais amplas, como a oralidade e a mediação.

Por fim, a abordagem dialógica proposta por Bakhtin permite a reconfiguração das práticas comunicativas, transformando o diálogo em um espaço de encontro de múltiplas vozes. A pluralidade dessas vozes, como observado em suas análises sobre polifonia, promove uma coexistência sem hierarquias que reflete a complexidade das interações humanas.

A terceira característica a ser destacada nesta narrativa é a mediação, que desempenha um papel central no processo de comunicação, representando mais do que uma simples interpretação variável. Conforme Martín-Barbero (1997), a comunicação deve ser compreendida como um campo de mediações que articula práticas culturais e sociais. Essa perspectiva desloca a atenção do emissor e receptor, típicos de modelos lineares, para os processos culturais que estruturam a troca de informações e experiências. Dessa forma, a mediação se configura como um elemento essencial que valoriza o diálogo e a construção conjunta de sentidos, promovendo não apenas a troca informacional, mas também a consolidação de relações significativas.

No contexto das narrativas construídas até aqui, essa dinâmica torna-se ainda mais relevante, especialmente quando considerada como uma ferramenta de preservação da memória coletiva. Para Martín-Barbero (1997, p. 15-16), é imprescindível considerar "o modo como as pessoas produzem o sentido de sua vida e como se comunicam e usam os meios". Nesse sentido, a oralidade e o dialogismo não são apenas canais de transmissão de informações, mas espaços de resistência e criação cultural, que também atuam como repositórios vivos de histórias, tradições e valores, principalmente em contextos comunitários e populares. Por meio da mediação, as práticas comunicativas se tornam veículos para a salvaguarda da memória, permitindo que elementos culturais sejam reinterpretados e resignificados em novos contextos.

A escuta, como prática mediadora na comunicação oral, emerge nesse cenário como um recurso fundamental para ampliação da compreensão das dinâmicas comunitárias e para a preservação de suas histórias. Martín-Barbero (1997) destaca que, na América Latina, a comunicação deve ser compreendida a partir das culturas populares, valorizando as suas expressões híbridas e mestiças.

A escuta mediadora, nesse contexto, não apenas amplia o espaço de vozes marginalizadas, mas também fortalece a coesão social ao mediar a historicidade das experiências e interações sociais. Como ferramenta de preservação da memória, a mediação atua ao resgatar as histórias contidas nos saberes populares, nas tradições orais e nas narrativas que constituem a identidade dos grupos sociais, garantindo sua continuidade e sua relevância cultural. Trata-se de uma mediação que permite a constituição de uma "pluralidade de culturas" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 27) como base para a convivência e transformação social, conectando o passado ao presente.

Por fim, compreender os processos de mediação contribui para o aprofundamento das características distintivas das práticas comunicativas em diferentes realidades sociais, preservando e ressignificando memórias em constante diálogo com o presente. Isso exige, como argumenta Martín-Barbero (1997, p. 258), um reconhecimento das "mestiçagens que nos constituem", ou seja, das intersecções entre o popular, o massivo e o cotidiano que configuram os modos de comunicação nas comunidades.

Assim, valorizar a comunicação comunitária não é apenas reconhecer sua especificidade, mas também resgatar sua relevância no contexto contemporâneo para promover práticas de interação significativas e transformadoras, que atuem, simultaneamente, como guardiãs da memória coletiva e catalisadoras de novas possibilidades culturais.

4.1 Oralidade em perspectiva

Partindo das reflexões anteriores, é crucial destacar a historicidade como elemento essencial para manter a continuidade temporal das características que serão discutidas a seguir. Compreender a história e a evolução desses aspectos não apenas enriquece esta análise, mas também permite contextualizar melhor como essas dinâmicas comunicativas se desenvolveram ao longo do tempo.

Desde os primórdios da civilização humana, a oralidade desempenhou um papel crucial na transmissão de conhecimento, na preservação da cultura e na construção de identidades coletivas. "A sociedade humana primeiramente se formou com a ajuda do discurso oral, tornando-se letrada muito mais tarde em sua história, e inicialmente apenas em certos grupos" (Ong, 1998, p. 10).

Na Grécia Antiga, essa forma dinâmica de comunicação não era apenas um meio de disseminar informações, mas também um veículo essencial para o desenvolvimento do pensamento filosófico e político, além de ser fundamental na construção da democracia ateniense. Isso é similar às práticas observadas nos reinos do Sudão Ocidental, onde a tradição oral era influenciada por cronistas históricos escritos em árabe ou línguas locais, servindo também a propósitos políticos ao interpretar o passado através de mitos e lendas (Finnegan, 2012).

A transmissão de conhecimento através da oralidade era uma prática comum em culturas que ainda não haviam desenvolvido sistemas de escrita amplamente acessíveis. Os gregos, por

exemplo, recitavam poemas épicos como a 'Ilíada' e a 'Odisseia' de Homero em grandes festivais e celebrações, não apenas para entretenimento, mas também para educar as novas gerações sobre sua história, valores e tradições. De maneira semelhante, as sociedades indígenas nas Américas têm confiado na oralidade para transmitir mitos, lendas, rituais e práticas de cura de uma geração para outra, mantendo viva a memória coletiva e as tradições culturais.

Esses relatos não escritos eram memorizados e transmitidos de geração em geração, formando a base do que viria a ser a literatura e a mitologia grega. Conforme observado por Havelock (1963, p. 291), "a preservação de tal corpus tinha que depender das memórias vivas dos seres humanos, e, para que estas fossem eficazes na manutenção da tradição em uma forma estável, os seres humanos devem ser assistidos na memorização da palavra viva por todos os dispositivos mnemônicos possíveis" (tradução livre).

Além da transmissão de conhecimento, a oralidade desempenhava um papel crucial na preservação da cultura. Os mitos e lendas contados oralmente não apenas ensinavam lições morais e explicavam a origem do mundo, mas também fortaleciam os laços comunitários ao reforçar uma identidade compartilhada. Vansina (1985, p. xi) destaca que, em sociedades orais, a cultura é preservada por meio da memória, que funciona como um repositório das experiências do passado. As tradições orais tornam-se documentos vivos do presente, carregando mensagens que explicam as condições atuais e garantindo a continuidade cultural através da palavra falada.

No campo filosófico, a oralidade foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles utilizavam a forma do diálogo para explorar conceitos complexos como justiça, verdade e moralidade. Os famosos diálogos socráticos, registrados por Platão, não apenas transmitiam ideias filosóficas, mas também exemplificavam o método socrático de questionamento constante, que incentivava os indivíduos a pensar por si mesmos e a buscar respostas através do debate racional.

Além disso, a oralidade desempenhou um papel crucial na democracia ateniense. Em uma sociedade onde a participação política era um dever cívico, a habilidade de persuadir e convencer através da fala era uma habilidade valorizada. Os discursos proferidos nas assembleias e tribunais eram poderosos instrumentos de persuasão política, influenciando decisões que moldavam o destino da cidade-estado.

Em suma, a oralidade na antiguidade não era apenas um meio de comunicação, mas uma força dinâmica que permeava todos os aspectos da vida cultural, intelectual e política. Ao transmitir conhecimento, preservar tradições culturais e fortalecer identidades coletivas, a oralidade não apenas moldou o passado, mas também estabeleceu as bases para o

desenvolvimento futuro da civilização. Mesmo com o advento da escrita e da tecnologia moderna, a importância da oralidade na antiguidade continua a ressoar, lembrando-nos da riqueza e da profundidade que podem ser alcançadas através do poder da palavra falada.

Ao longo da história, as tradições orais têm desempenhado um papel fundamental na preservação cultural e na transmissão de conhecimento entre os povos indígenas das Américas. Vansina se desdobra nisso, argumentando que

"A expressão 'tradição oral' se aplica tanto a um processo quanto aos seus produtos. Os produtos são mensagens orais baseadas em mensagens orais anteriores, com pelo menos uma geração de idade. O processo é a transmissão de tais mensagens de boca em boca ao longo do tempo até o desaparecimento da mensagem." (VANSINA, 1985, p. xvii) (tradução livre).

Estas narrativas não apenas encapsulam a sabedoria ancestral e as cosmologias dessas culturas, mas também fortalecem os laços comunitários e afirmam a identidade coletiva diante das pressões da modernidade e da globalização.

Desde tempos imemoriais, as sociedades indígenas nas Américas têm confiado na oralidade para transmitir mitos, lendas, rituais e práticas de cura de uma geração para outra. Por exemplo, entre os Navajos, as histórias sobre os "Navajos Long Walks" são transmitidas oralmente como um testemunho da resistência e da resiliência durante períodos de adversidade histórica. Essas narrativas não são apenas relatos de eventos passados, mas também veículos para ensinamentos morais e valores comunitários que orientam o comportamento e a vida social dentro das tribos.

Além disso, as tradições orais entre os povos indígenas funcionam como uma forma de preservar e reafirmar identidades culturais únicas. Cada tribo e grupo étnico possui seu próprio conjunto de mitos e lendas que refletem sua visão de mundo particular e suas relações com o ambiente natural. Por exemplo, os mitos dos povos amazônicos muitas vezes destacam a interconexão entre humanos, animais e o mundo espiritual, reforçando uma ética de respeito e harmonia com a natureza que é central para suas crenças e práticas cotidianas.

A importância das tradições orais vai além da simples transmissão de conhecimento cultural. Elas desempenham um papel vital na resistência cultural contra as forças da modernidade e da globalização que frequentemente ameaçam a diversidade cultural e linguística das comunidades indígenas. Enquanto enfrentam pressões para assimilar-se aos padrões dominantes da sociedade envolvente, as narrativas orais servem como um meio de fortalecer a identidade coletiva e promover um sentimento de orgulho cultural entre os jovens.

Ademais, as tradições orais são essenciais para a manutenção de práticas rituais que são fundamentais para a saúde espiritual e emocional das comunidades indígenas. Cerimônias de cura, rituais de passagem e celebrações sazonais são transmitidos oralmente de geração em geração, garantindo que o conhecimento necessário para sua realização adequada seja preservado e transmitido com precisão. Essas práticas não são apenas formas de expressão cultural, mas também meios de reforçar a conexão com o mundo espiritual e natural que é central para muitas cosmovisões indígenas.

As tradições orais nas culturas indígenas das Américas não são apenas relíquias do passado, mas sim recursos vivos que continuam a desempenhar um papel crucial na afirmação da identidade cultural, na preservação do conhecimento ancestral e na promoção da resistência frente às pressões contemporâneas. Como destaca Goody (1987), as tradições orais desempenham um papel crucial na afirmação da identidade cultural, na preservação do conhecimento ancestral e na promoção da resistência contra as pressões contemporâneas. Ao valorizar e proteger essas narrativas, não apenas honramos a riqueza cultural das sociedades indígenas, mas também reconhecemos a importância vital da diversidade cultural para o tecido social global.

A literatura oral e a comunicação nas últimas décadas não sofreram mudanças tão radicais quanto se imagina, mesmo com a introdução e a disseminação da educação ocidental e a crescente dependência das formas escritas de comunicação (Finnegan, 2012). Em um mundo cada vez mais globalizado e tecnologicamente avançado, a oralidade continua a desempenhar um papel crucial em comunidades marginalizadas, onde o acesso a recursos educacionais formais muitas vezes é limitado ou inexistente. Um exemplo notável é encontrado nas favelas brasileiras, como o Complexo de Manguinhos no Rio de Janeiro, onde a oralidade não apenas serve como um meio de comunicação, mas também se torna um poderoso instrumento de resistência cultural e social.

Nessas comunidades, a oralidade é muito mais do que apenas uma forma de transmissão de informações; é um meio de preservar e afirmar identidades individuais e coletivas diante de condições socioeconômicas adversas. A falta de acesso à educação formal não impede que os moradores dessas áreas compartilhem suas histórias de vida, memórias coletivas e percepções sobre as injustiças sociais que enfrentam. Em vez disso, a oralidade permite que essas vozes sejam ouvidas e reconhecidas, desafiando estereótipos negativos e ampliando as narrativas sobre as comunidades marginalizadas.

Um exemplo concreto dessa dinâmica é observado nos relatos de moradores de favelas como Manguinhos sobre suas experiências cotidianas, enfrentando problemas como a violência

urbana, a falta de infraestrutura básica e a marginalização política. Essas histórias não apenas documentam realidades muitas vezes negligenciadas pelos meios de comunicação tradicionais, mas também promovem uma conscientização pública sobre as condições de vida dessas comunidades.

Além disso, a oralidade desempenha um papel fundamental na preservação das culturas locais. Tradições orais incluem rituais, músicas, danças e histórias que são transmitidas de geração em geração, constituindo um patrimônio cultural rico e diversificado.

Essas práticas não só fortalecem os laços comunitários, mas também promovem um senso de identidade e pertencimento entre os moradores das favelas, mesmo em face de desafios persistentes. De acordo com Havelock (1963, p. 44), "a recitação por pais e anciãos, a repetição por crianças e adolescentes, somam-se às recitações profissionais dadas por poetas, rapsodos e atores. A comunidade tem que entrar em uma conspiração inconsciente consigo mesma para manter a tradição viva" (tradução livre).

É importante reconhecer que a valorização da oralidade nessas comunidades não é apenas uma resposta às limitações de acesso à educação formal, mas também uma forma consciente de resistência e empoderamento. Ao compartilhar suas histórias e experiências através da oralidade, os indivíduos nas favelas não apenas afirmam sua dignidade e humanidade, mas também desafiam as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a desigualdade.

Em um contexto global, a importância da oralidade em comunidades marginalizadas é um lembrete poderoso da necessidade de ouvir e valorizar uma diversidade de vozes. Promover a inclusão social e cultural significa reconhecer e apoiar as formas de expressão que fortalecem as comunidades e contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, ao defender a importância da oralidade nas comunidades marginalizadas, não estamos apenas defendendo o direito à livre expressão, mas também defendendo a diversidade cultural e promovendo a inclusão social como pilares fundamentais para um desenvolvimento humano integral e sustentável. Inclusive, Ong argumenta que "A escrita nunca pode prescindir da oralidade. Adaptando um termo usado com finalidades um tanto diferentes [...] podemos denominar a escrita um 'sistema modelar secundário', dependente de um sistema primário anterior, a linguagem falada" (ONG, 1998, p. 16).

No âmbito da comunicação humana, a oralidade tem sido frequentemente relegada a um papel secundário diante das formas escritas e digitais, tidas como mais avançadas e precisas. No entanto, é imperativo reconhecer que a oralidade não apenas sobrevive, mas continua a desempenhar um papel fundamental na transmissão de conhecimento, na preservação da

identidade cultural e na promoção de diálogos significativos dentro das comunidades. Este ensaio propõe uma reflexão sobre a importância da oralidade no mundo contemporâneo, destacando sua relevância histórica, cultural e social.

Primeiramente, é essencial compreender que a oralidade possui raízes profundas na história da humanidade. Antes mesmo da escrita se desenvolver, as sociedades dependiam exclusivamente da comunicação oral para transmitir conhecimentos, contar histórias e preservar suas tradições culturais. Civilizações antigas, como os povos indígenas da América do Norte e as tribos africanas, exemplificam como a oralidade serviu como um meio de preservação cultural e transmissão de saberes ancestrais ao longo dos séculos. Em muitas comunidades, a organização da vida cotidiana, incluindo o trabalho, refeições, vestimentas, e até mesmo as superstições e rituais religiosos, era transmitida oralmente. Como Cascudo descreve,

"A organização do trabalho, o horário das refeições, as roupas de casa, o vocabulário comum, os temperos e condutos alimentares, as bebidas, as festas, a criação de gado dominadora, as superstições, assombros, rezas-fortes estavam numa distância de duzentos anos para o plano atual. [...] Não havia diálogo mas uma exposição. Histórico do dia, assuntos do gado, desaparecimento de bois, aventuras do campeão, façanhas de um cachorro, queda num grotão, anedotas rápidas, recordações, gente antiga, valentes, tempo da guerra do Paraguai, cangaceiros, cantadores, furtos de moça, desabafos de chefes, vinganças, crueldades, alegrias, planos para o dia seguinte." (CASCUDO, 2012, Introdução).

Atualmente, embora vivamos em uma era dominada pela tecnologia digital e pela escrita, a oralidade continua a desempenhar um papel crucial na sociedade contemporânea. Um exemplo claro é o uso de línguas indígenas e dialetos regionais que são transmitidos oralmente, preservando não apenas a linguagem, mas também as narrativas e tradições específicas de cada comunidade. Essas práticas não só enriquecem a diversidade cultural, mas também fortalecem a identidade coletiva de grupos marginalizados que podem não ter acesso ou interesse na comunicação escrita ou digital. Como destaca Luís da Câmara Cascudo,

"Duas fontes contínuas mantêm viva a corrente. Uma exclusivamente oral, resume-se na estória, no canto popular e tradicional, nas danças de roda, danças cantadas, danças de divertimento coletivo, ronda e jogos infantis, cantigas de embalar (acalantos), nas estrofes das velhas xácaras e romances portugueses com solfas, nas músicas anônimas, nos aboios, anedotas, adivinhações, lendas, etc." (Cascudo, 2012, Capítulo I).

Além disso, a oralidade facilita diálogos autênticos e inclusivos dentro das comunidades. Quando as pessoas se reúnem para contar histórias, discutir questões locais ou transmitir experiências pessoais, estão contribuindo para um intercâmbio de conhecimentos que vai além das palavras escritas. Esse tipo de interação promove um senso de pertencimento e coesão social, fundamentais para o fortalecimento dos laços comunitários em um mundo globalizado que muitas vezes valoriza mais a conexão digital do que a interação cara a cara.

Ademais, a oralidade oferece uma plataforma para que vozes marginalizadas sejam ouvidas e suas histórias sejam valorizadas. Em regiões onde o acesso à educação formal é limitado ou inexistente, a transmissão oral de conhecimento desempenha um papel crucial na preservação da memória coletiva e na resistência cultural contra a homogeneização global. Exemplos disso podem ser encontrados em comunidades rurais isoladas ou em povos tradicionais que dependem da oralidade para manter suas identidades intactas em face de mudanças sociais e econômicas rápidas.

Diante dessas considerações, é evidente que a oralidade não deve ser vista como uma forma de comunicação "primitiva" ou ultrapassada. Pelo contrário, é uma ferramenta dinâmica e relevante no século XXI. Valorizar a oralidade significa reconhecer a diversidade cultural, promover a inclusão social e preservar o patrimônio histórico das comunidades globais. Ignorar a importância da oralidade é negligenciar uma rica fonte de conhecimento e tradição que continua a moldar identidades e influenciar práticas culturais contemporâneas, especialmente na comunicação comunitária.

4.2 Diálogo com o território

Nos capítulos anteriores, a questão de Manguinhos foi explorada em profundidade, com uma análise contextualizada que destacou as complexas redes de relações teóricas e práticas que permeiam o campo da comunicação, especialmente nas margens da sociedade. Essa abordagem requer, inevitavelmente, um exame mais rigoroso das formas como a comunicação se manifesta nesses espaços, enfatizando seu papel estruturante e suas tensões.

No caso específico de Manguinhos, onde predominam interações de caráter essencialmente oral, é fundamental reconhecer a centralidade da oralidade enquanto fenômeno dialógico. Contudo, surge a questão: de que maneira o diálogo se constrói em um contexto

marcado pela invisibilidade e pelo afastamento sistemático? Em que medida a dinâmica relacional de um espaço tão marginalizado reflete uma resistência comunicativa ou uma reprodução das barreiras impostas?

Antes de responder a essas perguntas, é indispensável situar teoricamente o conceito de dialogismo no âmbito das questões já discutidas. Tal conceito, oriundo das obras de Bakhtin, destaca a natureza inerentemente relacional da linguagem, sempre atravessada por vozes múltiplas e contraditórias. No contexto de Manguinhos, o dialogismo transcende a ideia de mera troca de palavras; ele se torna um campo de disputa simbólica, onde as práticas comunicativas são simultaneamente modos de sobrevivência e resistência ao silenciamento histórico.

O dialogismo, conceito central nas obras de Bakhtin, refere-se à natureza interativa e relacional da linguagem. Em termos simples, é a ideia de que nenhum discurso existe isoladamente; todo enunciado está em constante diálogo com outros enunciados, seja explicitamente, como em um debate, seja implicitamente, como em uma obra literária que dialoga com ideias ou discursos preexistentes. Esse conceito transcende a comunicação verbal e se estende às relações humanas, às práticas culturais e às construções sociais, revelando a intrínseca interconexão entre os sujeitos e os contextos históricos em que estão inseridos (Bakhtin, 2006).

Segundo Bakhtin, "a relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal. Dois enunciados quaisquer, se justapostos no plano do sentido [...] entabularão uma relação dialógica" (BAKHTIN, 1997, p. 345-346). O autor aborda essa questão no contexto literário, enfatizando que as obras de Dostoiévski revelam um universo narrativo em que múltiplas consciências se manifestam de maneira autônoma, dialogando entre si sem se subordinarem a uma única perspectiva autoral (Bakhtin, 2003).

Ademais, o conceito de dialogismo transcende os limites da literatura, uma vez que toda palavra constitui um espaço de encontro entre diferentes discursos, configurando-se como uma arena de interação e confronto entre variadas posições sociais. Isso evidencia que a interação entre os discursos vai além da simples troca de mensagens, configurando-se como uma dinâmica viva e contínua em que sentidos se renovam, se confrontam e se ressignificam (Fiorin, 2011).

Esse fenômeno se evidencia particularmente nas manifestações artísticas, sobretudo na literatura, em que diferentes vozes se apresentam em coexistência, estabelecendo interações que não se anulam sob a imposição de uma perspectiva única e dominante. Essa multiplicidade de consciências autônomas e a ausência de uma hierarquia central são características fundamentais do que Bakhtin define como romance polifônico. Segundo o autor, a narrativa

polifônica se distingue pela autonomia das vozes dos personagens, que dialogam entre si e com o autor, mantendo sua independência, sem serem reduzidas a meros instrumentos de uma visão unificada (BAKHTIN, 2003).

. Dessa forma, o dialogismo sublinha a riqueza das interações humanas e a multiplicidade de sentidos possíveis, tornando-se um recurso indispensável para compreender os processos de produção de significado na linguagem e na cultura (FARACO, 2009).

O dialogismo aqui embarca no simples “diálogo” para entender as relações das linguagens comunitárias, previamente mediadas pela oralidade, mas não obstante presa a essa atividade. Então, dialogar entre diferentes frentes em uma realidade constante e diversa ocasiona na visibilidade de que as favelas são espaços polifônicos.

O dialogismo, então, entendido como uma interação constante entre múltiplas vozes que coabitam e tensionam espaços de convivência e decisão, é encontrado em diferentes frentes no território de Manguinhos. No entanto, em consonância com a oficialidade que permeia muitas das relações ali estabelecidas, ele não se limita a redes geridas exclusivamente pelos moradores. Nesse contexto, destaca-se o papel do Centro de Gestão Integrada de Manguinhos (CGI Manguinhos), que, desde sua criação em 2011 como parte do Território Integrado de Atenção à Saúde - Escola Manguinhos (TEIAS-Escola Manguinhos), tem sido um exemplo paradigmático de aplicação do dialogismo na governança participativa e na articulação de políticas públicas em territórios vulnerabilizados.

O CGI Manguinhos consolida-se como um espaço intersetorial de interação entre diferentes atores sociais, incluindo gestores públicos, trabalhadores da saúde e representantes comunitários. Esse arranjo permite a construção coletiva de soluções para os desafios específicos do território, reforçando o protagonismo comunitário em diálogo com as instâncias formais de poder.

Conforme Lima (2024), o CGI foi idealizado como uma tecnologia social em saúde, tendo como princípio a busca de soluções para questões concretas do cotidiano. Essa perspectiva valoriza a participação comunitária, o diálogo entre diferentes saberes e a construção coletiva de alternativas, promovendo a cooperação e o fortalecimento das redes sociais de apoio.

A prática dialógica é a marca distintiva do CGI, pois busca integrar saberes e perspectivas distintas na formulação e execução de políticas públicas, alinhando-se à concepção bakhtiniana de interação entre múltiplas vozes. Nesse sentido, o CGI não apenas incorpora a

ideia de polifonia — que valoriza a coexistência de diferentes vozes no mesmo espaço discursivo —, mas também a operacionaliza em suas dinâmicas organizacionais e deliberativas.

Um dos pontos mais notáveis do CGI é sua estrutura colegiada, que inclui representantes de áreas como saúde, educação e assistência social, além de lideranças comunitárias. Esse modelo intersetorial reforça a territorialização das políticas públicas, promovendo a integralidade e a equidade na atenção à saúde.

Pivetta e Carvalho (2012) destacam que a implementação do Território Integrado de Atenção à Saúde busca reforçar os princípios constitucionais que orientam o SUS, como a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação social, promovendo uma atenção primária alinhada a essas diretrizes. Além disso, as práticas do CGI incorporam os princípios da Conferência de Alma-Ata (1978), que ampliam o entendimento de saúde para incluir seus múltiplos determinantes sociais, indo além da assistência médica tradicional.

Apesar de seus avanços e inovações, o CGI enfrenta desafios significativos, que comprometem parcialmente sua atuação. Entre os obstáculos mais evidentes estão a fragmentação institucional e a desmobilização dos conselheiros em determinados períodos, fatores frequentemente catalisados por dinâmicas de poder assimétricas e pela ausência de suporte governamental consistente. Segundo Lima (2024), a “desmobilização experimentada pelo segmento usuário-cidadão, catalisada pela postura dos gestores, é um dos entraves mais críticos para a consolidação de uma cultura participativa robusta em Manguinhos” (p. 4).

Apesar dessas adversidades, o CGI tem demonstrado uma notável resiliência e continuidade de suas atividades. Mesmo em contextos adversos, como durante a pandemia de COVID-19, o Conselho manteve-se ativo, evidenciando a força do diálogo como princípio estruturante de sua atuação. Essa resiliência é reforçada por iniciativas como as conferências livres em saúde, que promovem o debate coletivo e amplificam as vozes locais, e por articulações estratégicas para a manutenção de serviços essenciais, como a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos.

Conforme Coutinho (2024), o Conselho Gestor Intersetorial do TEIAS-Escola Manguinhos pode ser entendido como uma *policy community* reformadora, na medida em que reúne distintos atores sociais que, articulados em torno de interesses comuns, buscam fortalecer a luta por direitos e promover melhorias em territórios marcados por vulnerabilidades. Essa mobilização contribui para a consolidação de espaços participativos voltados ao enfrentamento das desigualdades sociais e à ampliação das políticas públicas no contexto local.

No entanto, é necessário adotar uma postura crítica sobre as limitações estruturais que persistem. Embora o CGI se configure como uma tecnologia social inovadora, sua atuação depende, em grande medida, da articulação entre atores locais e institucionais, bem como da disponibilidade de recursos e apoio técnico. A falta de institucionalização definitiva do CGI como uma instância formal de governança expõe sua fragilidade em momentos de transição política ou de mudanças na gestão pública.

Além disso, o modelo intersetorial proposto pelo CGI enfrenta dificuldades em superar a setorização das ações e a hegemonia da saúde sobre outras dimensões igualmente importantes, como educação e assistência social. Esse desequilíbrio, embora compreensível em um território com urgências sanitárias prementes, limita o alcance de suas iniciativas e reforça a dependência da comunidade em relação a políticas públicas fragmentadas.

A aplicação do dialogismo em Manguinhos revela-se como uma abordagem indispensável para compreender a complexidade das interações linguísticas e sociais nesse território. A oralidade, enquanto prática essencialmente dialógica, carrega em si as marcas de uma história coletiva, composta por fragmentos de discursos que, juntos, formam uma rede polifônica de significados. Contudo, essa rede é constantemente tensionada pela presença invisível, mas concreta, do afastamento sistemático — um reflexo das desigualdades estruturais que permeiam as relações entre o Estado e a favela.

O afastamento sistemático, presente tanto nas políticas públicas quanto nas práticas institucionais, configura-se como um obstáculo ao pleno desenvolvimento do potencial dialógico do território. Conforme aponta Roman Jakobson no prefácio de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin sustenta que os conceitos fundamentais na estrutura da linguagem operam em pares complementares que se sustentam mutuamente, formando um sistema coeso. Entre esses pares, destacam-se o diálogo e o monólogo, bem como o reconhecimento e a compreensão, que revelam a natureza interativa e dialógica da comunicação humana (Jakobson, 2006, p. 11).

Essas relações dialógicas, contudo, não se desenvolvem em condições neutras ou harmoniosas. Em contextos como o de Manguinhos, o diálogo ocorre frequentemente em meio a relações de poder desiguais, marcadas pela histórica marginalização das vozes locais. Nesse cenário, as diferentes narrativas que emergem do território precisam constantemente afirmar sua legitimidade frente a discursos dominantes que tentam silenciá-las ou subalternizá-las.

Nesse contexto, a compreensão da linguagem como essencialmente dialógica, conforme proposta por Bakhtin, ajuda a iluminar os desafios enfrentados. Ele argumenta:

"A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar" (BAKHTIN, 1988, p. 88).

Ao observar as práticas comunicacionais de Manguinhos, percebe-se que a oralidade não apenas reflete o caráter polifônico do território, mas também o amplia, possibilitando a emergência de novas vozes e narrativas. Nesse sentido, o dialogismo, conforme analisado por Barros, está profundamente ligado à "insurgência dos diferentes significados atribuídos à palavra "diálogo" e aos modos pelos quais Voloshinov e Bakhtin teriam, cada um a seu modo, compreendido o fenômeno das chamadas relações dialógicas" (Barros, 2011, p. 188).

No entanto, a desvalorização das práticas dialogais pelas instituições reflete um monologismo estrutural que perpetua o distanciamento entre o poder público e determinadas comunidades. A predominância de discursos hegemônicos na esfera pública tende a silenciar ou marginalizar vozes oriundas das favelas, o que compromete o potencial do diálogo como ferramenta transformadora. Esse bloqueio impede a construção coletiva de soluções, ao restringir a participação efetiva daqueles que vivenciam os desafios cotidianos e poderiam oferecer respostas mais próximas da realidade local.

Nesse contexto, o conceito de dialogismo pode ser ampliado para abarcar a ideia de resistência discursiva. Aqui, a resistência não se limita a uma mera oposição ao discurso dominante, mas envolve uma reconfiguração das relações dialógicas, em que as vozes marginalizadas se afirmam como protagonistas de transformação social. Em Manguinhos, essa dinâmica de resistência se manifesta em práticas comunitárias que preservam a memória local, promovem a educação popular e organizam demandas coletivas de maneira autônoma, frequentemente à margem das políticas institucionais.

Por outro lado, a tensão entre oralidade e institucionalidade em Manguinhos destaca a necessidade de pensar o dialogismo como uma prática transformadora e não apenas como uma característica inerente à linguagem. Conforme Bakhtin (1997, p. 383), a compreensão implica "um combate cujo móbil consiste numa modificação e num enriquecimento recíprocos". Isso significa que o diálogo exige um esforço ativo de superação de barreiras, criando condições

para que diferentes vozes possam se manifestar. No contexto de Manguinhos, essa perspectiva é fundamental para reconhecer que o diálogo só se torna efetivo quando há uma abertura genuína para a escuta e a participação das vozes periféricas.

4.3 Mediação e memória

Os diálogos intrínsecos ao território, como explorado no capítulo anterior, revelam o caráter essencialmente dialógico das interações em Manguinhos, reforçando a centralidade da oralidade e da memória coletiva como práticas fundadoras da identidade local. Essa abordagem permite compreender como as narrativas que emergem da favela não apenas se entrecruzam com as experiências cotidianas dos moradores, mas também desafiam as estruturas hegemônicas que buscam invisibilizá-las. Nesse cenário, a prática comunicativa transcende a mera troca de mensagens, assumindo-se como um espaço polifônico, onde múltiplas vozes coexistem, dialogam e tensionam os discursos dominantes.

No entanto, a potência desses diálogos internos só se realiza plenamente quando conectada ao debate mediado, uma prática que articula essas vozes locais em esferas mais amplas, como as políticas públicas e os espaços institucionais. Aqui, a mediação se apresenta como uma ponte que amplia o alcance das narrativas comunitárias, ao mesmo tempo em que promove o protagonismo das culturas populares na construção de soluções coletivas. Assim, o debate mediado e a memória coletiva tornam-se elementos complementares, pois, enquanto o primeiro organiza e amplifica as demandas do território, a segunda sustenta a legitimidade histórica dessas reivindicações, oferecendo-lhes profundidade e sentido.

Esse encadeamento entre os diálogos internos e o debate mediado nos conduz à análise da mediação como um processo de resistência e reinvenção em Manguinhos, capaz de transformar o território em um laboratório de novas práticas comunicativas e de fortalecimento da cidadania.

É através desse imaginário — do diálogo do território consigo mesmo para afirmar sua posição frente à sociedade — que encontramos novas frentes para garantir e fortalecer o discurso comunitário. Imaginar o debate mediado em Manguinhos é visualizar como as formas de reapropriação narrativa da favela se conectam com a realidade social que ali pulsa. Não se trata de "dar voz" aos moradores, pois eles nunca estiveram ausentes de sua condição de fala, mas sim de assegurar que suas narrativas tenham o espaço e o simbolismo necessários para

amplificação. Essa ampliação não se limita a levar as vozes a outros espaços; ela está profundamente vinculada à garantia de direitos, entre eles o direito à informação.

Incorporando as perspectivas da valorização da oralidade e do dialogismo em um território historicamente hostilizado, a comunicação na margem não se reduz a uma luta isolada ou desprovida de perspectivas. É nesse contexto que se articula o alinhamento dessas práticas com o pensamento mediado da comunicação e da informação, especialmente por meio de iniciativas comunitárias. Redes locais de comunicação, grupos organizados e projetos como o CGI exemplificam como a mediação comunitária pode se tornar uma ferramenta estratégica de resistência, ressignificando o direito à comunicação e reafirmando a autonomia narrativa da favela.

A mediação, nesse caso, faz jus às ideias de Jesús Martín-Barbero (1997), que a define como um processo essencial para compreender os cruzamentos entre cultura, política e comunicação. Ela se configura como um espaço onde as práticas sociais ganham sentido, articulando sujeitos, territórios e narrativas em disputas simbólicas que refletem as tensões do mundo contemporâneo. A mediação, como proposta pelo autor, apresenta-se como uma lente teórica indispensável para interpretar os processos comunicacionais em contextos de desigualdade, especialmente em territórios periféricos como Manguinhos, onde a comunicação comunitária emerge como uma prática de resistência e reinvenção.

A proposta de Martín-Barbero (1997, p. 16) desloca a análise dos meios de comunicação para o campo das práticas culturais, destacando que a comunicação não se reduz à transmissão de informações, mas opera como um campo de negociação e recriação de significados. Essa visão ganha uma dimensão crítica em Manguinhos, onde a mediação é fundamental para desconstruir narrativas históricas que associam o território a estigmas de violência e precariedade, substituindo-as por representações que destacam sua complexidade cultural e sua potência social.

Nos territórios marginalizados, a mediação é um espaço de contestação e criação, como demonstra Martín-Barbero ao argumentar que "não podemos então pensar hoje o popular atuante à margem do processo histórico de constituição do massivo" (1997, p. 16). Em Manguinhos, essa ideia ganha vida na forma como os moradores reapropriam as narrativas e criam novas redes de comunicação, subvertendo a hegemonia midiática. Essa prática reflete o que o autor chama de "mediações constitutivas", ou seja, articulações entre cultura e política que operam na cotidianidade e que permitem aos sujeitos populares resistir e criar alternativas ao discurso dominante (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 282).

A redes de comunicação e organização comunitária nesse território não apenas desafia os monopólios da mídia tradicional, mas também fortalece os laços sociais internos, conectando os moradores em torno de práticas que ressignificam o espaço urbano e promovem o protagonismo local. Como argumenta Martín-Barbero (1997, p. 16), as culturas populares são carregadas de densidade histórica e pluralidade, o que as torna fundamentais para pensar processos democráticos que valorizem a diversidade. Em Manguinhos, essa pluralidade se traduz na valorização da oralidade, no resgate de memórias coletivas e na articulação de práticas culturais que unem o popular ao massivo, desafiando as fronteiras entre tradição e modernidade.

Além disso, a ideia de mediação dialoga diretamente com a mestiçagem cultural, um conceito central na obra de Martín-Barbero. A mestiçagem, como um processo dinâmico de encontros e tensões entre diferentes matrizes culturais, é particularmente visível em Manguinhos, onde as influências da cultura de massa se misturam às expressões locais. "Precisamos de tanta lucidez para não confundir o rosto com a máscara — a memória popular com o imaginário de massa — [...] como para pensar as relações que hoje, aqui, fazem sua mestiçagem" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 17). Essa mestiçagem revela não apenas a resiliência das culturas periféricas, mas também sua capacidade de inovação diante das imposições da indústria cultural.

Contudo, é essencial reconhecer os desafios enfrentados pelas práticas mediadoras em contextos periféricos. A ausência de políticas públicas que promovam a comunicação comunitária, a precariedade econômica e a criminalização de certos atores sociais são obstáculos que limitam o potencial transformador dessas iniciativas. No entanto, a comunicação nos territórios populares não é apenas uma resposta ao poder, mas uma forma de reinventar os próprios sentidos do viver coletivo. Em Manguinhos, essas reinvenções são evidentes na forma como os projetos de comunicação comunitária transformam o cotidiano em um espaço de resistência e criação.

A relação entre mediação e hegemonia é fundamental para entender as práticas comunicativas que surgem em territórios como Manguinhos. A hegemonia, longe de ser uma simples imposição, envolve processos de negociação constantes, nos quais as culturas populares encontram brechas para resistir e reafirmar suas demandas. Nesse jogo de forças, o consentimento não é passivo, mas atravessado por tensões e resistências que dão novo significado às dinâmicas sociais. Em Manguinhos, a comunicação comunitária atua justamente nesse campo de disputa simbólica, transformando o território em um espaço vivo de criação e reinvenção. Mais do que informar, ela abre caminhos para novas formas de existir, fortalecendo a luta por reconhecimento e justiça social.

As práticas mediadoras em Manguinhos reafirmam a potência das favelas como espaços de criação e contestação. Inspiradas pelas ideias de Martín-Barbero, elas mostram que a comunicação não é apenas uma ferramenta técnica, mas um campo de luta política e simbólica. Ao transformar a favela em protagonista de sua própria narrativa, a mediação não apenas resiste às imposições externas, mas constrói futuros onde a diversidade cultural é celebrada e a cidadania plena é reivindicada.

A mediação em territórios como Manguinhos não só reafirma a potência das favelas como espaços de criação e resistência, mas também revela o papel central da memória coletiva nas práticas comunicativas. A memória popular vai além da simples lembrança do passado — ela é uma força de resistência, que mantém vivas as histórias, tradições e lutas de um povo. É a partir dessa memória que as comunidades constroem suas identidades e encontram referências para reivindicar direitos e rearticular suas demandas. Em Manguinhos, essa dimensão da memória é fundamental. Ela atravessa as práticas de mediação, reconectando o território à sua própria história, reforçando pertencimentos e fortalecendo os laços comunitários em meio às adversidades.

No debate mediado, a memória não é apenas um resquício de resistência ao apagamento histórico; ela também se manifesta como um ato criativo, uma força que transforma o passado em matéria-prima para a reinvenção do presente. No entanto, como observa Canclini, os riscos de uma relação excessivamente ritualizada com o patrimônio histórico podem limitar esse potencial transformador:

“Nos processos sociais, as relações altamente ritualizadas com um único e exclusivo patrimônio histórico dificultam a adaptação a situações em mudança, o aprendizado autônomo e a produção de inovações. Em outras palavras, o tradicionalismo essencialista torna incapaz a vivência no mundo contemporâneo, que se caracteriza [...] por sua heterogeneidade, mobilidade e desterritorialização. [...] A comemoração se torna uma prática compensatória: se não podemos competir com as tecnologias avançadas, celebremos nossas artes e técnicas antigas.” (CANCLINI, 1989, p. 155-156, tradução nossa).

Esse alerta reflete a tensão entre preservar memórias e reinventá-las em diálogo com a modernidade. Ainda que frequentemente vista como um processo homogeneizador, a modernidade criou oportunidades para que as culturas populares se expressassem em seus próprios termos, rompendo com representações caricatas e reafirmando seu papel como agentes de sua história. Essa dinâmica é destacada por Canclini ao afirmar que “a modernidade que criou esses criadores do popular também gerou uma tentativa de escapar desse círculo teatral:

ir ao povo, ouvi-lo e vê-lo agir” (CANCLINI, 1995, p. 248). Essa transformação encontra ecos profundos em Manguinhos, onde as histórias locais não se limitam a sobreviver às narrativas hegemônicas — elas se insurgem, transformam e reconfiguram os símbolos que sustentam a identidade coletiva.

Em Manguinhos, a memória coletiva deixa de ser apenas uma marca de resistência e se converte em um instrumento de construção de novas possibilidades simbólicas. É essa força que desafia a homogeneidade imposta por modelos urbanos e culturais que ignoram a pluralidade das margens. Quando o território se posiciona como um lugar de criação de significados, ele não apenas preserva suas histórias; ele exige seu espaço no mapa político da cidade, reivindicando ser visto, ouvido e levado a sério.

Essa capacidade de transformar a memória em inovação não ocorre sem tensões. É um ato que confronta as narrativas dominantes enquanto busca inserir as vozes periféricas nas disputas pelo direito à cidade. Manguinhos se recusa a ser definido pelas lentes de quem o vê de fora. Sua narrativa reconfigurada desafia a exclusão histórica e mostra que, para além da sobrevivência, o território luta pela afirmação de sua centralidade na construção de um futuro mais justo e plural.

As práticas de mediação em Manguinhos não apenas fortalecem os vínculos internos entre os moradores, mas também constroem pontes com a sociedade mais ampla. Quando o ato comunicativo consegue deslocar estigmas e abrir espaço para novas formas de diálogo, ele se torna uma prática mediadora. Esse processo passa pela circulação de narrativas que revelam a criatividade, a solidariedade e a capacidade de resistência do território, desafiando as visões simplistas que costumam reduzir a favela à violência e à marginalidade.

Além disso, a comunicação comunitária em Manguinhos tem uma dimensão política importante, pois articula ações coletivas em torno de demandas concretas, como o acesso à saúde, educação e segurança. A mediação se dá nesse encontro entre o cotidiano das pessoas e as grandes estruturas de poder, mobilizando moradores para a construção de alternativas. Assim, a comunicação não apenas informa, mas também fomenta a organização comunitária, fortalecendo a luta por direitos.

Outro ponto fundamental é que a mediação comunitária contribui para a criação de um espaço público mais plural e democrático, em contraste com a lógica centralizadora dos grandes meios de comunicação. Nesse ambiente, as favelas deixam de ser silenciadas e passam a ocupar um lugar legítimo de fala, onde suas demandas são ouvidas e consideradas. Projetos de comunicação digital em Manguinhos, como redes sociais comunitárias e plataformas online,

têm sido fundamentais nesse processo, ampliando as vozes locais e conectando o território a aliados externos, criando redes de solidariedade que ultrapassam suas fronteiras físicas.

É essencial destacar que a mediação em territórios populares como Manguinhos não segue um caminho linear nem está isenta de contradições. Embora funcione como um espaço de resistência e criação, ela se depara com desafios estruturais significativos, como a violência institucional, a desigualdade no acesso às tecnologias e a precarização das condições de trabalho na comunicação comunitária. Ainda assim, como observa Martín-Barbero, são justamente essas tensões que conferem à mediação seu caráter dinâmico e transformador, fazendo dela um terreno fértil para a produção de mudanças que impactam tanto no plano concreto quanto no simbólico (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Essa mediação, com toda a sua carga de complexidade e contradições, desnuda aquilo que frequentemente preferimos ignorar: a força transformadora das margens. Não se trata apenas de resistir, mas de criar, de subverter narrativas que, por tanto tempo, aprisionaram territórios como este em estereótipos de violência e apagamento. Há algo profundamente visceral no modo como a memória coletiva se funde às práticas de comunicação marginalizadas, tecendo redes que vão além do simples recontar de histórias. Elas reivindicam, de maneira poderosa, o direito de existir e narrar o mundo a partir de seus próprios termos.

Entretanto, essa transformação ocorre em um terreno marcado por fissuras. A mediação carrega em si as tensões das desigualdades estruturais, a ausência de políticas públicas que efetivamente valorizem essas iniciativas e o peso de um Estado que, quando chega, o faz de forma esporádica, frequentemente violenta e raramente comprometida com mudanças substantivas.

Jesús Martín-Barbero nos provoca a refletir sobre a natureza da mediação, que está longe de ser neutra ou livre de tensões. Ela carrega em si as cicatrizes das desigualdades e os conflitos que moldam os sujeitos envolvidos nesse processo. Em Manguinhos, cada expressão, seja por meio de palavras ou gestos, transforma-se em um ato de resistência política — um eco que rompe o silêncio imposto pelas narrativas hegemônicas. A memória, nesse contexto, assume um papel crucial: resgata aquilo que o presente tenta obliterar, conecta histórias dispersas e reafirma a dignidade e o valor de cada voz que ousa se fazer ouvir.

5 FALA MANGUINHOS: A VOZ DO FAVELADO

E assim, chegamos ao momento em que este trabalho ganha corpo, revelando o núcleo vivo de todo o percurso investigativo: o jornal comunitário Fala Manguinhos. Este capítulo não se limita a uma análise acadêmica; é um retrato de uma caminhada que me atravessou como pesquisador e, sobretudo, como morador do Complexo de Manguinhos. Após explorar os caminhos que me levaram a compreender a história, a comunicação e os conflitos de representação deste território, chegou a hora de lançar luz sobre uma iniciativa que simboliza a luta por autonomia e protagonismo na favela.

Manguinhos é um lugar onde a oralidade, o diálogo e a construção coletiva tecem as relações do cotidiano. Porém, também é um território historicamente sufocado pela invisibilidade e pelas narrativas desumanizadoras da mídia hegemônica, que insiste em retratar corpos favelados sob prismas reducionistas e estereotipados. Foi nesse contexto que me aproximei do Fala Manguinhos, não apenas como objeto de pesquisa, mas como um espaço de prática e transformação. Por quase dois anos, atuei ativamente nas dinâmicas do jornal, colaborando na produção de narrativas que dão visibilidade a vozes frequentemente ignoradas ou silenciadas.

Esta pesquisa não se propôs a “dar voz” a ninguém — uma ideia recorrente no campo da comunicação comunitária, mas que carrega uma pretensão equivocada. As pessoas da favela sempre tiveram voz; o que lhes falta, muitas vezes, são as condições e os meios necessários para que suas falas atravessem os muros concretos e simbólicos que cercam territórios como Manguinhos. Desde o início, minha intenção foi contribuir para que o jornal pudesse se consolidar como um desses espaços, reconhecendo o imenso poder de uma comunicação comunitária que não só informa, mas também organiza, mobiliza e inspira transformações concretas.

Este capítulo nasce dessa experiência vivida, fruto de um processo construído ao longo do mestrado e que carrega, em sua essência, tudo o que absorvi nessa trajetória. Ele é o encontro entre a pesquisa e a prática, entre o papel e a rua, entre a minha história pessoal e a história coletiva de Manguinhos. Durante este processo, compreendi como a invisibilidade é um dos grandes entraves para a consolidação de iniciativas fundamentais à nossa coletividade. Enxergar, tão de perto, o potencial transformador do Fala Manguinhos foi um momento de despertar, não apenas para a minha pesquisa, mas para o meu papel como sujeito deste território. Mais do que um objeto acadêmico, este jornal se tornou uma trincheira de resistência, onde a comunicação comunitária se afirma como uma ferramenta essencial de luta e transformação.

5.1 Sua história

O jornal Fala Manguinhos nasceu da necessidade urgente de romper com o silêncio que pairava sobre o Complexo de Manguinhos, um território tantas vezes invisibilizado e reduzido a estereótipos pela grande mídia. Mais do que um jornal, ele se tornou um símbolo de resistência, carregando em suas páginas as vozes, memórias e sonhos dos moradores que, como vimos nos primeiros capítulos, por décadas, enfrentaram as marcas da exclusão social.

A ideia do jornal não surgiu do nada. Ele é fruto direto das iniciativas promovidas pela Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos (ACC), uma experiência inovadora que uniu moradores, ativistas e instituições em torno de um propósito comum: resgatar o direito à comunicação como um instrumento de cidadania. De acordo com Simões (2015), a participação dos moradores em projetos sociais como a ACC não só fortaleceu a autonomia comunitária, mas também deu forma a novas narrativas que subverteram a lógica da marginalização.

O Fala Manguinhos, desde seu início, refletiu essa energia transformadora. A cada edição, o jornal abordava temas cruciais para a vida cotidiana das comunidades, mas também abria espaço para histórias de resistência e solidariedade. Vargas (2016) ressalta que o jornal não era apenas um veículo de informação; era um espelho da comunidade, onde os moradores se reconheciam, reafirmavam sua identidade e assumiam o protagonismo de suas próprias histórias.

Criado em meio a um contexto de desigualdades gritantes, o jornal serviu como uma resposta à falta de representatividade nos meios de comunicação convencionais. Como observa Vargas (2016), ele se tornou uma ponte entre o local e o externo, ajudando a desconstruir os estigmas associados ao território. Por meio do Fala Manguinhos, as comunidades puderam não apenas reivindicar direitos, mas também narrar suas lutas sob suas próprias lentes, em um movimento que combinava memória, cidadania e pertencimento.

Essa transformação, entretanto, não aconteceu de forma isolada. A Fiocruz, uma instituição que já exercia um papel importante na região, foi essencial para o desenvolvimento do projeto. Mais do que uma parceira técnica, a fundação assumiu o compromisso de promover a inclusão social por meio da comunicação, alinhando-se a valores de justiça e participação. Simões (2015) aponta que os princípios de cooperação social da Fiocruz ajudaram a construir um modelo de gestão participativa, no qual as comunidades não eram apenas beneficiárias, mas também coautoras das ações realizadas.

O jornal foi oficialmente estabelecido no início da década de 2010, consolidando-se como uma ferramenta essencial de comunicação comunitária no território de Manguinhos, alinhado aos princípios e à metodologia participativa da AAC. Desde sua concepção, o jornal buscava não apenas dar visibilidade às demandas locais, mas também valorizar as potencialidades das comunidades que compõem o território. Essa iniciativa refletiu o esforço coletivo de moradores, lideranças comunitárias e parceiros institucionais em reafirmar a comunicação como um direito fundamental, elemento essencial para a promoção da cidadania e da inclusão social.

Figura 17 – Evento de lançamento do jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Registro do evento de lançamento do jornal comunitário Fala Manguinhos.

Fonte: Fala Manguinhos (Facebook). (2013).

A criação da iniciativa foi um marco na trajetória da ACC, sendo construída com base em processos amplamente participativos, característica que já definia a agência desde sua formação. Segundo Vargas (2016), os moradores foram incentivados a protagonizar as diversas etapas da produção jornalística, como a definição de pautas, a redação de textos e a formulação de estratégias de circulação, consolidando a horizontalidade e o diálogo como pilares fundamentais de sua atuação. Essa abordagem alinhava-se à proposta de cooperação social defendida pela Fiocruz, que entendia a participação como um meio para empoderar os sujeitos envolvidos e assegurar a sustentabilidade das iniciativas (Simões, 2015, p. 17).

O lançamento da primeira edição do jornal representou um rompimento significativo com a invisibilidade que historicamente caracterizava Manguinhos. Até aquele momento, as

narrativas predominantes nos meios de comunicação tradicionais retratavam o território de maneira estigmatizada, limitando-se a questões como violência e pobreza. Em contraposição, o Fala Manguinhos trouxe uma narrativa "de dentro para fora", construída pelas próprias vozes do território, revelando as riquezas humanas, culturais e sociais da comunidade.

Figura 18 – Primeira edição impressa do jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Exemplares da primeira edição impressa do jornal comunitário Fala Manguinhos.

Fonte: Fala Manguinhos (Facebook). (2013).

Na primeira edição, destacaram-se reportagens que abordavam a luta dos moradores por melhorias na infraestrutura local, além de iniciativas culturais que emergiam nas comunidades. O jornal utilizou uma linguagem acessível, alinhada ao objetivo de fomentar laços comunitários e estimular debates sobre os direitos e responsabilidades dos moradores, elementos que também estavam presentes em outros esforços de comunicação participativa promovidos pela ACC (Simões, 2015). Nesse sentido, o jornal não era apenas um veículo de comunicação, mas uma plataforma de fortalecimento da cidadania, como apontado por Vargas (2016), ao contribuir para a desconstrução de preconceitos e para a valorização das identidades locais.

A AAC foi fruto de um esforço coletivo que reuniu diversos atores em torno de um objetivo comum: fortalecer a comunicação comunitária e promover o protagonismo dos moradores do Complexo de Manguinhos. Nesse processo, a Fiocruz desempenhou um papel fundamental, ao oferecer suporte institucional e metodológico para viabilizar a criação da agência. No entanto, como destaca Simões (2015), a força motriz da ACC estava na pluralidade

de vozes e saberes que se articularam durante sua concepção e execução, refletindo a essência da cooperação social.

Pesquisadores da Fiocruz e de outras instituições acadêmicas contribuíram com reflexões teóricas e metodologias inovadoras, enquanto lideranças comunitárias desempenharam um papel crucial na adaptação dessas ideias à realidade local. Segundo Vargas (2016), moradores engajados em movimentos sociais, conselhos comunitários e associações de moradores foram fundamentais para enraizar as ações da ACC nas demandas concretas da comunidade. Esses líderes, com suas trajetórias de lutas por direitos, asseguraram que a agência não apenas representasse as aspirações coletivas, mas também atuasse como catalisadora de mudanças.

O diferencial da ACC foi a participação ativa dos moradores em todas as etapas de sua implementação. Desde o início, encontros, oficinas e debates foram organizados para identificar as principais necessidades da comunidade e priorizar ações. Jovens, mulheres, trabalhadores e idosos participaram ativamente desse processo, que consolidou a ACC como um espaço legítimo de comunicação e promoveu um sentimento de pertencimento e identidade coletiva no território.

A criação do jornal Fala Manguinhos marcou o ponto alto dessa colaboração. Muitos dos colaboradores iniciais do jornal eram moradores que haviam participado das oficinas de capacitação organizadas pela ACC. Essas formações não apenas ensinaram técnicas de escrita, fotografia e edição, mas também fomentaram uma consciência crítica sobre o papel da comunicação na luta por direitos e na desconstrução de estigmas que historicamente afetam a comunidade. Assim, o jornal se tornou mais do que um veículo de informação; ele simbolizou a luta por visibilidade e justiça social.

A integração entre saberes acadêmicos e populares deu à ACC e ao Fala Manguinhos uma singularidade que os diferencia como exemplos de inovação social. Esse modelo colaborativo, como enfatizado por Simões (2015), não se limitava à transferência de conhecimento, mas promovia trocas constantes e enriquecedoras entre diferentes perspectivas. Dessa forma, a ACC consolidou-se como um espaço de transformação, demonstrando o poder da comunicação comunitária para fortalecer cidadania e promover justiça social.

O Fala Manguinhos foi concebido como muito mais do que um veículo de comunicação tradicional; ele nasceu como um espaço de articulação comunitária, um canal onde os moradores do Complexo de Manguinhos poderiam se expressar de maneira autêntica e direta. Desde sua criação, o jornal assumiu o compromisso de inverter a lógica predominante, deslocando o foco dos olhares externos — frequentemente marcados por estigmas e

reducionismos — para as vozes internas do território. Assim, transformou os moradores em protagonistas de suas próprias narrativas, rompendo com a invisibilidade historicamente imposta à comunidade.

A ideia de criar um jornal comunitário emergiu da urgência em enfrentar as narrativas hegemônicas que associavam Manguinhos exclusivamente à violência e à pobreza, retratos recorrentes nos grandes veículos de mídia. Nesse cenário, o jornal destacou-se como uma iniciativa inovadora e desafiadora: não se limitou a dar voz à comunidade, mas propôs que os próprios moradores ocupassem o papel de contadores de suas histórias. Por meio desse protagonismo, o jornal resgatou e evidenciou aspectos sociais, culturais e históricos frequentemente apagados ou ignorados pelo discurso midiático convencional.

O processo de produção do jornal foi pensado de forma colaborativa e profundamente inclusiva. Oficinas de formação promovidas pela AAC ofereceram ferramentas práticas e teóricas para que os moradores se tornassem jornalistas comunitários. Sem exigências de formação prévia, essas oficinas valorizavam o conhecimento tácito e as vivências dos participantes, ensinando técnicas de reportagem, entrevistas e fotografia. Essa metodologia formativa não só qualificou a produção do jornal, mas também empoderou os participantes, proporcionando-lhes meios para narrar suas experiências e retratar as complexidades de seu território com autenticidade.

Mais do que relatar acontecimentos, a iniciativa comprometia-se em dar visibilidade às vozes que, até então, eram sistematicamente silenciadas. Suas páginas destacavam histórias de resistência e superação, celebravam a riqueza cultural do território e abordavam temas essenciais como saúde, educação, moradia e organização social. Cada edição refletia a pluralidade da vida em Manguinhos, navegando por um vasto espectro de questões, desde a memória das lutas por direitos até iniciativas contemporâneas de arte, esporte e empreendedorismo.

Ao se consolidar como um espaço de produção cultural e informativa protagonizada pelos próprios moradores, o Fala Manguinhos não apenas se diferenciou no campo da comunicação comunitária, mas também reforçou o sentimento de pertencimento e valorização coletiva. Cada edição era fruto de um esforço conjunto que unia histórias, talentos e perspectivas, transformando o jornal em um elo poderoso entre as diversas comunidades de Manguinhos e entre estas e o restante da sociedade. Nesse processo, o jornal tornou-se mais do que uma ferramenta de comunicação; tornou-se um símbolo de resistência, organização e transformação social.

O jornal Fala Manguinhos foi criado como uma resposta contundente à exclusão histórica enfrentada pelas comunidades do Complexo de Manguinhos nos grandes meios de comunicação. Por décadas, as narrativas predominantes sobre o território foram construídas a partir de olhares externos e distantes da realidade vivida pelos moradores.

Essas narrativas, conforme apontado por Vargas (2016), frequentemente enfatizavam aspectos como violência e pobreza, ignorando a riqueza cultural, as iniciativas comunitárias e as histórias de resistência que compõem o cotidiano local. Essa invisibilidade seletiva, reforçada por estigmas difundidos pela mídia tradicional, perpetuava preconceitos e ampliava desigualdades sociais, restringindo as oportunidades de inserção social e afirmação identitária dos moradores.

Nesse contexto, o jornal surgiu como uma tentativa de romper com o ciclo de silenciamento e estigmatização. A proposta era simples, mas transformadora: dar voz à comunidade, permitindo que os próprios moradores assumissem o papel de narradores de suas histórias e perspectivas. Vargas (2016) ressalta que o jornal foi idealizado para possibilitar que os habitantes de Manguinhos tivessem um espaço legítimo para expor seus desafios, conquistas e potencialidades, contrariando o viés da mídia tradicional. Nesse sentido, a iniciativa alinhava-se à estratégia de comunicação participativa promovida pela AAC, cujo foco era a desconstrução de estereótipos e a promoção da cidadania por meio da informação (Simões, 2015).

Mais do que combater os estigmas, o Fala Manguinhos assumiu o papel de desconstruir os estereótipos amplamente difundidos sobre as favelas e comunidades periféricas. Enquanto os meios de comunicação tradicionais projetavam uma imagem estigmatizada dessas áreas, o jornal buscava apresentar o território como um espaço dinâmico, habitado por pessoas que trabalham, criam, lutam e sonham. Essa mudança na narrativa, de acordo com Simões (2015), era essencial não apenas para fortalecer a autoestima da comunidade, mas também para estabelecer um diálogo mais justo com a sociedade em geral, promovendo a valorização das identidades locais.

A exclusão das grandes narrativas sobre Manguinhos não se limitava à ausência de histórias positivas. Ela também envolvia a invisibilidade de questões cruciais, como a falta de serviços públicos adequados, as lutas por melhorias urbanas e as iniciativas culturais e sociais florescentes no território. O jornal, ao trazer essas questões à tona, direcionava seu foco para aquilo que realmente importava para os moradores: suas histórias, demandas e conquistas. Cada edição do jornal transformava a vivência do território em um registro concreto de luta e

transformação, reafirmando o papel da comunicação comunitária como ferramenta de resistência e inovação social.

Ao longo de sua trajetória, o Fala Manguinhos consolidou-se como um contraponto poderoso às narrativas excludentes e preconceituosas, oferecendo aos moradores uma plataforma para exercerem plenamente sua cidadania. Essa iniciativa, como destaca Simões (2015), evidenciou o potencial transformador da comunicação participativa, ao mesmo tempo em que reafirmava o compromisso da ACC e da Fiocruz com a promoção de justiça social e igualdade no Complexo de Manguinhos.

O Fala Manguinhos foi concebido como muito mais do que um jornal. Ele se tornou uma plataforma para viabilizar o protagonismo dos moradores, fortalecendo a cidadania e garantindo os direitos à comunicação e à memória. Por meio de oficinas promovidas pela AAC, os moradores foram capacitados para assumir a produção de conteúdo, aprendendo a registrar as histórias do território e narrar suas próprias realidades. Essa iniciativa não apenas democratizou a comunicação, mas consolidou o jornal como uma ferramenta de resistência e valorização coletiva.

Mais do que informar, o Fala Manguinhos abriu um canal estratégico de diálogo entre a comunidade e o poder público. Suas páginas tornaram-se um espaço para expor demandas locais, propor soluções e estimular discussões sobre políticas públicas. Dessa forma, o jornal atuou como uma ponte, conectando as necessidades dos moradores com os agentes institucionais, enquanto reafirmava o direito à comunicação como instrumento de transformação social. Ao dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas, o Fala Manguinhos desafiou narrativas hegemônicas e consolidou-se como um símbolo de resistência e emancipação.

O jornal também assumiu o compromisso de transformar a comunicação em um instrumento de conscientização e fortalecimento comunitário. Seu primeiro objetivo era informar: garantir aos moradores acesso a notícias relevantes, especialmente sobre serviços públicos como saúde, educação e habitação, além de reportagens que esclareciam questões sociais e políticas com impacto direto no território. Ao preencher lacunas de informação e combater preconceitos externos, o jornal ofereceu uma perspectiva local que muitas vezes era ignorada pelas grandes mídias.

Além disso, o jornal buscava conscientizar os leitores, incentivando reflexões sobre cidadania, direitos civis e políticos. Com uma linguagem acessível, ele abordava temas como o direito à cidade, a luta pela igualdade de oportunidades e a importância do controle social sobre políticas públicas. Cada edição era um convite à reflexão crítica e à ação coletiva, encorajando

os moradores a reconhecerem seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Outro pilar fundamental do Fala Manguinhos era a valorização das histórias e vivências da comunidade. Ao resgatar memórias de luta, destacar conquistas locais e celebrar as expressões culturais de Manguinhos, o jornal reafirmava o orgulho e a identidade do território. Essa valorização cultural não apenas fortalecia os laços comunitários, mas também enfrentava os estigmas historicamente associados ao Complexo, promovendo uma imagem mais plural e positiva da região.

Por fim, o jornal tinha como missão mobilizar a comunidade, estimulando a participação popular em ações e decisões que impactavam diretamente suas vidas. Mais do que noticiar, o Fala Manguinhos era um chamado à ação, denunciando problemas locais, destacando iniciativas transformadoras e incentivando a organização coletiva. Em um território marcado pela exclusão histórica, mas também por redes de solidariedade e resistência, o jornal representava uma força vital para fortalecer o engajamento e a luta por direitos.

O Fala Manguinhos foi criado para atender às demandas e possibilidades de seu tempo, utilizando múltiplos formatos para maximizar seu alcance e impacto. A edição impressa, distribuída nas comunidades do Complexo de Manguinhos, era seu principal meio de comunicação. Além de acessível a quem não tinha contato com o ambiente digital, o jornal impresso reforçava o sentido de pertencimento ao território, tornando-se um objeto palpável na vida dos moradores.

Com o avanço das tecnologias, o jornal expandiu sua atuação para plataformas digitais, como blogs e redes sociais, especialmente o Facebook. Essa estratégia ampliou sua visibilidade, conectando Manguinhos a outras comunidades e a aliados externos, ao mesmo tempo em que rompia as barreiras físicas do território. As novas mídias não apenas diversificaram a audiência, mas também potencializaram a circulação de narrativas historicamente silenciadas.

Um dos grandes diferenciais do Fala Manguinhos era seu modelo de produção: todo o conteúdo era elaborado por moradores, capacitados pela ACC. Oficinas de jornalismo, fotografia, redação e mídias digitais não apenas forneciam habilidades técnicas, mas também fortaleciam a consciência crítica dos participantes sobre o papel transformador da comunicação. Esse formato tornava o jornal mais do que um meio de divulgação; ele era um processo coletivo de aprendizado e empoderamento.

Apesar de sua relevância, o projeto enfrentou desafios estruturais desde o início, especialmente relacionados à sustentabilidade financeira e à manutenção de parcerias institucionais. Esses problemas foram agravados pela pandemia de Covid-19, que expôs

desigualdades históricas e impactou profundamente as comunidades de Manguinhos. Durante esse período, a periodicidade do jornal foi reduzida, e a articulação com os comunicadores comunitários e parceiros se tornou mais difícil, comprometendo sua continuidade e relevância.

A crise sanitária também evidenciou o desgaste da direção que estava à frente do jornal há quase uma década. As dificuldades financeiras e a sobrecarga de responsabilidades levaram ao afastamento progressivo da gestão, resultando em uma desconexão com a base comunitária. O jornal, antes um símbolo de resistência, viu-se à beira do silenciamento, resistindo apenas graças à persistência de alguns membros da comunidade que se recusaram a abandoná-lo.

Foi nesse contexto que emergiu a discussão sobre a necessidade de renovação da liderança do Fala Manguinhos. Durante a pandemia, as contradições internas do projeto ficaram mais evidentes, fortalecendo a proposta de eleições diretas para escolher uma nova direção. Mais do que uma mudança administrativa, essa ideia simbolizava a busca por um jornal mais alinhado às demandas contemporâneas do território e fiel ao espírito participativo que sempre definiu sua essência.

Apesar dos desafios acumulados, a resistência de indivíduos comprometidos com o projeto manteve viva a esperança de sua revitalização. As reflexões internas não apenas destacaram as fragilidades do jornal, mas reacenderam debates sobre sua relevância enquanto espaço de memória, mobilização e transformação social. A renovação da liderança e a busca por sustentabilidade surgiram como passos cruciais para garantir que o Fala Manguinhos pudesse superar as adversidades e resgatar sua missão histórica: ser uma voz autêntica e ativa de Manguinhos, mesmo nos momentos mais difíceis.

5.2 A partir da reestruturação

O processo de reformulação do Jornal Fala Manguinhos teve como marco inicial a eleição direta de uma nova administração, um evento de significativa importância para a revitalização da iniciativa. No entanto, ainda que relevante, a eleição por si só não se configura como o principal alicerce para a sustentabilidade do jornal. Realizada no dia 10 de março de 2023, na Biblioteca Parque de Manguinhos, a votação resultou na composição da nova diretoria executiva, formada por Fábio Monteiro, Idarrah Corrêa, Renata Dutra e Jorge Nadais, além do conselho fiscal, composto por Paloma Gomes, Edilano Cavalcante, André Lima, Ana Maria, Anastácia Santos e Léo Sobral.

Este momento simbólico marcou não apenas a renovação organizacional, mas também um esforço de resistência cultural em um cenário pós-pandêmico, no qual os efeitos sociais e econômicos da covid-19 ainda se faziam sentir de maneira profunda em territórios vulnerabilizados como Manguinhos. A reestruturação do jornal surge, portanto, como uma tentativa de reverter o afastamento que quase levou o Fala ao esquecimento, resgatando seu papel como voz coletiva e veículo de fortalecimento comunitário.

Figura 19 – Nova Diretoria do Jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Composição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Jornal Fala Manguinhos, eleita em 2023, reforçando o compromisso da iniciativa com a comunicação comunitária e a defesa do direito à informação em Manguinhos.

Fonte: Fala Manguinhos (Instagram). (2023).

A tarefa assumida pela nova diretoria foi desafiadora: superar as limitações impostas pelo contexto histórico recente, ao mesmo tempo em que responde às demandas da população local. Mais do que uma simples reorganização interna, trata-se de um movimento estratégico para consolidar o Fala Manguinhos como um importante instrumento de articulação e denúncia no território. Assim, o jornal reafirma sua relevância enquanto espaço de expressão comunitária, essencial para a construção de narrativas que rompam com a invisibilidade social que frequentemente marca regiões periféricas.

Com o encerramento da versão impressa do Fala Manguinhos ainda antes do início da pandemia, as redes sociais se tornaram o principal meio de circulação de seus conteúdos. A partir desse período, uma série de informações começou a ser veiculada por esses canais digitais, consolidando as redes como o eixo central de transmissão e diálogo com a comunidade.

A estratégia de reestruturação do jornal passou por uma aproximação direta com o território, priorizando a presença física nos becos e vielas de Manguinhos. Ir às ruas tornou-se fundamental para garantir visibilidade e reconectar o jornal com os moradores. Paralelamente, coberturas de eventos pontuais e esporádicos serviram como estímulo para que a população local buscasse as redes sociais do Fala como fonte de informação sobre os acontecimentos no território.

Entre as principais pautas abordadas nesse retorno, destacaram-se os protestos comunitários, as operações policiais e as denúncias de problemas estruturais, como a falta de assistência médica e saneamento básico. Esse foco não apenas reafirmou o papel crítico do jornal na construção de uma narrativa popular e de denúncia, mas também marcou a retomada de seu compromisso com a visibilidade das demandas e lutas sociais de Manguinhos.

O retorno da capa semanal do Jornal Fala Manguinhos, no dia 15 de maio de 2023, marcou um importante passo no processo de revitalização do jornal. A nova capa, agora em formato virtual, passou a reunir os principais acontecimentos da semana no território, sintetizando as informações de maneira acessível e direta. Esse retorno buscou fortalecer o vínculo do jornal com os moradores de Manguinhos, utilizando as redes sociais como plataforma para ampliar o alcance das notícias.

Figura 20 – Capa do Jornal Fala Manguinhos, maio de 2023.



Legenda: Capa da edição de maio de 2023 do Jornal Fala Manguinhos, destacando pautas relacionadas à mobilização comunitária, saúde, educação e defesa de direitos dos moradores de Manguinhos.
Fonte: Fala Manguinhos (Instagram). (2023).

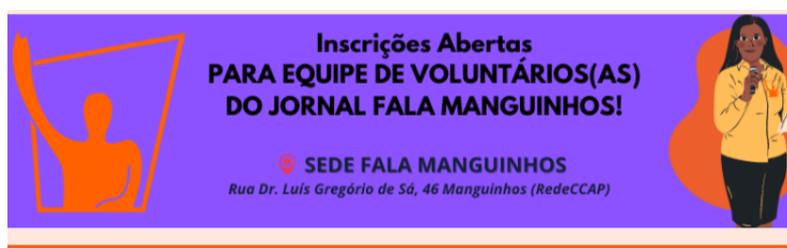
Com um formato visualmente atrativo e objetivo, a capa semanal destacou temas relevantes que dialogam diretamente com a realidade local. Pautas como manifestações, falta de políticas públicas e ações que impactam a vida cotidiana voltaram a ocupar um espaço central na comunicação do Fala Manguinhos. Esse movimento reafirmou o compromisso do jornal com a informação comunitária e a visibilidade das demandas do território.

A partir desse contexto, a direção do Fala Manguinhos iniciou a elaboração de um projeto estratégico com o objetivo de mobilizar voluntários e, assim, fortalecer a iniciativa jornalística dentro do território. Esse movimento se tornou mais concreto em 31 de julho de 2023, quando o jornal realizou, por meio de suas redes sociais, a primeira chamada pública para pessoas interessadas em contribuir com o projeto.

Inicialmente, os interessados eram convidados a preencher um formulário on-line, no qual deveriam fornecer informações básicas de identificação pessoal e territorial. Entre os

campos solicitados estavam: nome, data de nascimento, gênero, cor/raça, telefone, a comunidade do Complexo de Manguinhos onde residiam, o tempo de moradia na região, nível de escolaridade e se possuíam alguma formação ou experiência prévia em comunicação comunitária. A proposta dessa etapa era identificar o perfil dos voluntários e mapear sua conexão com o território, visando construir uma rede de colaboradores alinhada às necessidades do jornal e ao contexto local.

Figura 21 – Formulário para Comunicadores Comunitários Fala Manguinhos.



Comunicadores Comunitários Fala Manguinhos!

INSCRIÇÕES

Olá tudo bem? Este é um formulário para todos(as) que desejam contribuir de alguma forma em nossa Agência de Comunicação Comunitária. As informações aqui passadas serão úteis para conhecermos melhor o perfil de nossos(as) futuros(as) comunicadores(as). Seja bem-vindo(a)!

Legenda: Formulário de inscrição para voluntários(as) interessados(as) em atuar na equipe de comunicação comunitária do Jornal Fala Manguinhos.

Fonte: Fala Manguinhos. (2023).

Pouco tempo depois, com o avanço da iniciativa e a necessidade de aprofundar o processo de seleção, o formulário foi ampliado. Foram incluídas novas questões para captar melhor as motivações e habilidades dos voluntários. Além dos dados anteriores, passaram a ser solicitadas informações como: redes sociais, participação em coletivos ou movimentos sociais, ocupação profissional, e a pergunta "O que te inspira em Manguinhos?", buscando compreender as relações afetivas e comunitárias dos interessados. Perguntas como "Pra você, o que é um trabalho voluntário?" e "Como você pode contribuir com o Fala Manguinhos?" foram incorporadas para avaliar o comprometimento e as expectativas dos candidatos.

Além disso, os voluntários puderam expressar suas áreas de interesse na comunicação, indicando quais temas lhes eram mais familiares ou despertavam maior afinidade. Foram solicitadas, ainda, informações sobre as funções que gostariam de desempenhar no jornal e a

disponibilidade de dias e horários para o trabalho voluntário, possibilitando uma organização mais eficiente da atuação dentro do projeto.

Esse processo, ao mesmo tempo simples e cuidadoso, buscou não apenas identificar possíveis colaboradores, mas também construir um elo entre os voluntários e o Fala Manguinhos, valorizando suas perspectivas, habilidades e experiências. A chamada para voluntários representou, assim, uma importante estratégia de fortalecimento comunitário, reafirmando o jornal como um espaço participativo e coletivo, onde os próprios moradores assumem protagonismo na produção e na disseminação das informações que moldam a narrativa do território.

O primeiro encontro de voluntários do Jornal Fala Manguinhos, realizado no dia 05 de agosto de 2023, marcou o início de uma nova etapa para a iniciativa. O encontro aconteceu às 14h, em uma sala de aula da Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável (RedeCCAP), e reuniu nove voluntários, além do diretor Fábio Monteiro e da secretária Renata Dutra. A reunião inaugural foi estruturada a partir de um momento de apresentação dos participantes, no qual puderam compartilhar suas expectativas em relação ao jornal e suas percepções sobre o território de Manguinhos, suas histórias e realidades sociais. A dinâmica inicial buscou não apenas integrar os voluntários, mas também construir um ambiente participativo e acolhedor.

O encontro evidenciou um sentimento coletivo compartilhado pelos voluntários: a importância de utilizar o Fala Manguinhos como uma ferramenta de transformação social e comunicação acessível dentro do território. A reunião deixou claro que a proposta do jornal vai além de informar; trata-se de construir um espaço colaborativo e participativo, no qual os próprios moradores assumem o protagonismo na produção e circulação de notícias sobre suas realidades.

Para os envolvidos, o jornal representa uma oportunidade de dar visibilidade às demandas locais, fortalecer os laços comunitários e contribuir para o desenvolvimento de um território muitas vezes invisibilizado pelas mídias hegemônicas. Embora não tenha sido possível colher depoimentos formais, a atmosfera do encontro reforçou a relevância e o potencial transformador dessa iniciativa.

Figura 22 – Primeiro encontro de voluntários(as) do Jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Registro do primeiro encontro de voluntários(as) do Jornal Fala Manguinhos, realizado em 2023, com o objetivo de planejar ações de comunicação comunitária e fortalecer o protagonismo local.
Fonte: Fala Manguinhos (Instagram). (2023).

Com base no sucesso do primeiro encontro, um segundo encontro de voluntários foi agendado para o dia 19 de agosto de 2023, às 15h, novamente em uma sala da RedeCCAP, local onde ocorreu a primeira reunião. Dessa vez, a conversa contou com a presença de seis voluntários, sendo que dois deles não haviam participado do encontro anterior, além do diretor Fábio Monteiro e da secretária Renata Dutra.

Esse segundo encontro foi marcado por uma abordagem mais aprofundada sobre o funcionamento institucional do Fala Manguinhos e sobre como cada voluntário poderia contribuir de maneira concreta para a manutenção e crescimento do jornal. Embora conteúdos breves sobre a história de Manguinhos tenham sido apresentados, a reunião concentrou-se nos temas emergentes do território, como saúde, violência e meio ambiente. Cada um desses tópicos foi discutido em detalhe, evidenciando como impactam a vida cotidiana dos moradores e reforçando a importância de o jornal atuar como veículo de denúncia, informação e mobilização comunitária.

O segundo encontro fortaleceu o engajamento dos voluntários e promoveu uma reflexão crítica sobre o papel do Fala Manguinhos na construção de uma comunicação comunitária e participativa. Ao discutir temas urgentes e conectar esses desafios ao compromisso do jornal, os participantes foram incentivados a ocupar esse espaço de maneira ativa, contribuindo para a democratização da informação e para a valorização das vozes de Manguinhos.

Figura 23 – Segundo encontro de voluntários(as) do Jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Registro do primeiro encontro de voluntários(as) do Jornal Fala Manguinhos, realizado em 2023, com o objetivo de planejar ações de comunicação comunitária e fortalecer o protagonismo local.
Fonte: Fala Manguinhos (Instagram). (2023).

No dia 20 de outubro de 2023, foi agendado o terceiro encontro de voluntários do Fala Manguinhos para o dia seguinte, 21 de outubro, às 15h, no mesmo espaço das reuniões anteriores, na Rede CCAP. A participação dos voluntários dependia, novamente, do preenchimento dos formulários, um processo que reforçava o compromisso e a organização na construção coletiva do jornal.

Esse encontro contou com a presença de seis voluntários, além do diretor Fábio Monteiro. Embora tenha seguido a estrutura estabelecida nos encontros anteriores, com momentos de diálogo e integração entre os participantes, a principal diferença foi o foco na divisão de tarefas entre os voluntários. A proposta central era garantir que a produção de conteúdos para o jornal pudesse iniciar de forma estruturada e ágil, permitindo que os colaboradores comessem a atuar diretamente nas atividades do Fala Manguinhos.

O terceiro encontro representou um avanço significativo no processo de organização interna do jornal. A distribuição de responsabilidades não apenas dinamizou a equipe, mas também materializou o compromisso dos voluntários com a iniciativa, ao transformar suas motivações e expectativas em ações práticas. A partir desse momento, a produção de conteúdo passou a ser uma realidade concreta, sinalizando o fortalecimento do Fala Manguinhos como uma plataforma ativa e participativa dentro do território.

Desde que comecei a atuar como voluntário fixo do Jornal Fala Manguinhos no contexto desta pesquisa, o jornal contava com um total de 9 voluntários. Apesar da diversidade de rostos e histórias, todos compartilhavam um propósito em comum: promover mudanças sociais no território de Manguinhos. Esse voluntariado, essencial para o funcionamento do jornal, era estruturado de maneira simples, mas eficaz, sendo mobilizado principalmente por meio das redes sociais. Os interessados tinham acesso ao formulário de inscrição diretamente na descrição das páginas do jornal, preenchendo informações pessoais que reforçavam sua identidade dentro do território e suas motivações para atuar no projeto.

A capacitação dos voluntários era uma etapa crucial desse processo. Realizada em encontros presenciais, essa formação não apenas introduzia os participantes ao funcionamento interno do jornal, mas também promovia uma reflexão coletiva sobre a história e identidade do território de Manguinhos e de seus moradores. Os dilemas enfrentados pela comunidade — como o abandono histórico por parte do Estado, a precariedade na assistência social, as questões ambientais, a saúde pública negligenciada e a violência policial — eram pautas centrais nessas reuniões. Esses momentos de troca buscavam alinhar os voluntários à missão do Fala Manguinhos, garantindo que suas atuações fossem informadas e engajadas com as lutas cotidianas do território.

A divisão de tarefas entre os voluntários era organizada com base nas afinidades de cada participante com áreas específicas da comunicação. Entre essas áreas estavam: produção de conteúdo, com foco em reportagens, coberturas e relatos comunitários; fotografia e audiovisual, responsáveis por registrar visualmente os acontecimentos do território; edição e revisão, que garantiam a qualidade final do material publicado; e gestão de redes sociais, que promovia o alcance das publicações e a interação com o público. Esse modelo flexível permitia que cada voluntário contribuísse de forma alinhada às suas habilidades e interesses, fortalecendo o jornal como um espaço de colaboração ativa e participativa.

Os voluntários não apenas mantinham o Fala Manguinhos funcionando; eles traziam vida ao jornal. Com suas ideias, histórias e mãos à obra, ajudavam a transformar o jornal em um espaço onde a comunidade podia se enxergar de verdade. Era ali que os moradores encontravam a chance de contar suas próprias histórias, de denunciar o que estava errado e de celebrar tudo o que fazia de Manguinhos um lugar cheio de força e possibilidades.

Após a definição dos nove voluntários que integrariam a equipe do Fala Manguinhos, o jornal deu início a um processo estruturado de reconstrução. Com a atuação previamente organizada, os voluntários passaram a se revezar em dias alternados, garantindo a continuidade da captação e produção de conteúdos. Esse modelo de organização permitiu que as narrativas

produzidas fossem profundamente enraizadas no território, destacando as experiências e histórias dos corpos que o habitam, com atenção às especificidades e resistências presentes na realidade local.

Como parte de um plano estratégico para se reaproximar dos moradores e fortalecer as narrativas de comunicação enraizadas no território, o Fala Manguinhos promoveu, no dia 23 de setembro de 2023, a Festa da Primavera. O evento cultural teve um propósito duplo: celebrar a comunidade e arrecadar recursos para a reforma da sede do jornal, um espaço essencial para a continuidade de suas atividades.

Figura 24 – Festa da Primavera do Jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Registro da Festa da Primavera, evento realizado pelo Jornal Fala Manguinhos em 2023 para arrecadar fundos destinados à reforma da sede.

Fonte: Fala Manguinhos (Instagram). (2023).

A festa foi marcada pela articulação coletiva e pelo apoio de diferentes atores locais e institucionais, como a RedeCCAP, a ASFOC-Fiocruz, a EcoTroca e o Conselho Comunitário de Manguinhos, que se uniram para viabilizar o evento. A programação contou com a presença de DJs da comunidade, que trouxeram músicas que dialogavam com a identidade cultural do território, e com apresentações de dança, lideradas por jovens moradores, que transformaram o espaço em uma verdadeira celebração das potências locais. Os voluntários que participaram

ativamente da elaboração e montagem de toda essa celebração cultural se mostraram felizes com o evento em si e com a repercussão dele.

O sucesso do evento refletiu-se diretamente nos resultados alcançados. Com os recursos arrecadados, o jornal conseguiu dar início às reformas da sede, priorizando a manutenção da parte elétrica e o assentamento dos pisos, passos fundamentais para revitalizar o espaço e garantir condições adequadas para a produção de conteúdo e organização das atividades.

No dia 27 de novembro de 2023, o Jornal Fala Manguinhos alcançou um importante reconhecimento institucional, consolidando sua trajetória como referência na comunicação comunitária e na luta antirracista. Através de seu compromisso com a valorização dos saberes ancestrais e da construção de uma comunicação antirracista, o jornal foi homenageado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em uma iniciativa proposta pela vereadora Mônica Cunha, amplamente reconhecida por sua atuação em defesa dos direitos humanos e das favelas cariocas.

Figura 25 – Moção de homenagem ao Jornal Fala Manguinhos.



Legenda: Registro da cerimônia de entrega da moção de homenagem ao Jornal Fala Manguinhos, em reconhecimento ao trabalho realizado na promoção de uma comunicação comunitária antirracista e em defesa dos direitos das populações periféricas.

Fonte: Fala Manguinhos (Instagram). (2023).

A cerimônia de entrega da moção ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), um espaço historicamente ligado à defesa da liberdade de expressão e ao fortalecimento das vozes marginalizadas. O reconhecimento público representou mais do que um gesto simbólico; foi um marco que inseriu o Fala Manguinhos em um debate político mais amplo sobre as práticas comunicativas que desafiam o racismo estrutural e reafirmam as narrativas periféricas como legítimas e transformadoras.

Entre dezembro de 2023 e abril de 2024, o Fala Manguinhos enfrentou um período de atuação mais tímida, distanciando-se, em parte, de seu propósito principal de promover uma comunicação comunitária mais ampla e aprofundada. Durante esse intervalo, a captação e a transmissão de informações concentraram-se em eventos imediatos e emergenciais, como operações policiais, enchentes e problemas estruturais na favela.

Esses conteúdos foram majoritariamente veiculados por meio dos stories no Instagram, refletindo um formato ágil e instantâneo, mas que limitava a abordagem mais analítica e crítica que historicamente caracteriza o jornal. Apesar das limitações, essa estratégia emergencial mostrou-se eficaz para alertar os moradores sobre questões urgentes do território, ainda que não contemplasse toda a profundidade e pluralidade das narrativas de Manguinhos.

Uma das conquistas mais significativas da mobilização dos voluntários do Fala Manguinhos foi a veiculação de uma reportagem especial sobre o jornal no programa Bom Dia Favela, da Band, exibida no dia 07 de maio de 2024, durante a edição 177. A reportagem trouxe uma análise aprofundada sobre o papel do Fala Manguinhos como uma ferramenta essencial de empoderamento comunitário e de fortalecimento das narrativas locais, destacando sua atuação em um território marcado por desafios estruturais e desigualdades históricas.

Figura 26 – Reportagem do programa Bom Dia Favela sobre o Jornal Fala Manguinhos e a Fiocruz.



Legenda: Reportagem do programa Bom Dia Favela, exibida pela TV Band Rio em 2024, destacando a parceria entre o Jornal Fala Manguinhos e a Fiocruz.
Fonte: TV Band Rio. (2024).

O programa abordou a posição do jornal diante dos principais dilemas enfrentados pelos moradores de Manguinhos, evidenciando como a comunicação comunitária tem sido utilizada como instrumento para denúncia, articulação política e valorização das identidades periféricas. A iniciativa foi apresentada como um exemplo de resistência informacional, enfatizando a importância de veículos locais para a construção de narrativas próprias, em contraposição às representações estigmatizantes frequentemente veiculadas pelos grandes meios de comunicação.

A exibição da reportagem em um canal de maior alcance não apenas ampliou a visibilidade do jornal, mas também reafirmou sua relevância enquanto agente transformador no território. Ao ser reconhecido em uma plataforma externa, o Fala Manguinhos consolidou-se ainda mais como uma referência de comunicação comunitária, evidenciando o impacto de suas ações no fortalecimento da cidadania e na luta por justiça social em Manguinhos.

No dia 1º de julho de 2024, o Jornal Fala Manguinhos consolidou um importante avanço em sua trajetória ao inaugurar oficialmente sua sede, situada em uma das salas da RedeCCAP, no Complexo de Manguinhos. Essa conquista foi fruto de um processo articulado, envolvendo diálogos intensos e colaborações entre a direção do jornal e a coordenação da RedeCCAP, que, ao reconhecer a relevância do Fala Manguinhos para o território, cedeu o espaço como forma de apoio à iniciativa.

A inauguração da sede representou mais do que um ganho material; simbolizou a consolidação do jornal como uma ferramenta de comunicação comunitária com raízes

profundas em Manguinhos. A nova estrutura possibilitou não apenas melhores condições para a produção e disseminação de conteúdos, mas também o fortalecimento de um espaço fixo de encontro, organização e articulação política e social. Esse marco foi fundamental para reafirmar o papel do Fala Manguinhos como um agente de transformação, ampliando sua capacidade de diálogo com o território e de enfrentamento das desigualdades que marcam a realidade local.

A parceria entre o Jornal Fala Manguinhos e o Canal Saúde da Fiocruz consolidou-se como um marco fundamental na reestruturação e revitalização do jornal comunitário, em um contexto no qual a comunicação de territórios periféricos enfrenta desafios estruturais e históricos. Inserida no âmbito do projeto “Juventude e Promoção da Saúde: comunicação comunitária para literacia em saúde no território de Manguinhos”, a colaboração teve como objetivo central capacitar jovens moradores do Complexo de Manguinhos para atuar como comunicadores comunitários, promovendo a integração entre informação, cidadania e fortalecimento territorial.

O projeto foi viabilizado pelo programa FioPromoS (Programa de Pesquisa Translacional da Fiocruz), aprovado pelo edital Inova FioPromoS (Chamada 04/2023). Essa iniciativa destacou a importância de articular saúde e comunicação como elementos transformadores em territórios vulnerabilizados, marcados pela desigualdade social, violência estrutural e ausência de políticas públicas eficazes. A partir dessa articulação, foi possível aproximar a Fiocruz, enquanto instituição científica e de saúde, das demandas concretas da população de Manguinhos, promovendo um diálogo entre ciência e comunidade por meio da formação em comunicação popular.

O processo seletivo do projeto priorizou jovens de 15 a 29 anos, residentes no território, que possuíssem interesse em comunicação comunitária, sem exigir experiência prévia. As inscrições, amplamente divulgadas nas redes sociais, convidavam os candidatos a preencher um formulário e participar de entrevistas. Ao final, foram selecionados 15 jovens, que passaram a integrar o programa de formação. As oficinas presenciais ocorreram semanalmente durante quatro meses, sempre aos sábados, entre 13h e 17h. Esses encontros trataram de temas fundamentais, como comunicação comunitária, saúde, cidadania, educação, ciência e tecnologia, e questões sociais específicas do território, como a violência policial, o meio ambiente, o abandono estatal e as desigualdades no acesso a serviços básicos.

Além de fornecer uma base teórica sólida, o projeto incentivou a prática. Os jovens foram capacitados a produzir conteúdos que dialogassem com as demandas da comunidade e recebessem uma bolsa mensal como apoio para sua participação. Ao final da formação,

receberam certificados emitidos pelo Canal Saúde da Fiocruz, reconhecendo a importância de seu engajamento como comunicadores e agentes transformadores.

Essa parceria impactou diretamente o Jornal Fala Manguinhos, que, com o apoio do Canal Saúde e a energia dos novos voluntários, conseguiu retomar um de seus veículos mais simbólicos: o jornal impresso. Após anos de descontinuidade, o formato voltou a circular, com exemplares distribuídos por todo o Complexo de Manguinhos. Essa retomada não foi apenas técnica, mas carregou um forte simbolismo: a reafirmação do compromisso do Fala Manguinhos em ser um espaço de resistência, visibilidade e fortalecimento das narrativas locais.

Ao possibilitar a retomada do jornal impresso, o projeto também reafirmou o papel do Fala Manguinhos como um instrumento essencial de comunicação comunitária. Ele não apenas promoveu a autonomia informacional do território, mas também potencializou o protagonismo dos moradores em contar suas próprias histórias, denunciar as desigualdades vividas e valorizar as potências culturais, sociais e políticas de Manguinhos. Essa experiência evidenciou como parcerias entre instituições científicas e iniciativas comunitárias podem gerar transformações concretas, promovendo a cidadania e fortalecendo a identidade coletiva em territórios historicamente marginalizados.

A relação entre o Jornal Fala Manguinhos e a Fiocruz, que remonta ao início dos anos 2000, consolidou-se ao longo dos anos como um exemplo de articulação entre comunicação comunitária e pesquisa científica. Essa proximidade institucional foi amplamente evidenciada durante o período de pesquisa, especialmente por meio da participação do jornal em eventos promovidos pela Fiocruz, como o Fiocruz Pra Você. Essa iniciativa, organizada anualmente pela instituição, tem como objetivo aproximar a Fiocruz das comunidades vizinhas, promovendo ações de divulgação científica, saúde e cidadania.

Nos anos de 2023 e 2024, o Fala Manguinhos foi convidado a compor as exposições do evento, fortalecendo sua presença como representante da comunicação comunitária do território. O jornal contou com seu próprio stand, um espaço que permitiu à equipe dialogar diretamente com os visitantes, apresentar a trajetória do jornal e divulgar suas produções, como edições do jornal impresso e conteúdos digitais. Além disso, a Fiocruz ofereceu suporte logístico e estrutural para a participação da equipe, reafirmando o reconhecimento da importância do jornal enquanto um veículo essencial para a democratização da informação no Complexo de Manguinhos.

A presença do Fala Manguinhos no Fiocruz Pra Você foi muito além da exposição de seu trabalho. O evento permitiu que o jornal ampliasse seu alcance, fortalecesse a relação com

os moradores e firmasse sua identidade como um espaço de construção coletiva e crítica sobre as realidades do território. Foi também uma oportunidade de promover trocas significativas entre os moradores de Manguinhos, pesquisadores, estudantes e profissionais da Fiocruz, ressaltando como a comunicação comunitária pode funcionar como um elo entre a ciência e a população.

Até o momento final de revisão desta pesquisa, o Jornal Fala Manguinhos alcançou uma importante conquista em sua trajetória: a retomada de seu site oficial. Embora a página ainda não estivesse completamente ativa, um evento de lançamento foi realizado no dia 14 de dezembro de 2024, na Biblioteca Parque de Manguinhos, celebrando esse avanço significativo para o jornal e para a comunicação comunitária do território.

O lançamento do site integrou a programação de encerramento do projeto "Juventude e Promoção da Saúde 2024", desenvolvido em parceria com o Canal Saúde, demonstrando a articulação entre o Fala Manguinhos e iniciativas voltadas para o fortalecimento social e a promoção de direitos. O evento contou com uma roda de diálogos com convidados, um momento de microfone aberto para que os participantes pudessem compartilhar suas perspectivas e experiências, além de apresentações culturais que deram visibilidade à produção artística local.

5.3 A mediação de informações

Na conclusão das análises sobre a atuação do Fala Manguinhos no território, é relevante destacar algumas considerações acerca do ponto central desta pesquisa: o papel do jornal como mediador de informações em um contexto territorial marcado pela marginalização.

A mediação realizada pelo Fala Manguinhos configura-se como um processo de tradução das vivências e demandas do território, no qual o jornal atua como um intermediário entre a complexidade das experiências locais e os públicos externos que as recebem. Esse papel é essencial em um contexto onde as favelas, historicamente, têm sido representadas por narrativas que frequentemente ignoram a pluralidade de suas histórias e reduzem seus moradores a estereótipos marcados pela pobreza e pela violência. Nesse sentido, o jornal comunitário assume a função de transformar as vivências cotidianas dos moradores em narrativas que sejam compreensíveis e significativas, tanto para a própria comunidade quanto

para audiências externas, incluindo instituições públicas, organizações não governamentais e a mídia convencional.

Uma das principais contribuições do Fala Manguinhos é a capacidade de dar visibilidade às experiências individuais de seus moradores, conectando-as a pautas coletivas que ajudam a construir uma identidade compartilhada no território. Por meio de reportagens, depoimentos e conteúdos que ressaltam aspectos culturais e sociais da favela, o jornal consegue transformar relatos isolados em discursos potentes e representativos. Essa prática não apenas fortalece os laços comunitários, mas também contribui para o reconhecimento das potencialidades e lutas da população de Manguinhos, rompendo com a invisibilidade imposta historicamente.

Além de conferir visibilidade, o Fala Manguinhos desempenha um papel estratégico na articulação de reivindicações da comunidade. As matérias publicadas frequentemente destacam problemas estruturais vividos pelos moradores, como a precariedade do saneamento básico, as dificuldades de acesso a serviços de saúde e a violência policial. Ao tornar públicas essas questões, o jornal se posiciona como uma ferramenta de interlocução entre a comunidade e as esferas de poder, permitindo que demandas locais ganhem alcance e sejam reconhecidas por atores externos. Essa articulação transforma o jornal em um espaço de luta por direitos, no qual as pautas do território são traduzidas em linguagem acessível e direcionadas a instâncias capazes de promover mudanças.

No entanto, esse processo de tradução das realidades de Manguinhos exige sensibilidade e responsabilidade por parte dos comunicadores comunitários. A construção de narrativas autênticas demanda um equilíbrio delicado entre a valorização das histórias locais e a necessidade de evitar tanto a romantização quanto o reforço de estigmas. Ao mesmo tempo em que celebra as conquistas e resistências da favela, o Fala Manguinhos precisa lidar com as múltiplas vulnerabilidades que atravessam o território, sem reduzi-lo a um espaço de sofrimento. Essa tensão é constante e desafia o jornal a criar um discurso que seja simultaneamente crítico e afirmativo, representando a complexidade das dinâmicas sociais de Manguinhos de forma ética e transformadora.

Dessa forma, a mediação promovida pelo Fala Manguinhos não é apenas informativa, mas também política, uma vez que contribui para ressignificar as representações externas sobre o território e fortalecer o protagonismo dos moradores. Em sua prática, o jornal reafirma a importância da comunicação comunitária como um espaço de construção de narrativas que não apenas informam, mas também mobilizam, conectam e inspiram a transformação social.

Os limites da mediação de informações no contexto do Fala Manguinhos evidenciam as desigualdades que atravessam tanto o território quanto o próprio processo de produção de

narrativas comunitárias. Apesar do papel fundamental desempenhado pelo jornal como um espaço de expressão e articulação, as barreiras estruturais e dinâmicas internas e externas colocam desafios significativos para a construção de uma comunicação verdadeiramente inclusiva e representativa.

Uma das barreiras mais evidentes refere-se ao acesso à informação dentro do próprio território. Manguinhos é marcado por desigualdades que afetam diferentes grupos de forma desproporcional, como mulheres, jovens, idosos e outros segmentos historicamente marginalizados. Garantir que todas essas vozes sejam ouvidas no jornal é um desafio que exige esforços conscientes de inclusão. Essa tarefa é especialmente relevante em um território onde a invisibilidade histórica de certos grupos pode perpetuar exclusões e silêncios. A ausência de uma estrutura consolidada de participação ampla pode limitar a pluralidade das narrativas veiculadas, colocando em risco o compromisso do jornal com a democratização da comunicação.

Outro limite importante está relacionado às interferências externas, em especial no que diz respeito às parcerias institucionais que apoiam o Fala Manguinhos. Embora essas colaborações sejam essenciais para a sustentabilidade do jornal, elas podem, em certos momentos, influenciar a definição de pautas e prioridades editoriais. A dependência de recursos financeiros ou logísticos fornecidos por instituições parceiras, como a Fiocruz, pode condicionar a liberdade do jornal, direcionando a escolha de temas de acordo com os interesses dessas organizações. Isso gera um risco para a autonomia editorial, restringindo a capacidade do jornal de abordar críticas ou questões que envolvam diretamente essas instituições parceiras. Tal dinâmica pode enfraquecer a legitimidade do Fala Manguinhos enquanto espaço de mediação independente, comprometendo sua função de articulação crítica e emancipadora.

Além disso, a fragmentação do território impõe desafios adicionais ao processo de mediação. O Complexo de Manguinhos é formado por diversas comunidades, cada uma com suas próprias vivências, demandas e especificidades. Refletir essa pluralidade no conteúdo do jornal é uma tarefa complexa, que exige não apenas sensibilidade editorial, mas também uma estrutura organizacional capaz de captar as vozes de diferentes grupos e localidades. Sem esse cuidado, há o risco de que a mediação reproduza visões homogêneas e incompletas do território, obscurecendo a diversidade de experiências e prioridades que compõem a identidade coletiva de Manguinhos.

Esses limites destacam que a mediação de informações no Fala Manguinhos não ocorre em um vácuo, mas em um contexto marcado por desigualdades estruturais e relações de poder que atravessam tanto o território quanto a própria dinâmica do jornal. Para superar tais desafios,

é essencial que o jornal invista em estratégias que garantam uma maior participação comunitária, reforcem a autonomia editorial e promovam o reconhecimento da pluralidade interna de Manguinhos. Somente assim será possível consolidar a mediação de informações como um instrumento de justiça social, que não apenas informa, mas também transforma as realidades do território e de seus moradores.

Romper estereótipos e criar novas narrativas é uma das dimensões mais potentes da mediação informacional promovida pelo Fala Manguinhos. Em um contexto onde as favelas são frequentemente representadas pela grande mídia como espaços de carência, violência e marginalidade, o jornal comunitário emerge como um ato de resistência informacional. Ele desafia essas representações reducionistas ao construir narrativas que valorizam a pluralidade, a memória e a potência criativa do território, oferecendo uma visão mais completa e justa sobre Manguinhos e seus moradores.

Uma das estratégias centrais do Fala Manguinhos nesse processo é a humanização do território. Por meio de reportagens que destacam iniciativas culturais, histórias de luta e práticas de resistência, o jornal apresenta Manguinhos como um espaço dinâmico, repleto de vida, criatividade e solidariedade. Exemplo disso são as matérias que abordam projetos culturais locais, como grupos de teatro e coletivos de grafite, que transformam os becos e vielas do complexo em palcos de expressão artística. Essas narrativas não apenas rompem com os estigmas associados ao território, mas também reafirmam a capacidade dos moradores de criar, resistir e se organizar diante das adversidades.

Outro aspecto essencial da atuação do Fala Manguinhos é a construção de uma comunicação “de dentro para fora”. Diferentemente da abordagem da mídia hegemônica, que muitas vezes retrata a favela a partir de um olhar externo e superficial, o jornal prioriza a produção colaborativa de conteúdo pelos próprios moradores. Essa prática é ilustrada pelas oficinas de formação em comunicação promovidas pela ACC, nas quais os participantes aprendem técnicas de jornalismo, fotografia e narrativa. Esses processos formativos não apenas capacitam os moradores tecnicamente, mas também os empoderam a contar suas próprias histórias, subvertendo a lógica dominante que os coloca como objetos de representação, e não como sujeitos ativos de suas narrativas.

Um exemplo concreto desse enfrentamento às narrativas dominantes pode ser encontrado nas coberturas realizadas pelo Fala Manguinhos durante operações policiais no território. Enquanto a grande mídia tende a retratar essas ações de forma simplista, muitas vezes criminalizando a favela como um todo, o jornal comunitário oferece uma visão crítica e humanizada. Por meio de depoimentos de moradores, registros fotográficos e análises locais, o

Fala Manguinhos revela os impactos dessas operações na vida cotidiana, denunciando violações de direitos humanos e a precariedade das políticas públicas de segurança. Essa abordagem não apenas expõe a complexidade das dinâmicas locais, mas também ressignifica a narrativa sobre o território, colocando os moradores no centro da história.

Além disso, o jornal utiliza sua plataforma para resgatar e preservar memórias coletivas de Manguinhos, valorizando as histórias de resistência que moldaram a identidade da comunidade ao longo das décadas. Reportagens que destacam a luta por direitos básicos, como saneamento e moradia, conectam o presente às conquistas e desafios do passado, mostrando que Manguinhos é um território de luta e resiliência. Esse processo de resgate histórico é particularmente importante em um contexto onde a favela é frequentemente apagada ou subestimada nas narrativas oficiais.

Ao construir essas novas narrativas, o Fala Manguinhos não apenas enfrenta os estereótipos, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e autoestima dos moradores. Ele cria um espaço onde a comunidade pode se reconhecer de forma positiva e onde suas histórias, antes silenciadas, encontram visibilidade e legitimidade. Em um cenário marcado por exclusão e estigmatização, o jornal comunitário se consolida como uma ferramenta poderosa de transformação social, reafirmando o potencial da comunicação como um ato político e emancipador.

A transição para o ambiente digital marcou uma nova fase para o Fala Manguinhos, especialmente durante os anos de pandemia da Covid-19, quando as restrições sanitárias limitaram as interações presenciais e ampliaram a dependência das tecnologias digitais. Nesse contexto, o jornal comunitário encontrou nas redes sociais uma ferramenta indispensável para continuar atuando como um mediador informacional, mas essa mudança também trouxe desafios significativos. A mediação digital, ao mesmo tempo que ampliou o alcance do jornal, evidenciou tensões entre a agilidade demandada pelo consumo digital e a necessidade de reflexões mais profundas, além de levantar questões sobre a inclusão tecnológica no território.

Um dos principais aspectos dessa mediação digital é o dilema entre a rapidez da informação e a profundidade das análises. As redes sociais, especialmente plataformas como Instagram e Facebook, permitiram ao Fala Manguinhos uma comunicação ágil, essencial em situações emergenciais como enchentes, operações policiais ou crises de saúde pública. A possibilidade de divulgar informações quase em tempo real tornou-se uma ferramenta poderosa para alertar a comunidade e amplificar demandas urgentes. No entanto, essa velocidade também tem suas limitações. O formato reduzido de postagens e stories muitas vezes não comporta a complexidade necessária para análises críticas, comprometendo o aprofundamento das

narrativas que historicamente caracterizam o jornal. Esse tensionamento reflete um desafio maior: como preservar a essência do jornalismo comunitário em um ambiente que privilegia a instantaneidade?

Além disso, a mediação digital trouxe à tona questões de acessibilidade tecnológica, que refletem as desigualdades estruturais do território. Embora as redes sociais sejam ferramentas amplamente difundidas, o acesso a dispositivos conectados e à internet de qualidade ainda é desigual em Manguinhos. Essa exclusão digital cria barreiras que podem limitar a participação de certos grupos, especialmente os mais vulneráveis, como idosos, moradores com baixa escolaridade e aqueles em situações de extrema pobreza. Em um contexto onde a inclusão é um dos princípios norteadores da comunicação comunitária, a dependência crescente do digital pode, inadvertidamente, reforçar silêncios e desigualdades dentro da própria comunidade.

Nesse sentido, a experiência do Fala Manguinhos com a mediação digital também evidencia a necessidade de equilibrar práticas tradicionais e digitais de comunicação. A interação presencial, anteriormente central para o jornal, sempre foi uma ferramenta poderosa para conectar os moradores e dar visibilidade às demandas locais. Com a digitalização, surge o desafio de manter essa conexão direta com a base comunitária, garantindo que a comunicação continue sendo representativa e acessível a todos. Estratégias como a retomada de eventos presenciais, a exemplo das reuniões com voluntários e atividades culturais, são fundamentais para complementar a atuação digital e reforçar os laços entre o jornal e os moradores.

A adaptação do Fala Manguinhos ao ambiente digital deve ser compreendida como uma nova forma de mediação, que mistura as práticas tradicionais de comunicação comunitária com as possibilidades e limitações oferecidas pelas tecnologias. Essa transição é marcada por tensões, mas também por oportunidades de inovação. Por um lado, as redes sociais permitem que o jornal alcance públicos além dos limites territoriais de Manguinhos, potencializando sua visibilidade e conectando-o a outros territórios periféricos. Por outro, o risco de dependência excessiva das plataformas digitais e de reproduzir desigualdades internas exige um olhar crítico e estratégico.

A mediação digital no Fala Manguinhos não se limita à reprodução de conteúdos, mas se apresenta como um campo de disputa, onde as vozes do território podem ocupar espaços historicamente dominados por narrativas hegemônicas. Para isso, é crucial que o jornal continue investindo em formação e capacitação digital de seus comunicadores e na criação de estratégias híbridas que combinem o alcance das redes sociais com a força transformadora da interação presencial. Apenas dessa forma será possível consolidar o digital como mais uma ferramenta

de resistência e fortalecimento das narrativas de Manguinhos, sem perder de vista os princípios fundamentais da comunicação comunitária.

As reflexões finais sobre o papel de mediador do Fala Manguinhos apontam para a complexidade de consolidar a comunicação comunitária como uma ferramenta de transformação social em um território atravessado por desigualdades, estigmas e conflitos de poder. No centro dessa dinâmica está a compreensão de que a mediação não é um ato neutro; pelo contrário, ela é um campo em permanente disputa, onde forças internas e externas ao jornal moldam as possibilidades e os limites de sua atuação. Essa constatação nos leva a um questionamento essencial: como manter o Fala Manguinhos fiel aos seus princípios de pluralidade, autonomia e protagonismo popular, sem sucumbir às pressões que tentam capturar ou enfraquecer sua essência?

Internamente, o jornal enfrenta as tensões naturais de um espaço coletivo onde diferentes perspectivas, interesses e trajetórias coexistem. O relato de crises entre voluntários e direção, marcado por acusações de centralização do poder, expõe uma fragilidade comum a muitas iniciativas comunitárias: o equilíbrio entre organização e participação democrática. Quando a mediação de informações passa a ser controlada por poucas pessoas, o jornal corre o risco de se afastar de sua base comunitária, limitando o acesso de moradores às decisões editoriais e enfraquecendo o vínculo que o sustenta como uma voz genuína de Manguinhos. Essa centralização, muitas vezes justificada pela escassez de recursos ou pela necessidade de eficiência, acaba por reproduzir dinâmicas de exclusão que o próprio jornal pretende combater. A resistência a essas práticas exige um esforço contínuo de autocrítica e abertura para processos mais horizontais e participativos.

Do lado externo, as pressões institucionais configuram um desafio igualmente significativo. A dependência de parcerias com entidades como a Fiocruz, embora necessária para a sustentabilidade do jornal, pode condicionar sua liberdade editorial, direcionando ou inibindo pautas críticas que envolvam essas mesmas instituições. Em um contexto onde a comunicação comunitária é, por definição, uma prática de contestação às estruturas hegemônicas, essa relação de dependência pode gerar contradições profundas, comprometendo a autonomia do Fala Manguinhos enquanto espaço de denúncia e reivindicação. A mediação, nesses casos, corre o risco de ser instrumentalizada, desviando-se do seu objetivo original de dar voz ao território para atender a interesses externos que nem sempre dialogam com as demandas da comunidade.

O desafio central, portanto, é garantir que o Fala Manguinhos permaneça um espaço genuinamente plural e representativo. Para isso, é necessário fortalecer as práticas que garantam

a pluralidade de vozes e a autonomia editorial do jornal. Isso implica não apenas resistir às pressões externas, mas também enfrentar as contradições internas, questionando continuamente as relações de poder que se manifestam no cotidiano da produção de conteúdo e na gestão do coletivo. É preciso reafirmar o compromisso com a comunidade como sujeito ativo e protagonista das narrativas, rompendo com modelos que relegam os moradores ao papel de meros receptores de informações.

Mais do que um mediador de informações, o Fala Manguinhos deve ser compreendido como um mediador de sentidos, capaz de construir diálogos críticos entre a comunidade e o mundo externo. Essa função exige um constante tensionamento das representações e dos discursos, para que o jornal não se limite a reproduzir estruturas opressoras ou a se adaptar passivamente às condições impostas pelo contexto. Em sua essência, o Fala Manguinhos carrega o potencial de ser um espaço de transformação, onde as contradições do território são expostas, debatidas e enfrentadas coletivamente.

Por fim, é preciso reconhecer que a luta por uma comunicação comunitária transformadora não é linear nem isenta de conflitos. O Fala Manguinhos, como qualquer iniciativa que se propõe a romper com sistemas de exclusão e silenciamento, enfrentará desafios que colocarão em xeque sua estrutura, suas práticas e seus princípios. No entanto, é exatamente nesse processo de enfrentamento que reside sua força: na capacidade de se reconstruir a partir das críticas, de resistir às pressões e de se reafirmar como uma voz autêntica e corajosa de Manguinhos. Que a mediação, ainda que imperfeita, continue sendo uma prática de resistência, uma ponte entre as narrativas silenciadas e a luta por justiça e dignidade no território.

5.4 Notas da pesquisa

Durante o período de pesquisa e atuação como voluntário no Fala Manguinhos, tornou-se evidente que o jornal passou por transformações profundas, especialmente em relação à sua gestão interna e dinâmica participativa. No início, havia uma promessa clara de descentralização da comunicação, com um afastamento das estruturas hierárquicas que caracterizam a mídia hegemônica. Essa proposta inicial parecia se alinhar com os princípios de horizontalidade e protagonismo comunitário que embasaram a criação do jornal. No entanto, à medida que o tempo avançava, essas expectativas foram sendo substituídas por uma percepção

mais crítica e preocupante: o Fala Manguinhos começava a adotar práticas que se distanciavam de seus próprios ideais fundadores.

O que inicialmente era um espaço coletivo e plural passou, aos poucos, a ser centralizado em torno de uma figura de controle dentro da direção do jornal, especialmente na pessoa do diretor. Essa centralização manifestava-se em todos os aspectos do processo editorial: desde a definição das pautas até a organização da produção, passando pela apuração, edição e divulgação do material. Nada parecia escapar à aprovação direta da liderança, e os voluntários, antes engajados e propositivos, foram sendo relegados a funções executivas e secundárias. O resultado foi um esvaziamento gradual do potencial criativo e colaborativo do jornal, que perdeu parte de sua vitalidade como espaço de construção democrática de narrativas.

Esse ambiente centralizador logo começou a gerar consequências negativas. Antes mesmo de completar um ano de atuação, diversos voluntários começaram a se desvincular da iniciativa, frustrados com a falta de autonomia e participação. Aquelas pessoas que, no início, se engajaram com entusiasmo na proposta do Fala Manguinhos começaram a questionar seu papel no projeto e, em muitos casos, decidiram abandoná-lo. Essa saída de voluntários não foi apenas um movimento individual, mas o sintoma de um problema maior: a desconexão progressiva entre a base comunitária e a direção do jornal, que parecia priorizar o controle e a centralização em detrimento da coletividade e da pluralidade.

A partir de agosto de 2024, as tensões internas se intensificaram, tornando visíveis as contradições que haviam se acumulado ao longo do tempo. Voluntários que resistiam dentro do projeto começaram a relatar conflitos frequentes com a direção, especialmente relacionados à falta de abertura para novas ideias e à centralização das decisões. Essas crises culminaram em um ambiente de desmotivação e afastamento, no qual os poucos voluntários remanescentes se viam presos em uma dinâmica de controle que não permitia inovação ou protagonismo. Muitas vezes, as decisões eram tomadas de maneira unilateral ou mediadas por acordos informais, fragilizando ainda mais a organização interna do jornal.

Além das tensões internas, outra questão significativa foi o papel das parcerias institucionais, particularmente com a Fiocruz, na condução editorial do jornal. Embora essas parcerias fossem essenciais para a sustentabilidade financeira e operacional do Fala Manguinhos, sua influência gerou críticas entre os voluntários. A aproximação com instituições externas, especialmente aquelas que exercem poder no território, contribuiu para a institucionalização da comunicação do jornal, que passou a evitar críticas mais contundentes a essas mesmas entidades. Essa postura enfraqueceu a capacidade do Fala Manguinhos de atuar

como uma voz independente e combativa, comprometendo sua legitimidade enquanto ferramenta de resistência e transformação.

Esse processo de centralização e alinhamento institucional afetou diretamente a conexão do jornal com a comunidade. Ao longo de pouco mais de um ano, foram realizados apenas três encontros formais com os voluntários, o que, por si só, demonstra o enfraquecimento da participação comunitária. Dos voluntários inicialmente engajados, muitos se desvincularam do projeto, restando apenas um pequeno grupo de quatro integrantes ativos até a data de conclusão desta pesquisa. Esse esvaziamento não pode ser explicado apenas pela falta de recursos ou pela sobrecarga de trabalho; ele reflete uma desconexão mais profunda entre os princípios fundadores do jornal e as práticas que passaram a orientar sua gestão.

O impacto dessa desconexão não se limitou à estrutura interna do Fala Manguinhos. Ele também atingiu o propósito original do jornal, que deveria servir como um espaço de amplificação das vozes da comunidade e de fortalecimento de suas demandas coletivas. A centralização das decisões e o distanciamento dos voluntários acabaram por enfraquecer a dinâmica colaborativa, reduzindo a capacidade do jornal de construir narrativas plurais e genuínas. A comunicação comunitária, que deveria ser o eixo central do Fala Manguinhos, deu lugar a práticas que, em alguns momentos, se aproximaram mais de um modelo institucionalizado e hierárquico, afastando o jornal de sua base comunitária.

Esses desdobramentos também evidenciaram as contradições inerentes à dependência de parcerias institucionais. Por um lado, a Fiocruz foi essencial para a manutenção do jornal, fornecendo recursos financeiros, apoio logístico e acesso a espaços estratégicos. Por outro, a relação com essa e outras instituições colocou limites claros na autonomia editorial do Fala Manguinhos. Muitas pautas relevantes para a comunidade, como as críticas ao papel das próprias instituições no território, foram diluídas ou evitadas, criando um alinhamento que deslegitimava a proposta original do jornal de ser uma voz independente e crítica. Em um espaço como Manguinhos, onde as estruturas de poder são constantemente tensionadas pela luta por direitos, essa dependência comprometeu a força do jornal como um mediador efetivo e emancipador.

O resultado foi uma crescente fragilização da relação do jornal com os moradores do território. O Fala Manguinhos, que nasceu como um instrumento de resistência e organização comunitária, passou a enfrentar dificuldades para sustentar sua relevância no cotidiano da favela. As demandas locais, tão evidentes no início da trajetória do jornal, começaram a perder espaço para conteúdos mais alinhados aos interesses institucionais. Essa desconexão ampliou o sentimento de abandono entre os voluntários e a comunidade, colocando em risco a própria

existência do jornal enquanto ferramenta de transformação social e de fortalecimento das narrativas locais.

Ao final de 2024, o Fala Manguinhos parecia distante da proposta que o consolidou como uma voz representativa da favela. A falta de encontros regulares, a centralização do poder e a dependência de parcerias externas geraram uma sensação de esvaziamento, tanto no âmbito interno quanto em sua atuação no território. Os voluntários restantes, embora comprometidos, se encontravam sobrecarregados e limitados por uma estrutura que dificultava a inovação e o engajamento coletivo. O jornal, que deveria ser um espaço dinâmico de troca e construção, tornou-se um reflexo das contradições que permeiam as iniciativas comunitárias em contextos de desigualdade.

Contudo, as crises enfrentadas pelo Fala Manguinhos não anulam o potencial transformador do jornal nem a força simbólica que ele ainda carrega. Mesmo em meio aos desafios, o jornal permanece como uma referência para a comunicação comunitária em Manguinhos, representando a resistência e a luta dos moradores por visibilidade e dignidade. Para além de suas limitações atuais, o Fala Manguinhos continua a ser um espaço que inspira possibilidades de transformação, sobretudo porque ainda existem pessoas dispostas a lutar por sua revitalização e pela retomada de seus princípios originais de horizontalidade e protagonismo popular.

O que emerge dessa trajetória é a complexidade de sustentar uma comunicação comunitária genuína em um cenário marcado por múltiplas tensões: internas, institucionais e estruturais. O Fala Manguinhos nos lembra que a luta por autonomia e pluralidade é constante e exige um compromisso contínuo com a crítica e a autocrítica. Mais do que um instrumento de comunicação, o jornal é um reflexo das contradições do território e, ao mesmo tempo, uma trincheira para enfrentá-las. Seu futuro dependerá da capacidade de reencontrar suas raízes, de ouvir novamente a comunidade que o fundou e de reimaginar-se como um espaço verdadeiramente coletivo e emancipador.

CONCLUSÃO

Encerrar esta dissertação é mais do que concluir uma pesquisa: é reafirmar um posicionamento político, ético e humano diante das desigualdades que atravessam nossa sociedade. Partindo de Manguinhos, um território marcado por estigmas e exclusões históricas,

busquei lançar luz sobre as práticas de comunicação comunitária como instrumentos de resistência, pertencimento e transformação social. O Fala Manguinhos, enquanto objeto central deste estudo, revelou-se mais do que um veículo de informação; ele se consolidou como uma manifestação viva da capacidade das favelas de se organizarem, se expressarem e subverterem as narrativas que insistem em criminalizá-las.

Ao longo desta trajetória, foi impossível ignorar a força das contradições que moldam tanto os territórios periféricos quanto o campo da comunicação. Enquanto a grande mídia segue reproduzindo estereótipos e silenciando vozes, iniciativas como o Fala Manguinhos reafirmam que a comunicação, quando apropriada pelas comunidades, torna-se uma arma poderosa contra o **racismo informacional** e a exclusão simbólica. Mais do que oferecer visibilidade, este jornal dá sentido ao território, construindo uma contranarrativa que valoriza as histórias, a memória e a cultura dos moradores. Nesse espaço, a favela deixa de ser um “problema” a ser resolvido e se afirma como sujeito político capaz de reivindicar direitos e questionar estruturas de poder.

Essa pesquisa é também fruto de um encontro: entre a experiência de vida como morador de Manguinhos e o rigor acadêmico necessário para entender, criticar e propor caminhos para a comunicação comunitária. Esse encontro revelou que, ao falar de comunicação em territórios marginalizados, estamos falando também de vidas, corpos e territórios que resistem à invisibilidade e às dinâmicas de exclusão impostas por um projeto urbano excludente e seletivo. A comunicação, nesses espaços, não é acessório; é sobrevivência, é estratégia, é construção de um futuro mais justo.

Ainda assim, é necessário reconhecer que a comunicação comunitária não é uma panaceia. Em territórios como Manguinhos, ela opera em meio a condições adversas que vão desde o acesso limitado a recursos financeiros e tecnológicos até a violência institucional que restringe os direitos básicos da população. Essas barreiras não diminuem sua relevância, mas ressaltam a necessidade de políticas públicas que assegurem condições estruturais mínimas para que iniciativas como o Fala Manguinhos possam florescer. Sem o suporte adequado, corremos o risco de perpetuar um modelo que sobrecarrega os moradores, exigindo que eles mesmos sustentem aquilo que deveria ser garantido como direito.

O Fala Manguinhos mostrou que comunicar, nesse contexto, é reivindicar humanidade. É recusar as narrativas únicas, cheias de violência simbólica, que retratam a favela como espaço de desordem e ameaça. É também celebrar a criatividade e a força coletiva de quem resiste cotidianamente. Através de práticas horizontais, como a produção de conteúdos feitos por e para os moradores, o jornal desafia os paradigmas hegemônicos da mídia tradicional, demonstrando que a favela tem o direito de falar e de se reconhecer em suas próprias narrativas.

O fortalecimento da comunicação comunitária também exige um compromisso das instituições acadêmicas e dos movimentos sociais com a descentralização do saber. A academia, por muito tempo, tratou as favelas como objetos de pesquisa, sem reconhecer os saberes locais e as vozes que resistem ali como legítimos produtores de conhecimento. Nesse sentido, este trabalho não pretendeu apenas analisar o Fala Manguinhos, mas se colocou como um esforço de dialogar com ele, integrando suas práticas e perspectivas ao debate acadêmico. Essa relação não deve ser vista como concessão, mas como uma obrigação ética de devolver à favela o protagonismo que lhe foi historicamente negado.

No entanto, esta pesquisa não se ilude com romantizações. Reconhecer a potência da comunicação comunitária não significa ignorar suas fragilidades: a falta de recursos, as dificuldades de sustentabilidade e os desafios impostos pela precariedade estrutural que cerca os territórios periféricos. Ainda assim, o Fala Manguinhos prova que a resistência se constrói a partir das fissuras. Com criatividade, solidariedade e compromisso, ele se reinventa, utilizando as ferramentas disponíveis para ampliar vozes, denunciar injustiças e celebrar as potências do território.

Mais do que responder a uma pergunta de pesquisa, esta dissertação buscou se conectar a um horizonte maior: o de uma cidade que reconheça a favela como parte legítima de seu corpo. Não como margem, não como problema, mas como lugar de vida, de cultura e de direitos. Ao dar centralidade às narrativas criadas por moradores, reafirmo a importância de uma comunicação que não apenas retrate a favela, mas que parta dela, que a escute, que a respeite. Este trabalho é um convite para repensar o papel da mídia, das políticas públicas e da academia na construção de uma sociedade onde todos os territórios tenham voz.

Acredito que o maior aprendizado desta trajetória foi reconhecer que resistir não é apenas dizer “não” às estruturas que nos oprimem, mas também dizer “sim” à construção coletiva de alternativas. O Fala Manguinhos é uma dessas alternativas, e sua existência prova que, mesmo em cenários adversos, é possível afirmar dignidade e transformar realidades. Que essa pesquisa inspire novas iniciativas, fortaleça as que já existem e continue ecoando a certeza de que comunicar é, antes de tudo, existir. E existir, em territórios como Manguinhos, é o ato político mais radical que pode haver.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2010.

AMADOR, Elmo S. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza**. Rio de Janeiro: Retroarte Gráfica e Editora, 1997.

ANDRADE, Ian Rebouças de; NUNES, Márcia Vidal. Comunicação alternativa, hegemonia e contra-hegemonia: por dentro do coletivo Mídia Ninja em Fortaleza – CE. In: **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021**, 22-24 jun. 2021, online. Anais [...]. São Paulo: ABPCOM/UNESP, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Problemas de la poética de Dostoievski**. Tradução de Tatiana Bubnova. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BANDERA, Vinicius. **Favelas da cidade do Rio de Janeiro: uma síntese histórica e psicossocial**. *Em Tese*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2013.

BARROS, Dulce Elena Coelho. Resenha: Linguagem & Diálogo – as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin, de Carlos Alberto Faraco. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 185-196, 2011.

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. **O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 97, p. 81-106, 2016.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 73-88, abr. 2008.

BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. **História e favelas cariocas: um encontro tardio**. *Topoi, Rio de Janeiro*, v. 25, e20220077, 2024.

BURGOS, Marcelo Baumann et al. **O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas.** *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 49-98, ago./dez. 2011.

CAIAFA, Janice. A pesquisa etnográfica. In: _____. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (orgs.). **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos/Rio de Janeiro. Organização de Anelise Gutterres, Joana Barros, Rachel Barros e outros. Rio de Janeiro: FASE, 2015. 1. ed. ISBN 978-85-86471-83-4.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil.** 1ª ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2012.

CATÃO, Marconi do Ó. **A exclusão social e as favelas na cidade do Rio de Janeiro.** *Revista de Direito da Cidade*, v. 7, n. 3, p. 1002-1045, 2015.

CHALHOUB, Sydney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

COUTINHO, Marcello de Moura. Conselho Gestor Intersetorial do TEIAS-Escola Manguinhos (CGI Manguinhos): uma experiência de policy community. In: **V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**, 2024, Londrina. Anais [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2024.

DOMINGUES, Luís Carlos Soares Madeira; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Saúde urbana, direito à cidade e as comunidades de Manguinhos no Rio de Janeiro.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 2, e2023063, 2023.

DUGNANI, Patricio. Meios de comunicação, alienação e extensão: a inocência no uso dos novos meios de comunicação. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 1, p. 269-281, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-602X>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____; GAMA-ROSA COSTA, Renato. **As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro**. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, p. 117-133, 2013.

FINNEGAN, Ruth. **Oral Literature in Africa**. 2. ed. Cambridge: Open Book Publishers, 2012.

FIORIN, José Luiz. Discurso, estrutura e história. **Cadernos de Linguística**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org>. Acesso em: 10 ago. 2024.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1990.

GOODY, Jack. **The interface between the written and the oral**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Tradução e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GULJOR, Ana Paula; MONNERAT, Silvia; HERITAGE, Paul; AMARANTE, Paulo (orgs.). **Estratégias culturais em Manguinhos: olhares sobre o cuidado em saúde mental e o protagonismo de moradores de favelas**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

HAVELOCK, Eric A. **Preface to Plato**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1963.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.

LIMA, André Luiz da Silva. Tecnologia social, gestão participativa em saúde e governança territorial democrática: tessituras da experiência do Conselho Gestor Intersetorial do TEIAS Manguinhos. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE TECNOLOGIA SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA**, 3., 2021, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

LO BIANCO, Mila Henriques. **O PAC-Manguinhos: política urbana, usos e representações da cidade**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

MAIA, Lorene; TEIXEIRA, Carolina Mara; KALAOUM, Fausi. **Do surgimento das favelas cariocas à UPP: políticas públicas de segurança, segregação, controle e a formação de contra-movimentos locais**. *Revista Mosaico*, v. 11, n. 2, p. 11-18, jul./dez. 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Tradução de Anton P. Carr e Ligia Cardieri. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARCHETTI FILHO, Gilberto Ferreira; MILAN, Ezequias Freire. **Racismo estrutural e ambiental: uma análise sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras e o direito das minorias**. *Revista Videre*, Dourados, v. 15, n. 32, p. 72-86, jan./abr. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MONTEIRO, Rodrigo. **As UPPs e o espaço urbano: conflitos, política pública e violência**. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (orgs.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA, 2017.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

PAIVA, Raquel. **A comunicação como projeto social**. LECC - Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde, Escola de Comunicação/UFRJ, 7 fev. 2011. Disponível em: <https://leccufrj.wordpress.com/2011/02/07/a-comunicacao-como-projeto-social-raquel-paiva/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

_____. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAVANELLI-ZUBLER, Éliidi P.; MOREIRA-LEITE, Joana R.; MASO, Luci T. K. F. O dialogismo na era digital. **Paidéia – Revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde**, Universidade Fumec, Belo Horizonte, ano 11, n. 16, p. 213-228, jan./jun. 2014.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Revista Famecos (Online)**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.1.24207>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PESSOA, Alexandre José de Souza. **Manguinhos como pôde ser: a inacabada dinâmica urbana de um bairro carioca**. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PIVETTA, F.; CARVALHO, M. A. P. **O Território Integrado de Atenção à Saúde em Manguinhos: somos todos aprendizes**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Monaliza Holanda dos; CORDEIRO, Eugênia de Paula Benício. Contra hegemonia e pluralidade de saberes na educação à luz da sociopoética. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e98517, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623698517>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 95-104, nov. 2007.

SILVA, Cátia Cristina Rodrigues da. **As (in)sustentabilidades presentes na produção social do espaço em Manguinhos-RJ**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Gilson Ribeiro da. **Análise do PAC-Favela em Manguinhos (RJ): das remoções à urbanização**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

SIMÕES, Gabriel Lima. **A participação social em projetos apoiados pela Fundação Oswaldo Cruz: uma análise sobre a Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

SOUZA, Renata da Silva. **O cidadão: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TOLEDO, Bruna Brum de. **A formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma análise baseada na segregação populacional e exclusão social**. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, 2018.

TRINDADE, Claudia Peçanha da; COSTA, Renato Gama-Rosa; FERNANDES, Tânia Maria. **Memória e conflitos sociais no espaço urbano: Manguinhos/Rio de Janeiro.** *Anais do XIII Encontro Regional de História da ANPUH-Rio.* Niterói: ANPUH-Rio, 2008.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VANSINA, Jan. **Oral tradition as history.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

VARGAS, Alex Luiz Barros. **Fala Manguinhos!: a construção de uma agência de comunicação comunitária em favelas e conjuntos habitacionais cariocas.** 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

XIMENES, Luciana Alencar; CARDOSO, Adauto Lúcio; LUFT, Rosângela Marina. **Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: dimensões institucionais e normativas.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 993-1015, set./dez. 2023.